

Uma publicação da Prefeitura de Belo Horizonte

PensarBH

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

Secretaria Municipal de Governo, Planejamento e Coordenação Geral
Secretaria Municipal de Modernização Administrativa e Informação

ERRATA

O artigo A Internacionalização de Belo Horizonte publicado na revista Pensar-BH Informações Técnicas Ano I - Nº 2 - Jun/2002, teve como fonte de informações os arquivos da Secretaria Municipal de Governo.

Seção 1 PIB, Trabalho e Renda

- | | | |
|-----|--|----|
| 1.1 | PIB - 1º Semestre de 2002
Carlos Eduardo Flores - GEIT/SMMMAI | 7 |
| 1.2 | A inserção dos moradores de Belo Horizonte no mercado de trabalho a partir das regiões e dos tipos regionais
Carlos Wagner Costa Machado/DIEESE | 13 |
| 1.3 | A conformação da economia solidária no município
Luiz Henrique de Oliveira Cunha - GEDE/SMMMAI | 27 |

Seção 2 Atendimento ao Cidadão, Modernização Administrativa e Informação

- | | | |
|-----|--|----|
| 2.1 | Centrais de Atendimento/Centrais de Informações
Marcos Evêncio Dutra - GERIT-NE | 33 |
| 2.2 | Atendimento ao Cidadão em Belo Horizonte: fundamentos, apresentação e avanços.
Breno Serôa da Motta - GERIT-CS | 41 |
| 2.3 | Sistema de atendimento e atenção ao cidadão - as ferramentas informacionais de suporte
Dagmar Dutra - GEMA/SMMMAI
Airtton Neves Pinto - GEMA/SMMMAI
Roberto Silva Lima - PRODABEL | 47 |
| 2.4 | DM tramitação de processos - pelos caminhos da informação
Dagmar Dutra - GEMA/SMMMAI
Denilson Alcântara - GEMA/SMMMAI | 51 |
| 2.5 | Uma iniciativa do governo eletrônico para ampliar a participação popular no gerenciamento dos transportes e trânsito de Belo Horizonte: o site da BHTRANS
Eugênio Pasqualini Santos - BHTRANS
Miriám Gontijo de Moraes - BHTRANS | 61 |

Seção 3 Estudos Especiais

- | | | |
|-----|--|----|
| 3.1 | Os limites e desafios para o desenvolvimento da Indústria Audiovisual em Belo Horizonte
Neander de Oliveira Cesar | 69 |
| 3.2 | Análise das áreas prioritárias para inclusão Urbana e Social
Samy Kopit Moscovitch | 73 |

PIB, Trabalho e Renda

- | | | |
|------------|---|-----------|
| 1.1 | PIB - 1º Semestre de 2002 | 7 |
| | Carlos Eduardo Flores - GEIT/SMMAI | |
| 1.2 | A inserção dos moradores de Belo Horizonte no mercado de trabalho a partir das regiões e dos tipos regionais | 13 |
| | Carlos Wagner Costa Machado/DIEESE | |
| 1.3 | A conformação da economia solidária no município | 27 |
| | Luiz Henrique de Oliveira Cunha - GEDE/SMMAI | |

Produto Interno Bruto

1º Semestre de 2002¹

Carlos Eduardo Flores ²

A economia de Belo Horizonte apresentou, no primeiro semestre de 2002, um acréscimo de 0,74% em seu nível de atividade em relação ao semestre anterior, amortecendo a queda registrada no primeiro trimestre do mesmo ano, porém ficando abaixo em 1,42% comparativamente ao primeiro semestre de 2001 (Tabela 1, 2 e 3).

Tendência semelhante é observada no nível de atividade da economia mineira. As informações prestadas pela FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (CEI: Setembro, 2002) atestam que a partir do terceiro trimestre do ano de 2001, o PIB mineiro apresentou um ritmo de desaceleração contínuo, recuperando-se somente no segundo trimestre de 2002 (Tabela 4).

O setor de serviços que participa com 84,35% pela formação do PIB da cidade, foi o principal responsável pelo comportamento ascendente das atividades econômicas em relação ao semestre anterior, apresentando uma taxa de 3,88%. As atividades mais representativas para essa expansão foram aquelas ligadas ao comércio varejista; ao comércio atacadista e às atividades terciárias que em conjunto participam com mais da metade pela formação do produto total da "alínea" serviços. Essas atividades obtiveram crescimento relativo da ordem de 3,40%. Ainda destacam-se aquelas vinculadas aos serviços da administração pública na esfera federal, na estadual e na municipal que participando com 23,07% na formação do PIB serviços, fecharam o primeiro semestre de 2002 com uma taxa de crescimento de 5,68%.

Em relação ao setor industrial composto pela indústria, construção civil e serviços industriais de utilidade pública foi observada uma retração de suas atividades em 13,39% comparativamente ao semestre anterior, tomando como medida o recolhimento do

¹ Colaboraram para a realização desse trabalho: Samy Kopit; Hébrida Verardo Fam e Luis Henrique Diniz - SMMAI-GEIT

² Assessor da Secretaria Municipal de Modernização Administrativa e Informação - SMMAI/ GEIT

TABELA 1
Variação percentual do Produto Interno Bruto por Classes e Ramos de Atividade
no Município de Belo Horizonte

Especificação	1º semestre 2002	
	Semestre ano anterior	Semestre anterior
1. SETOR AGROPECUÁRIO	-94,54	-6,98
Agropecuária	-94,54	-2,52
2. SETOR INDUSTRIAL	-11,28	-13,39
2.1 - Indústria	-8,38	-8,93
Extrativa Mineral	-25,45	-96,06
Transformação	-8,33	-3,86
2.2 - Construção Civil	-18,90	-23,03
Setor privado	-9,22	-12,68
Obras PBH	-54,80	5,83
Obras Governo Federal	-86,96	94,86
Obras Governo Estadual	0,00	0,00
2.3 - Serviços Industriais de Utilidade Pública	-6,03	8,53
Energia Elétrica	-15,23	14,49
Comunicações	12,29	-8,29
Saneamento/Abastecimento de Água	3,39	1,34
Coleta de Lixo	-56,46	-56,37
3. SETOR SERVIÇOS	0,66	3,88
3.1 - Comércio/Serviços	0,03	3,40
Comércio Atacadista	-6,36	2,99
Comércio Varejista	0,43	3,26
Transporte	20,54	2,88
Instituições Financeiras	-2,62	4,77
Outros Serviços	-3,93	3,57
3.2 - Aluguel	-0,27	1,07
3.3 - Administração Pública	2,45	5,68
Municipal	1,33	-4,42
Estadual	1,59	4,47
Federal	4,46	12,09
TOTAL	-1,42	0,74

FONTE: GEIT/ SMMAI

TABELA 2
Produto Interno Bruto por Classes e Ramos de Atividade
no Município de Belo Horizonte

(Em R\$1.000,00 de Dezembro de 2001)

Especificação	1º semestre 2002	
	VALOR	%
1. SETOR AGROPECUÁRIO	11,83	0,00
Agropecuária	11,83	0,00
2. SETOR INDUSTRIAL	1.874.323,24	15,65
2.1 - Indústria	1.014.151,05	8,47
Extrativa Mineral	2.414,91	0,02
Transformação	1.011.736,13	8,45
2.2 - Construção Civil	535.156,90	4,47
Setor privado	495.393,69	4,14
Obras PBH	34.638,36	0,29
Obras Governo Federal	4.897,93	0,04
Obras Governo Estadual	226,91	0,00
2.3 - Serviços Industriais de Utilidade Pública	325.015,30	2,71
Energia Elétrica	62.149,50	0,52
Comunicações	132.282,30	1,10
Saneamento/Abastecimento de Água	109.182,36	0,91
Coleta de Lixo	21.401,14	0,18
3. SETOR SERVIÇOS	10.099.718,07	84,35
3.1 - Comércio/Serviços	6.783.235,71	56,65
Comércio Atacadista	655.970,17	5,48
Comércio Varejista	2.967.745,15	24,78
Transporte	734.353,42	6,13
Instituições Financeiras	565.862,52	4,73
Outros Serviços	1.859.304,46	15,53
3.2 - Aluguel	554.227,50	4,63
3.3 - Administração Pública	2.762.254,86	23,07
Municipal	301.837,34	2,52
Estadual	1.583.396,52	13,22
Federal	877.021,00	7,32
TOTAL	11.974.052,61	100,00

FONTE: GEIT/ SMMAI

ICMS. A indústria de transformação e o segmento da construção civil que participam com maior peso para a formação do PIB setorial tiveram uma queda em 3,86% e 23,03% respectivamente.

Esse quadro pode ser atribuído, principalmente, ao cenário macroeconômico adverso que repercute no dinamismo das atividades econômicas. Entretanto, esse impacto ocorre com intensidade diferenciada junto aos vários segmentos da economia em função das condições específicas que regem os negócios de cada setor. No âmbito da indústria da construção civil, de competência do setor privado, nota-se que a mesma vem apresentando taxas negativas desde o segundo semestre de 2001. Esse comportamento, deve-se, entre outros fatores, à estreita dependência deste setor com as fontes de financiamento públicas e privadas para fomentar seu mercado de vendas à crédito; dos investimentos públicos em infra-estrutura e da massa salarial. De maneira geral, esses condicionantes repercutiram de forma desfavorável para o incremento das atividades do segmento, haja vista a persistência do alto patamar das taxas reais de juros; da retração dos investimentos públicos, principalmente na esfera federal e estadual e; da queda dos salários reais "vis-a-vis" a elevação do custo unitário básico de construção em 10,2% observada primeiro semestre desse ano.

Já a explicação do comportamento da indústria de transformação no segundo semestre de 2002 merece maiores cuidados. De acordo com a Tabela 5 que mostra a desagregação da indústria em Belo Horizonte, verifica-se a queda da participação da metalurgia na estrutura industrial de 24,07% para 13,04% comparativamente ao ano 2001 e o primeiro semestre de 2002. Como se sabe, as atividades deste segmento acham-se fortemente concentradas, sendo que apenas um estabelecimento, a V e M do Brasil (ex Mannesmann) é responsável por quase a totalidade do produto gerado, sendo portanto, cabível explicar as flutuações deste setor à luz do dinamismo dos negócios dessa empresa. De acordo com as explicações prestadas pelos informantes-chave da V e M, seu comportamento ao longo do semestre foi satisfatório em relação aos indicadores de rentabilidade e liquidez mantendo praticamente o mesmo

comportamento comparativamente ao ano anterior, principalmente em virtude das suas exportações. Desta maneira, não haveria razões aparentes para a redução do seu desempenho na dinâmica da economia da cidade. Ocorre no entanto, que os dados de que dispomos têm como balizador o ICMS repassados pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais. Como as exportações estão isentas deste imposto, sua participação na composição global nas atividades industriais, conforme demonstrado na Tabela 5, tem como referência somente o mercado interno.

Nestas condições, os principais fatores que influenciaram negativamente para retração de suas vendas para o mercado interno estão associados àqueles que influenciam o desempenho de setores de ponta com os quais a empresa mantém ligações comerciais, principalmente o setor automotivo e setor industrial que demanda laminados. No entanto, não se pode concluir que a retração desse mercado contribuiu de forma significativa para a redução do emprego e da renda em Belo Horizonte, dado os vínculos comerciais e produtivos do setor com o mercado internacional. Nesse sentido, estudos mais aprofundados são pertinentes, visando a observar os efeitos multiplicadores propiciados por esse segmento na cadeia produtiva local, tendo em vista que o mesmo participa com uma grande parcela na formação no PIB industrial da cidade.

A participação relativa dos segmentos que compõem o setor de serviços são mostrados na Tabela 6, a qual contempla o ano de 2000 e o ano de 2001 respectivamente. A subdivisão dos serviços em produtivos, distributivos, sociais e pessoais é justificada pelo diagnóstico e conclusões dele derivadas, acerca do desenvolvimento econômico de Belo Horizonte confeccionado pelo CEDEPLAR/IPEAD em 1995 (DINIZ., et alli: 1995). Esse trabalho além de ter contribuído diretamente para a criação das bases do planejamento sócio-econômico da cidade, tornou-se uma fonte de referência obrigatória para aqueles que desenvolvem estudos analíticos da economia local, em virtude da consistência das informações e das respectivas análises.

Naquela ocasião, o referido diagnóstico apontou que o dinamismo da economia belo-horizontina estava sendo conduzida, princi-

TABELA 3
Variação do Produto Interno Bruto por Classes e Ramos de Atividade
no Município de Belo Horizonte

(Em R\$1.000,00 de Dezembro de 2001)

Especificação	1º semestre 2001		2º semestre 2001	
	Semestre ano anterior	Semestre anterior	Semestre ano anterior	Semestre anterior
1 . SETOR AGROPECUÁRIO	1205,64	132,54	-86,35	-94,13
Agropecuária	1205,64	132,54	-86,35	-94,13
2 . SETOR INDUSTRIAL	3,96	-2,45	-0,07	2,44
2 . 1 - Indústria	8,45	1,61	2,22	0,60
Extrativa Mineral	95,68	36,05	2473,67	1791,72
Transformação	8,31	1,53	-3,19	-4,65
2 . 2 - Construção Civil	-7,31	-10,41	-5,60	5,37
Setor privado	-10,02	-11,36	-7,85	3,97
Obras PBH	-12,32	46,33	-37,50	-57,29
Obras Governo Federal	114,32	-44,75	40,11	153,60
Obras Governo Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00
2 . 3 - Serviços Industriais de Utilidade Pública	15,44	1,80	4,58	2,73
Energia Elétrica	-1,29	-2,13	-27,54	-25,96
Comunicações	50,22	3,53	26,77	22,44
Saneamento/Abastecimento de Água	3,89	1,15	3,20	2,02
Coleta de Lixo	8,58	5,37	5,16	-0,20
3 . SETOR SERVIÇOS	5,13	3,77	0,56	-3,10
3 . 1 Comércio/Serviços	4,77	2,48	-0,86	-3,26
Comércio Atacadista	15,42	16,42	5,85	-9,08
Comércio Varejista	8,52	4,07	1,23	-2,73
Transporte	-5,59	-5,79	10,38	17,17
Instituições Financeiras	-0,13	-1,50	-8,45	-7,06
Outros Serviços	1,02	-0,20	-7,43	-7,25
3 . 2 Aluguel	-1,66	-0,47	-1,79	-1,32
3 . 3 Administração Pública	7,59	8,15	4,85	-3,05
Municipal	8,09	-1,37	4,56	6,01
Estadual	7,27	7,28	4,32	-2,76
Federal	8,01	13,75	6,01	-6,81
TOTAL	4,92	2,64	0,44	-2,13

FONTE: GEIT/ SMMAI

palmente, através dos chamados serviços produtivos. São serviços que auxiliam e complementam o processo produtivo das unidades fabris, constituindo-se como um importante conjunto para a difusão da produtividade do setor industrial. Destacam-se, os serviços financeiros e securitários; serviços de informações, de consultoria e de engenharia; serviços imobiliários, e de administração, entre outros. Os serviços distributivos, sociais e pessoais, apesar de estarem ligados direta ou indiretamente às atividades industriais não constituem como elementos indutores para o incremento do produto do respectivo setor.

Em 1994 os serviços produtivos participavam com 38,30% do volume total do faturamento das atividades em Belo Horizonte, seguido pelos serviços pessoais com 33,16%. Os serviços distributivos e serviços sociais tinham uma participação relativa de 18,75% e 9,78% respectivamente. Nos anos de 2000 e 2001 a classificação e a composição do setor de serviços teve como critério o volume de arrecadação do ISS. Embora as fontes e o tratamento das informações fossem distintas no ano de 1994 em relação aos anos de 2000 e 2001, os dados

dos últimos anos confirmam a supremacia dos serviços produtivos entre os demais.

No ano de 2000 os serviços produtivos participavam com 58,88% do total do recolhimento do ISS, seguido pelos serviços distributivos (18,51%); pelos serviços sociais (12,12%) e; pelos serviços pessoais (10,50%). Em 2001, a participação dos serviços produtivos sobe para 63,31% em detrimento dos serviços distributivos que sofre uma redução de sua participação para 12,05%. Destaca-se ainda, a queda da participação dos serviços pessoais nos últimos 7 anos. Em 1994 sua participação era de 33,16% enquanto que no ano de 2001 declina para 10,50%. A despeito do aumento verificado na participação dos serviços produtivos, esse tipo de serviços são aqueles mais sensíveis às mudanças da conjuntura econômica. A redução da massa salarial e o recrudescimento do desemprego, por exemplo, contribuem para a retração dos negócios dessa categoria de serviços, propiciando o fechamento dos estabelecimentos e/ou aumentando suas atividades informais.

No referido diagnóstico, os serviços analisados foram subdivididos em modernos e em tradicionais em função do perfil da qualificação

TABELA 4
Taxas de Crescimento do Produto Interno Bruto a Preços de Mercado Belo Horizonte e Minas Gerais
2001-2002

Taxa de Crescimento	Belo Horizonte				Minas Gerais			
	2001		2002		2001		2002	
	3º trimestre 2001 / 4º trimestre 2001	1º trimestre 2002 / 2º trimestre 2002	3º trimestre 2001 / 4º trimestre 2001	1º trimestre 2002 / 2º trimestre 2002	3º trimestre 2001 / 4º trimestre 2001	1º trimestre 2002 / 2º trimestre 2002	3º trimestre 2001 / 4º trimestre 2001	1º trimestre 2002 / 2º trimestre 2002
Trimestre anterior	-4,09	4,74	-2,80	2,57	-1,69	-1,70	-0,85	1,16

FONTE: GEIT/SMMAI e Fundação João Pinheiro (FJP)

TABELA 5
Participação relativa dos segmentos industriais no PIB de Belo Horizonte
2000 e 2001

C.A.E.	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002*
Indústria de Transformação de produtos										
minerais não metálicos	2,90	2,62	2,17	1,62	1,71	2,07	1,95	1,83	1,73	1,77
Indústria Metalúrgica	23,03	22,11	17,52	14,40	17,17	17,91	16,56	20,78	24,07	13,04
Indústria Mecânica	2,97	4,16	4,35	5,85	6,71	5,73	10,36	6,58	8,02	9,04
Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e de Comunicação	1,75	2,17	3,16	2,78	5,17	3,84	3,70	12,83	11,79	11,79
Indústria de Material de Transporte	2,50	2,80	4,16	3,22	0,58	0,51	1,75	2,24	1,22	3,48
Indústria da Madeira	0,76	0,87	0,94	0,85	0,84	0,74	0,60	0,59	0,55	0,66
Indústria do Mobiliário	1,67	2,43	2,97	3,86	3,52	3,48	3,53	3,05	2,03	2,31
Indústria do Papel e do Papelão	0,65	0,84	1,04	0,88	0,74	0,66	0,66	0,57	0,58	0,89
Indústria da Borracha	0,08	0,14	0,13	0,08	0,10	0,10	0,09	0,09	0,13	0,24
Indústria de Couros, peles e assemelhados e artefatos de uso pessoal e de viagem	0,17	0,22	0,26	0,42	0,32	0,37	0,37	0,48	0,58	0,74
Indústria Química	7,30	7,11	6,26	7,69	8,06	9,48	8,43	6,69	5,32	6,49
Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários	0,42	0,35	0,33	0,36	0,41	0,62	1,11	1,66	1,85	2,39
Indústria de Perfumaria, Sabões e Velas	2,21	1,67	1,53	1,33	2,05	2,79	3,63	1,88	1,56	2,44
Indústria de Produtos de Matérias Plásticas	1,43	1,36	1,59	1,82	2,14	2,36	2,16	2,63	2,26	2,54
Indústria Têxtil	3,45	2,79	1,18	0,58	0,88	0,66	0,62	0,83	1,03	0,24
Indústria do Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	10,54	11,36	12,12	12,76	12,09	9,18	9,35	8,64	7,58	7,31
Indústria de Produtos Alimentares	12,18	11,02	10,90	10,56	8,07	7,32	9,58	8,76	8,93	9,26
Indústria de Bebidas	19,86	19,70	23,20	25,17	22,86	25,28	18,23	13,36	12,14	15,52
Indústria Editorial e Gráfica	1,06	0,81	0,93	0,76	0,79	0,87	1,11	0,98	1,31	1,16
Indústrias Diversas	2,57	3,59	3,71	1,64	3,27	3,32	3,53	3,34	3,40	3,80
Indústria da Construção	2,49	1,89	1,56	3,35	2,50	2,72	2,67	2,18	3,92	4,90

* acumulado 1º semestre

FONTE: GEIT/ SMMAI

TABELA 6
Participação dos serviços na composição do PIB de Belo Horizonte
2000 e 2001

Atividade	Participação em relação ao total 2000	Participação em relação ao subgrupo 2000	Participação em relação ao total 2001	Participação em relação subgrupo 2001
	(%)	(%)	(%)	(%)
Serviços Produtivos	58,88	100,00	63,31	100,00
Modernos	46,56	79,09	51,26	80,96
Serviços rep., manut., inst., conserv., benef., confec. bens	21,53	36,57	23,41	36,98
Serv.comp/ impressão/ reprodu. imagens/ som/ matriz/ text	5,30	9,00	6,03	9,52
Serviços planej/ organiz/ assess/ consult	11,77	19,99	14,24	22,49
Informática	6,59	11,19	6,28	9,92
Serviços de publicidade/ propaganda/ comunicação	1,38	2,34	1,30	2,05
Tradicionalis	12,31	20,91	12,05	19,04
Administração e intermediação	12,31	20,91	12,05	19,04
Serviços Distributivos	18,51	100,00	12,05	100,00
Modernos	6,61	35,73	7,49	62,18
Arrendamento/locação de bens, direitos/mão-de-obra	6,61	35,73	7,49	62,18
Tradicionalis	11,90	64,27	4,56	37,82
Serviços de transportes	11,90	64,27	4,56	37,82
Serviços Sociais	12,12	100,00	13,88	100,00
Modernos	12,11	99,97	13,75	99,02
Serviços médico-hospitalares	5,39	44,48	5,76	41,49
Serviços de saúde	0,12	0,97	0,28	2,02
Planos de saúde	0,55	4,53	0,41	2,94
Serviços odontológicos	0,43	3,52	0,57	4,12
Serviços veterinários	0,09	0,77	0,12	0,88
Serviços de ensino	5,54	45,70	6,60	47,56
Tradicionalis	0,00	0,03	0,14	0,98
Serviços comunitários / sociais e utilidade pública	0,00	0,03	0,14	0,98
Serviços Pessoais	10,50	100,00	10,76	100,00
Tradicionalis	10,50	100,00	10,76	100,00
Serviços de beleza, higiene pessoal e destreza física	0,92	8,74	1,03	9,62
Serviços de alojamento	3,41	32,49	3,45	32,04
Serviços de alimentação	0,18	1,75	0,16	1,52
Serviços de turismo	0,75	7,17	0,77	7,15
Diversões públicas	1,75	16,66	1,69	15,67
Guarda, vigilância e segurança	3,48	33,19	3,66	34,00
TOTAL	100,00		100,00	

FONTE: GEIT/ SMMAI

da mão-de-obra e da produtividade. Na categoria serviços produtivos, somente os serviços de administração e intermediação de bens foram classificados como tradicionais. Neste sentido, os serviços modernos participam com cerca de 80% em relação ao total dos serviços produtivos e com 46,6% e 51,3% do total dos serviços nos anos de 2000 e 2001 respectivamente.

Os serviços produtivos modernos são fortemente orientados pelas denominadas "economias de urbanização". Estas, seriam o resultado da reunião dos fatores de localização necessários para sustentar a atratividade e a reprodução das atividades de estruturas industriais flexíveis, entre os quais destacam-se: capacidade de atrair e conservar trabalhadores; disponibilidade de universidades e institutos de pesquisa; infra-estrutura cultural, de lazer e de ensino; infra-estrutura de transporte e presença de fontes de informação (consultorias e redes de comunicação). Nestas condições, as economias de urbanização são internas a uma região urbana e externas às empresas que ali se instalam sendo que, a magnitude dos benefícios irá variar em função do tamanho e da complexidade do centro urbano.

Uma das principais conclusões que se retira, à luz dos dados acima, é que Belo Horizonte vem se constituindo, desde o início da década de 1990 como polo concentrador de serviços estratégicos que complementam o processo competitivo das cadeias industriais, cuja extensão e dimensão espacial podem concentrar-se nos centros industriais localizados nas circunvizinhanças da cidade (região metropolitana), como também, podem estender-se ao nível nacional e ao internacional.

Uma das principais preocupações da Secretaria Municipal de Modernização Administrativa e Informações - SMMAI da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, neste momento, é justamente, diagnosticar os setores mais dinâmicos e seus respectivos elos multiplicadores visando a contribuir para alimentar as políticas de planejamento local, tendo em vista que os serviços produtivos modernos constituem-se como componentes centrais para a dinamização da economia da cidade. Nesta direção, foi efetuado um acordo de cooperação técnica com a FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, para permitir melhor com-

preensão dos movimentos das atividades econômicas no espaço urbano de Belo Horizonte e suas respectivas ligações inter-regionais. ●

Referências Bibliográficas

DINIZ, Clélio et.alli. *Diretrizes para o Desenvolvimento Econômico de Belo Horizonte*. In: Plano Diretor de Belo Horizonte - Lei de Uso e Ocupação do Solo - Estudos Básicos. PBH: 1995. P. 218-246.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Informativo - PIB Minas Gerais - 1º Semestre de 2002. Setembro de 2002.

A inserção dos moradores de Belo Horizonte no mercado de trabalho a partir das regiões e dos tipos regionais

Carlos Wagner Costa Machado ^{1,2}

Introdução

Neste artigo, o terceiro produzido pelo DIEESE para a Revista Pensar BH - Informações Técnicas, são apresentados indicadores do mercado de trabalho para as Regionais de Belo Horizonte e para cinco tipos regionais, definidos segundo o Índice de Vulnerabilidade Social da Prefeitura do município.

São indicadores de participação no mercado de trabalho, desemprego, ocupação e rendimentos, obtidos a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED-RMBH).

A primeira seção trata brevemente da metodologia empregada neste estudo. A seção 2 aborda a participação no mercado de trabalho, o desemprego, o perfil dos ocupados e os rendimentos do trabalho em cada região administrativa; na seção 3, são apresentados os mesmos indicadores para os tipos regionais considerados. Finalmente, a seção 4 é dedicada a uma breve conclusão.

1 Metodologia

A amostra da PED-RMBH foi originalmente concebida para compreender o mercado de trabalho e acompanhar sua evolução no âmbito metropolitano. Em princípio, o desenho amostral não permitiria a desagregação intra-regional dos indicadores.

Para tornar esta desagregação possível, o DIEESE realizou um estudo, com a amostra atual, através de uma série de regressões no programa PC-CARP. O resultado deste estudo aponta, para as regiões administrativas de Belo Horizonte e para os tipos regionais, o número mínimo de casos para permitir a divulgação de cada tipo de indicador - taxas de participação, de desemprego, distribuição dos ocupados e rendimentos - com erro relativo de até 7,5%.

¹ Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos.

² O presente relatório foi produzido no âmbito do convênio entre o município de Belo Horizonte e o DIEESE. Os indicadores intra-municipais foram obtidos a partir de estudo da amostra realizado pela equipe de estatística do Departamento.

No sentido de permitir a divulgação de um número razoável de indicadores, a amostra selecionada corresponde a um período de dois anos, de janeiro de 2000 a dezembro de 2001.

As nove regiões administrativas são conhecidas como as Regionais Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova. As regiões, entretanto, conservam uma certa heterogeneidade quanto à vulnerabilidade social dos seus moradores e quanto à sua inserção no mercado de trabalho.

A noção de tipo regional deriva de uma possibilidade alternativa de regionalização que parte do agrupamento de unidades espaciais com as mesmas características, prescindindo, entretanto, da contigüidade dessas unidades. Tipos regionais são, portanto, homogêneos. Esta homogeneidade é genérica, uma vez que leva em conta diversos atributos das unidades espaciais, ou de seus moradores, sintetizados num determinado atributo genérico³.

O atributo genérico adotado neste estudo é o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) da Prefeitura de Belo Horizonte. As variáveis que, combinadas, dão origem ao IVS, referem-se às dimensões ambiental, cultural, econômica, jurídica e de segurança de sobrevivência⁴.

Os cinco tipos regionais, portanto, foram obtidos a partir da ordenação e classificação de 77 das 81 unidades de planejamento (UP), segundo o IVS.

O tipo regional I reúne UPs onde a população residente é mais vulnerável ao processo de exclusão social. São 17 UPs distribuídas por todas as regiões administrativas. Trata-se de UPs localizadas, e em geral nas periferias da cidade e em vilas e favelas das regiões Centro-Sul, Oeste e Noroeste.

O tipo regional II, caracterizado também por elevada vulnerabilidade social de seus moradores, se refere a 21 UPs concentradas em Venda Nova (6), Regional Norte (4) e Barreiro (4). As outras UPs deste tipo encontram-se na Pampulha (3), Nordeste (2), Noroeste (1) e Oeste (1).

As 15 UPs de tipo regional III estão presentes nas Regionais Noroeste (4), Leste (3), Oeste (3), Pampulha (2), Nordeste (1), Barreiro (1) e Venda Nova (1).

O tipo regional IV caracteriza um conjunto de 12 UPs com vulnerabilidade social relativamente baixa, localizadas próximas à região central da cidade e se estendendo por parte da Pampulha até a UP Planalto na Região Norte.

Também composto por 12 UPs, o tipo regional V, caracterizado pela baixa vulnerabilidade de seus moradores ao processo de exclusão social, está concentrado na região Centro-Sul. Há, neste caso, uma quase coincidência entre esta região e o tipo regional V. Das 13 UPs da Regional Centro-Sul, 2 são do tipo mais vulnerável (I) e as outras 11, do tipo V. É o único caso, também, em que o tipo regional é quase uma região contígua, exceto pela presença de uma "ilha" de alta vulnerabilidade social (UP Barragem). A única UP do tipo V fora da Regional Centro-Sul é a Barroca, na Regional Oeste, que também é contígua às demais.

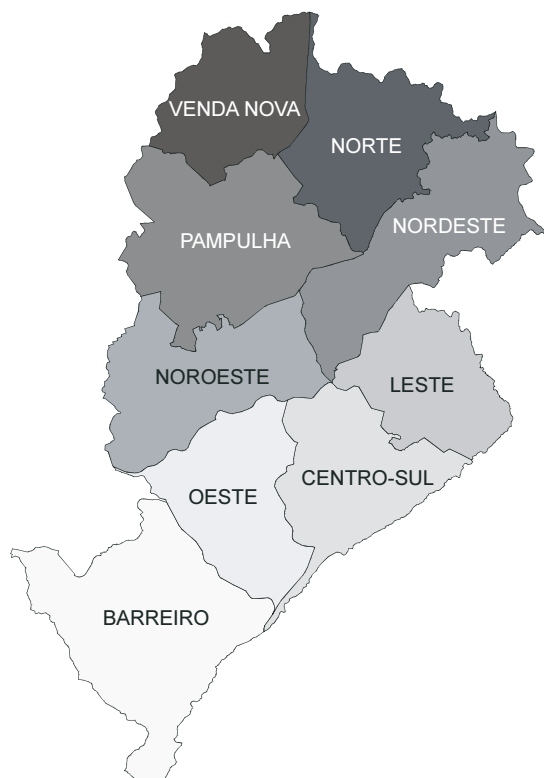
A utilização deste segundo recorte regional tem um duplo objetivo. Por um lado, como os tipos regionais, por definição, são mais homogêneos quanto às características sócio-econômicas dos seus moradores, pode-se divulgar um número maior de indicadores com a amostra existente. Por outro, e pela mesma razão, os indicadores por tipos regionais expressam de maneira mais eloqüente a segmentação do mercado de trabalho a partir do local onde o trabalhador reside.

Assim, o recorte por Região Administrativa ou Regional permite observar como seus moradores, em geral, estão inseridos no mercado de trabalho e fazer comparações entre elas. Uma vez que cada Regional comporta entre 2 e 4 tipos regionais diferentes, e, ainda que os resultados por tipos regionais se refiram a grupos de Unidades de Planejamento não necessariamente contíguas, presentes em todo o município, é lícito ao formulador de políticas de emprego, no âmbito da Regional, tomar este resultado como referência para observar a segmentação no interior da própria Regional.

³ Segundo Moscovitch, Samy K., Aspectos teórico-metodológicos para investigação da pobreza - conceitos e operacionalização: contribuição ao debate metodológico para construção da rota de expansão do BH Cidadania. Pensar BH - Informações Técnicas, ano I, n.2, junho/2002.

⁴ Segundo o Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte. Planejar BH/SMPL/PBH, agosto de 2000.

Regiões Administrativas



2 Inserção no mercado de trabalho por Regionais

A inserção do cidadão belo-horizontino no mercado de trabalho apresenta traços característicos em cada uma das regiões administrativas do município.

Nesta seção, são apresentados os principais indicadores de participação no mercado de trabalho, desemprego, ocupação e rendimentos, para o município de Belo Horizonte e para as nove Regionais.

2.1 Participação no mercado de trabalho

Belo Horizonte

No conjunto do município de Belo Horizonte, a taxa global de participação no mercado de trabalho foi estimada em 58,3%. A taxa de participação masculina foi estimada em 66,9% e a feminina, em 51,0%. Por faixa etária, são mais elevadas as taxas de participação das pessoas com idade entre 18 e 24 anos (72%) e daquelas com 25 a 39 anos (82,8%). Segundo a escolaridade, a participação no mercado de trabalho cresce com os níveis concluídos, conforme pode ser visto na Tabela 1.

Regionais

A partir da taxa global de participação, as Regionais podem ser divididas em 3 grupos: Regionais com taxas de participação abaixo da taxa municipal, Regionais com taxas que giram em torno da municipal e um terceiro grupo com taxas superiores.

Com taxa de participação abaixo da taxa do município, destaca-se a Regional Centro-Sul, com dois pontos percentuais a menos (56,3%).

Nessa Regional, a participação dos homens é menor (62,2% contra 66,9% no município) e a das mulheres é superior à das mulheres belo-horizontinas (51,9% contra 51%).

A Regional Centro-Sul se diferencia de todas as demais Regionais pelas baixas taxas de participação da população mais jovem e por taxas mais elevadas para a população com idade acima de 25 anos. Por exemplo, a participação das pessoas de 10 a 17 anos foi estimada em 9,9% na Regional Centro-Sul, enquanto no Barreiro foi registrada taxa de 18,9%. Nas mesmas regiões, a taxa de participação dos jovens de 18 a 24 anos foi, respectivamente, 55,1% e 80,7%.

Chamam também a atenção as baixas taxas de participação dos moradores da Regional Centro-Sul com níveis de escolaridade intermediários concluídos: as pessoas com ensino fundamental completo têm taxa de participação estimada em 40% e aquelas que concluíram o ensino médio, 50,3%. No município, estas taxas foram estimadas em, respectivamente, 62,0% e 70,8%.

Outra Regional com taxa de participação abaixo da taxa municipal é a Venda Nova (57,5%). Nesta, ao contrário do que ocorre na Centro-Sul, a taxa de participação feminina se situa abaixo da taxa municipal (49,2% contra 51%). Entre as Regionais, é a que apresenta menor taxa de participação feminina.

Também diferentemente do que acontece na Centro-Sul, em Venda Nova, as taxas de participação das pessoas até 24 anos são maiores do que na cidade como um todo, e as das pessoas com idade acima de 24 anos são menores.

No grupo das Regionais com taxas de participação próximas à do conjunto dos moradores da cidade (cerca de um ponto percentual acima ou abaixo) estão Barreiro

Índice de Vulnerabilidade Social

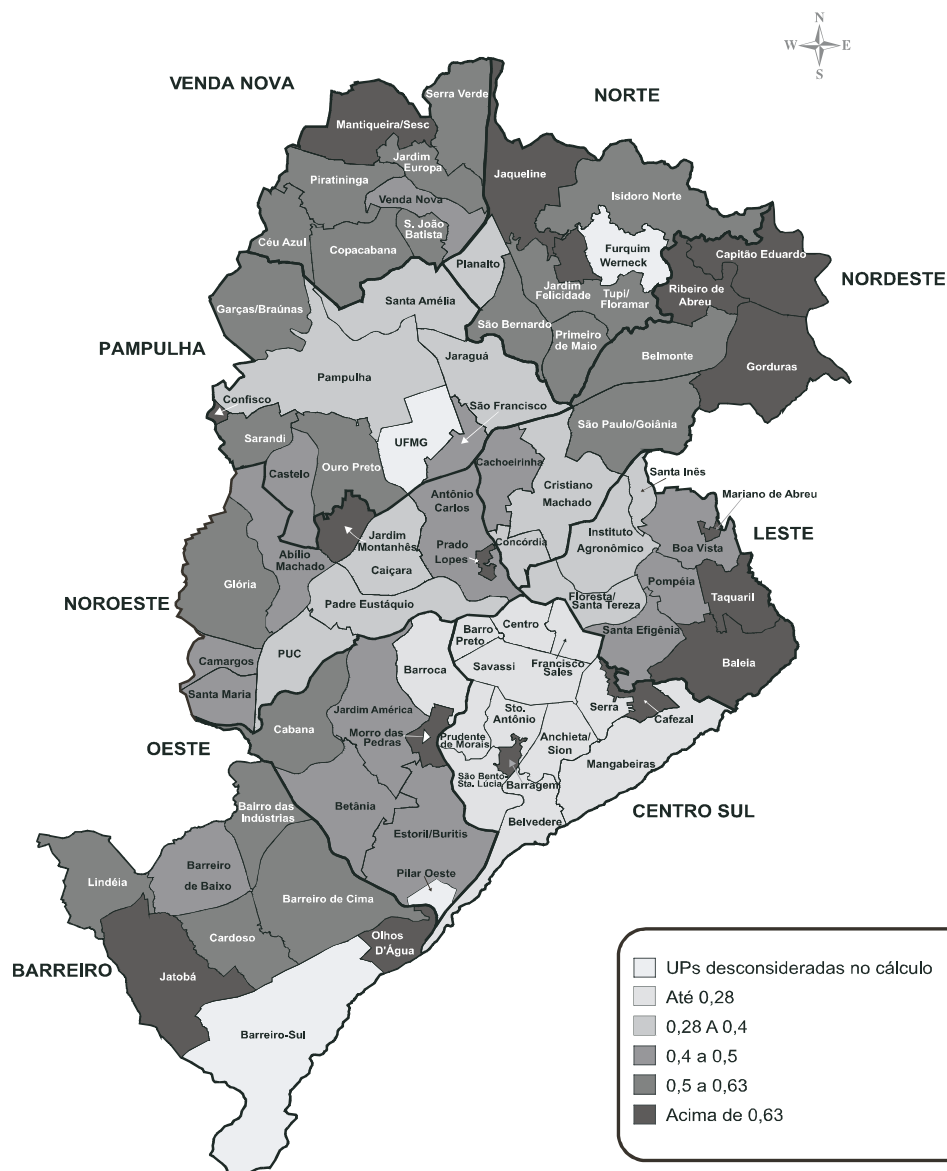


TABELA 1
Taxas de participação segundo atributos pessoais
Belo Horizonte e Regiões Administrativas
2000-2001

(em%)

Taxas de Participação	Belo Horizonte	Regional								
		Barreiro	Centro Sul	Leste	Nordeste	Noroeste	Norte	Oeste	Pampulha	Venda Nova
Total	58,3	58,6	56,3	57,7	59,1	58,4	60,1	59,3	59,1	57,5
Sexo										
Masculino	66,9	68,8	62,2	65,3	67,3	67,4	70,0	67,7	68,5	66,7
Feminino	51,0	49,5	51,9	51,4	51,8	50,6	51,1	52,1	50,7	49,2
Faixa Etária										
10 a 17 anos	14,4	18,9	9,9	13,8	17,8	16,4	17,5	14,5	(1)	16,5
18 a 24 anos	72,0	80,7	55,1	71,1	75,5	73,8	79,1	73,2	68,4	77,6
25 a 39 anos	82,8	79,3	86,1	83,9	80,9	83,7	81,8	83,5	86,1	79,9
40 anos e mais	52,1	49,9	54,0	51,1	53,4	50,6	53,5	53,4	53,1	50,2
Escolaridade										
Fundamental Incompleto	45,6	46,6	46,8	43,4	44,7	43,8	50,6	47,0	38,3	47,5
Fundamental Completo	62,0	67,7	40,0	60,1	66,1	63,4	68,3	60,9	56,5	68,4
Médio Completo	70,8	82,7	50,3	72,2	73,6	74,8	82,9	69,9	69,2	80,9
Superior Completo	82,3	91,8	77,6	84,9	87,4	85,7	86,1	82,8	82,2	89,7

FONTE: DIEESE/SEADE/MTE/FAT/Fundação João Pinheiro/SINE MG. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED-RMBH

Elaboração: DIEESE - Escritório Regional de Minas Gerais

(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

(58,6%), Leste (57,7%), Nordeste (59,1%), Noroeste (58,4%) e Pampulha (59,1%).

Por sua vez, apresentam taxas de participação mais elevadas as Regionais Norte (60,1%) e Oeste (59,3%).

A região Norte apresenta a maior participação masculina entre as Regionais: 70% dos homens estavam no mercado de trabalho. Mais elevadas também são as taxas de participação dos jovens até 24 anos e em todos os níveis de escolaridade. Entre as Regionais, a Norte é a que possui maiores taxas de participação entre as pessoas com ensino fundamental incompleto (50,6%), fundamental completo (68,3%, praticamente a mesma de Venda Nova) e médio completo (82,9%).

Na Regional Oeste a participação é mais elevada para homens (67,7%) e mulheres (52,1%), para pessoas com idade acima de 18 anos e para aquelas com ensino fundamental incompleto (47%).

2.2 Desemprego

Belo Horizonte

No município de Belo Horizonte, a taxa total de desemprego estimada para o período 2000-2001 foi de 16,2%.

O desemprego aberto foi estimado em 10,3% e o desemprego oculto, em 5,9%.

Segundo o sexo, o desemprego atinge 14,9% da PEA masculina e 17,6% da PEA feminina (Tabela 2).

Regionais

As Regionais que apresentam maiores taxas de desemprego total são a Norte (20,7%), Barreiro (19,4%), Venda Nova (17,9%) e Nordeste (17,3%). Nas regiões Les-

te (16,2%), Oeste (16,1%) e Noroeste (15,5%), as taxas se situam próximas à média municipal. Por sua vez, as menores taxas de desemprego foram registradas nas Regionais Pampulha (13,1%) e Centro-Sul (10,9%).

As Regionais Barreiro e Norte apresentam as maiores taxas de desemprego aberto, respectivamente, 12,6% e 12,7%, enquanto as Regionais Centro-Sul e Pampulha apresentam as menores (7,9% e 8,8%). O desemprego oculto não pode ser divulgado para a maioria das Regionais, já que a amostra não comporta tal desagregação.

2.3 Perfil dos Ocupados

Belo Horizonte

No período 2000-2001, em Belo Horizonte, a distribuição das pessoas ocupadas, segundo a posição na ocupação, foi a seguinte: assalariados no setor privado com carteira assinada, 38,7%; assalariados no setor privado sem carteira assinada, 9,4%; assalariados no setor público, 13,6%; trabalhadores autônomos, 19,9%; empregados domésticos, 9,5%; e demais posições, 8,9%. Neste último grupo estão inseridos principalmente empregadores (5,7% do total de ocupados), profissionais universitários autônomos (cerca de 2%), donos de negócio familiar e trabalhadores familiares sem remuneração (que somados, atingem quase 1% do total de ocupados).

Por setor de atividade, a indústria ocupa 12,4% dos belo-horizontinos, a construção civil, 6,2%, o comércio, 14,8% e o setor de serviços, 56,6%.

Segundo a faixa etária, 77,0% dos ocupados têm idade acima de 24 anos e, segundo os níveis de escolaridade, pouco mais da metade (51,4%) dos ocupados concluíram no mínimo

TABELA 2
Taxas de desemprego por tipo e sexo (%)
Belo Horizonte e Regiões Administrativas 2000-2001

(em %)

Taxas de Desemprego	Belo Horizonte	Regional								
		Barreiro	Centro Sul	Leste	Nordeste	Noroeste	Norte	Oeste	Pampulha	Venda Nova
Total	16,2	19,4	10,9	16,2	17,3	15,5	20,7	16,1	13,1	17,9
Aberto	10,3	12,6	7,9	10,4	10,6	9,9	12,7	10,3	8,8	10,3
Oculto	5,9	(1)	(1)	(1)	(1)	5,6	(1)	(1)	(1)	(1)
Sexo (Taxa Total)										
Masculino	14,9	16,7	(1)	15,4	16,2	14,0	(1)	15,2	11,6	(1)
Feminino	17,6	22,8	(1)	17,1	18,6	17,4	(1)	17,0	14,8	(1)

FONTE: DIEESE/SEADE/MTE/FAT/Fundação João Pinheiro/SINE MG. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED-RMBH

Elaboração: DIEESE - Escritório Regional de Minas Gerais

(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

o ensino fundamental e a outra parte (48,6%) tem no mínimo o ensino médio. O percentual de ocupados com curso superior completo foi estimado em 17,1% (Tabela 3).

Regionais

A composição da ocupação, segundo o tipo de vínculo empregatício, apresenta diferenças significativas entre as regiões da cidade.

Em primeiro lugar, há um grupo de Regionais cuja distribuição de ocupados se aproxima da distribuição de Belo Horizonte: Nordeste, Noroeste e Oeste.

Há outras regiões - Barreiro, Norte e Venda Nova - que se caracterizam por proporções elevadas (acima da média municipal) de assalariados no setor privado com carteira (em torno de 43%), assalariados sem carteira (11,3% no Barreiro), trabalhadores autônomos (22% no Barreiro e Venda Nova, 24,3% na região Norte), e por baixas proporções de assalariados no setor público (cerca de 9%) e nas demais posições (5% ou menos). Neste último caso, trata-se da pequena presença, nestas regiões, de residentes empregadores e profissionais universitários autônomos.

A Regional Leste se aproxima da média municipal, mas tem menos assalariados sem

carteira assinada (8,5%) e mais assalariados no setor público (17,1%).

A Regional Pampulha se diferencia também pelo elevado percentual de assalariados no setor público (17,2%) e de empregadores (9,1%).

A Regional Centro-Sul constitui um caso à parte. Chamam a atenção o baixo percentual de assalariamento formal dos seus moradores no setor privado (29,4%) e a elevada proporção de assalariados no setor público (18%). Na Regional Centro-Sul há menos moradores que trabalham como autônomos (12,8%) do que em qualquer outra região. É bastante elevada a proporção de ocupados nas demais posições (19,5%), o que se explica pela elevada concentração de moradores exercendo as atividades de empregador (10,7% dos ocupados) e de profissional universitário autônomo (cerca de 8%).

Assim como na distribuição dos ocupados por posição na ocupação, o mesmo grupo das Regionais Nordeste, Noroeste e Oeste se caracterizam por se aproximar dos resultados médios para o município.

No Barreiro, há uma concentração maior de moradores trabalhando na indústria (19,1% contra 12,4% no município) e menor

TABELA 3
Distribuição dos ocupados por posição na ocupação, setor de atividade e atributos pessoais
Belo Horizonte e Regiões Administrativas 2000-2001

(em %)

Distribuição dos Ocupados	Belo Horizonte	Regional								
		Barreiro	Centro Sul	Leste	Nordeste	Noroeste	Norte	Oeste	Pampulha	Venda Nova
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Posição na Ocupação										
Assalariados Set. Priv. Com Carteira	38,7	44,1	29,4	38,1	40,1	39,6	42,8	39,5	35,2	42,6
Assalariados Set. Priv. Sem Carteira	9,4	11,3	8,9	8,5	8,8	9,7	9,6	9,1	(1)	10,4
Assalariados no Setor Público	13,6	8,6	18,0	17,1	12,4	12,8	9,4	14,7	17,2	9,5
Autônomos	19,9	22,0	12,8	19,4	21,7	21,9	24,3	17,9	18,8	22,0
Empregados domésticos	9,5	9,0	11,4	9,8	9,5	8,0	9,5	9,7	(1)	11,2
Demais (2)	8,9	5,0	19,5	7,1	7,5	8,0	4,4	9,1	13,0	4,3
Setor de Atividade										
Indústria de transformação	12,4	19,1	6,9	9,6	13,8	13,3	13,3	12,8	12,9	12,4
Construção Civil	6,2	7,3	5,6	5,2	7,2	5,3	8,5	5,3	(1)	8,1
Comércio	14,8	15,9	9,1	13,4	15,0	17,9	17,1	13,8	15,6	16,7
Serviços	56,6	48,1	66,4	61,6	54,1	55,1	51,1	58,0	59,8	51,1
Serviços Domésticos	9,5	9,0	11,4	9,8	9,5	8,0	9,5	9,7	(1)	11,2
Outros Setores	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
Faixa Etária										
10 a 17 anos	2,9	(1)	(1)	(1)	(1)	3,3	(1)	(1)	(1)	(1)
18 a 24 anos	20,1	22,3	17,4	18,9	20,1	19,5	21,3	20,7	18,7	24,4
25 a 39 anos	41,1	41,5	37,6	42,6	40,9	42,2	41,6	40,8	44,0	39,9
40 anos e mais	35,9	32,7	43,4	35,8	35,8	35,1	33,5	36,3	35,1	31,9
Escolaridade										
Até Fundamental Incompleto	32,7	41,9	19,8	31,2	33,8	32,3	45,6	31,3	18,7	45,8
Fundamental Completo	18,7	24,0	8,0	18,1	20,0	20,3	23,4	18,3	15,9	23,9
Médio Completo	31,5	29,8	27,0	33,9	32,1	35,1	26,8	30,6	41,3	25,7
Superior Completo	17,1	(1)	45,1	16,8	14,1	12,2	(1)	19,7	24,0	(1)

FONTE: DIEESE/SEADE/MTE/FAT/Fundação João Pinheiro/SINE MG. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED-RMBH

Elaboração: DIEESE - Escritório Regional de Minas Gerais

(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

(2) Empregadores, Profissionais universitários autônomos, Donos de negócio familiar, Trabalhadores familiares sem remuneração salarial e assalariados que não informaram o setor institucional.

concentração no setor de serviços (48,1% contra 56,6%).

Na Regional Centro Sul ocorre exatamente o contrário: menos moradores trabalhando na indústria que a média municipal (6,9%) e mais no setor de serviços (66,4%). Também há relativamente menos moradores inseridos em ocupações na construção civil (5,6%) e no comércio (9,1%).

As Regionais Norte e Venda Nova se caracterizam pela maior presença relativa de seus moradores em atividades relacionadas à construção civil (respectivamente, 8,5% e 8,1%) e ao comércio (respectivamente, 17,1% e 16,7%).

Quanto à faixa etária dos ocupados, as Regionais Barreiro, Norte e Venda Nova possuem população ocupada mais jovem do que a média do município. Nessas três regiões, respectivamente, 67,3%, 66,5% e 68,1% dos ocupados possuem idade inferior a 40 anos. Na Regional Centro-Sul, a proporção de ocupados com menos de 40 anos foi estimada em 56,6%; nas demais, a distribuição etária se aproxima da média municipal (cerca de 64% com menos de 40 anos).

A distribuição dos ocupados segundo o nível de instrução revela diferenças marcantes entre Regionais. A proporção de trabalhadores com ensino fundamental incompleto, que chega a quase 33% no município, supera os 40% no Barreiro (41,9%), na região Norte (45,6%) e em Venda Nova (45,8%). Nas Regionais Pampulha e Centro-Sul foram registrados os menores percentuais de trabalhadores com este nível de instrução, respectivamente, 18,7% e 19,8%.

Como acontece com outros indicadores, também em relação à escolaridade, Barreiro, Norte e Venda Nova aparecem com indicadores mais desfavoráveis que a média municipal, Centro-Sul e Pampulha aparecem em melhor situação e, as demais, têm indicadores próximos à média de Belo Horizonte.

Nessas três primeiras Regionais, cerca de 2/3 dos ocupados, ou mais, possuem até o ensino fundamental completo. Nas duas regiões com melhores indicadores, 2/3 ou mais possuem no mínimo o ensino médio completo. Apenas na Regional Centro-Sul, 45,1% dos ocupados concluíram o ensino superior.

2.4 Rendimentos

Belo Horizonte

O rendimento médio dos ocupados no município de Belo Horizonte foi estimado em 770 reais, no período 2000/2001, em valores de junho de 2002 (Tabela 4).

Regionais

O rendimento médio dos ocupados em cada Regional reflete o perfil regional da ocupação, visto no item anterior (Tabela 3).

Os rendimentos estão acima da média municipal nas Regionais Centro-Sul (R\$1.303) e Pampulha (R\$1.082), onde é relativamente mais importante a presença de moradores trabalhando no setor público ou atuando como empregadores e profissionais universitários autônomos. Estes profissionais estão mais concentrados no setor de serviços, têm média de idade maior e mais escolaridade.

As Regionais cujos moradores ocupados têm rendimento médio menor que a média municipal, Barreiro (R\$529), Norte (R\$499) e Venda Nova (R\$525), possuem, curiosamente, proporção de assalariados no setor privado com carteira assinada superior à do município; porém, o percentual de assalariados sem carteira também é mais elevado nessas regiões, bem como o de trabalhadores por conta-própria. Já a presença de assalariados no setor público é menor e é bem reduzida a ocorrência de empregadores e profissionais universitários autônomos.

TABELA 4
Rendimento real médio dos ocupados
Belo Horizonte e Regiões Administrativas
2000-2001

(em R\$ de junho de 2002)

Especificação	Belo Horizonte	Regional								
		Barreiro	Centro Sul	Leste	Nordeste	Noroeste	Norte	Oeste	Pampulha	Venda Nova
Rendimento Real Médio Ocupados	770	529	1303	755	693	715	499	818	1082	525

FONTE: DIEESE/SEADE/MTE/FAT/Fundação João Pinheiro/SINE MG. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED-RMBH

Valores em reais de junho/02. Inflator utilizado: IPCA-BH (Ipead/UFGM)

Elaboração: DIEESE - Escritório Regional de Minas Gerais

Nas demais Regionais, o rendimento é mais próximo da média municipal. O rendimento médio na região Oeste (R\$818) se encontra ligeiramente acima da média e, nas demais regiões, o rendimento é inferior: Leste, R\$755; Noroeste, R\$715; e Nordeste, R\$693.

3 Inserção no mercado de trabalho por tipos regionais

Nesta seção, os indicadores do mercado de trabalho belo-horizontino são apresentados para os cinco tipos regionais.

Os tipos regionais, por definição, reúnem Unidades de Planejamento (UPs) com as mesmas características, que, para efeito deste estudo, estão sintetizadas no Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). Os tipos regionais são, portanto, homogêneos, do ponto de vista da vulnerabilidade social de seus moradores.

Por outro lado, a segmentação do mercado de trabalho, vista a partir desta modalidade de regionalização, é mais evidente do que a observada entre as regiões administrativas.

3.1 Participação no mercado de trabalho

A participação no mercado de trabalho é maior nas UPs com Índice de Vulnerabilidade Social mais elevado. Nas regiões tipo I e II, respectivamente, 59% e 59,3% da População em Idade Ativa participa do mercado de trabalho. Nas regiões III e IV as taxas de participação giram em torno da taxa global para o município, estimadas em 58,2% e 58,4%. No

grupo das UPs menos vulneráveis socialmente (tipo regional V), entretanto, a taxa de participação se afasta mais da taxa global, sendo estimada em 55,4% (Tabela 5).

As taxas de participação feminina pouco se modificam em relação ao tipo regional; são ligeiramente inferiores à taxa feminina para o município nos tipos I (50,8%), II e III (50,9%).

Entretanto, a participação no mercado de trabalho é maior entre os homens residentes nas UPs cujos moradores são mais vulneráveis e bem menor onde a vulnerabilidade social é baixa. Nas primeiras, tipo I e II, as taxas de participação masculina foram estimadas em, respectivamente, 67,9% e 68,5%; nas UPs de tipo V, em 61,3%.

Nas UPs de alta vulnerabilidade social, tipos I e II, a participação de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos no mercado de trabalho é elevada para esta faixa etária, estimada em, respectivamente, 18,8% e 18,5%. O mesmo pode-se dizer em relação à participação dos jovens de 18 a 24 anos, cuja taxa foi de, respectivamente, 79,4% e 79,7%. Já a taxa de participação das pessoas com 25 a 39 anos foi estimada nestas UPs em 79,5% e 80,9%, abaixo da taxa do município para esta faixa etária. Para as pessoas com 40 anos ou mais que residem em UPs do grupo mais vulnerável, do tipo regional I, a participação no mercado de trabalho é mais elevada que a verificada na cidade, com taxa estimada em 53,7%. No tipo regional II, a taxa de participação para esta faixa etária foi menor: 51%.

TABELA 5
Taxas de participação segundo atributos pessoais
Belo Horizonte e tipos regionais
2000-2001

Taxas de Participação	Belo Horizonte	Tipos Regionais (Classes de IVS)					(em %)
		I	II	III	IV	V	
Total	58,3	59,0	59,3	58,4	58,2	55,4	
Sexo							
Masculino	66,9	67,9	68,5	67,2	66,8	61,3	
Feminino	51,0	50,8	50,9	50,9	51,0	51,0	
Faixa Etária							
10 a 17 anos	15,4	18,8	18,5	16,2	10,7	(1)	
18 a 24 anos	72,0	79,4	79,9	73,5	67,8	50,9	
25 a 39 anos	82,8	79,5	80,9	83,1	85,3	86,6	
40 anos e mais	52,1	53,7	51,0	50,5	52,3	53,8	
Escolaridade							
Fundamental Incompleto	45,6	52,7	47,8	44,1	34,8	34,7	
Fundamental Completo	62,0	73,0	69,5	62,4	54,3	30,9	
Médio Completo	70,8	85,5	82,2	75,3	69,5	49,4	
Superior Completo	82,3	93,4	85,9	85,8	84,7	77,6	

FONTE: DIEESE/SEADE/MTE/FAT/Fundação João Pinheiro/SINE MG. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED-RMBH

Elaboração: DIEESE - Escritório Regional de Minas Gerais

(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

No tipo regional III, as taxas de participação segundo faixa etária são próximas das taxas para o município. A exceção se dá entre aqueles com idade igual superior a 40 anos, cuja taxa de participação, estimada em 50,5%, é menor que a do município e também que dos outros tipos regionais na mesma faixa.

Nas UPs com baixa vulnerabilidade social a participação dos jovens no mercado de trabalho é menor e a dos adultos, mais elevada. No tipo IV, a taxa de participação de crianças e adolescentes com 10 a 17 anos foi estimada em 10,7%, a taxa dos jovens com 18 a 24 anos, em 67,8%. No tipo regional V, a participação dos jovens com 18 a 24 anos foi ainda menor, 50,9%. Em contrapartida, as pessoas com 25 a 39 anos e com 40 anos ou mais residentes neste grupo de UPs participam mais do mercado de trabalho do que ocorre em outros tipos regionais. As taxas de participação foram estimadas em, respectivamente, 86,6% e 53,8%.

No que diz respeito à escolaridade, a participação no mercado de trabalho é maior em todos os níveis nos grupos de UPs mais vulneráveis. No tipo regional I, entre aqueles que têm idade para trabalhar, participam do mercado de trabalho 52,7% das pessoas com o ensino fundamental incompleto, 73% dos que concluíram este nível, 85,5% das pessoas com ensino médio e 93,4% dos que concluíram curso superior. Este último segmento (moradores com curso superior em UPs tipo I) registra a maior taxa de participação entre todos os analisados.

Na outra ponta, nas UPs com baixa vulnerabilidade social (tipo V), a participação é

bem menor entre quem tem ensino fundamental incompleto (34,7%), completo (apenas 30,9%), ensino médio (49,4%) e superior (77,6%). Chama a atenção o fato de que, neste tipo regional, mais de um quinto dos graduados está fora do mercado de trabalho.

3.2 Desemprego

Como era de se esperar, o desemprego atinge de maneira mais acentuada os moradores mais vulneráveis à exclusão social. A taxa de desemprego total apurada no tipo regional I (22,7%) é quase três vezes maior do que a estimada para o tipo regional V (8,3%). No tipo regional II, a taxa de desemprego foi estimada em 19,3%; nas UPs do tipo regional III, a taxa se aproxima da taxa de desemprego para o município, estimada em 15,9%. As UPs do tipo IV têm, em conjunto, taxa de desemprego estimada em 12,3% (Tabela 6).

As taxas de desemprego aberto e oculto, segundo tipo regional, seguem o mesmo comportamento: quanto maior a vulnerabilidade, maiores são as taxas. Como pode ser visto na Tabela 6, no grupo de UPs com baixa vulnerabilidade, não puderam ser desagregados os tipos de desemprego, nem as taxas totais segundo sexo e idade. O dado ausente revela, entretanto, a baixa ocorrência de desemprego onde é baixa a vulnerabilidade.

Segundo o sexo, o desemprego das mulheres varia de 23,8% da PEA feminina que mora em UPs mais vulneráveis (tipo regional I) até 13,2% no tipo regional IV. Já a taxa masculina, nas mesmas UPs, oscila entre 21,8% e 11,4%.

TABELA 6
Taxas de desemprego por tipo e sexo
Belo Horizonte e tipos regionais
2000-2001

Taxas de Desemprego	Belo Horizonte	Tipos Regionais (Classes de IVS)					(em %)
		I	II	III	IV	V	
Total	16,2	22,7	19,3	15,9	12,3	8,3	
Aberto	10,3	13,9	11,6	10,3	8,4	(1)	
Oculto	5,9	8,8	7,7	5,6	3,9	(1)	
Sexo							
Masculino	14,9	21,8	17,1	14,3	11,4	(1)	
Feminino	17,6	23,8	22,0	17,8	13,2	(1)	
Faixa Etária							
10 a 17 anos	45,1	(1)	50,0	(1)	(1)	(1)	
18 a 24 anos	26,3	32,7	27,3	25,3	23,3	(1)	
25 a 39 anos	13,3	17,1	16,0	13,0	10,5	(1)	
40 anos e mais	8,8	(1)	11,0	9,4	(1)	(1)	

FONTE: DIEESE/SEADE/MTE/FAT/Fundação João Pinheiro/SINE MG. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED-RMBH
Elaboração: DIEESE - Escritório Regional de Minas Gerais
(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

No tipo regional I, quase um terço (32,7%) da PEA jovem de 18 a 24 anos e 17,1% das pessoas com 25 a 39 anos estão desempregadas. Nas UPs do tipo regional II, o desemprego atinge metade das crianças e adolescentes que estão no mercado de trabalho. No tipo III, as taxas de desemprego por idade são ligeiramente inferiores às taxas para o município, exceto entre as pessoas com 40 anos ou mais (9,4%). Finalmente, nas UPs do tipo regional IV, as taxas estimadas são menores que as taxas do município.

3.3 Perfil dos Ocupados

Os cinco tipos regionais apresentam diferenças importantes quanto ao perfil dos ocupados (Tabela 7).

No tipo regional mais vulnerável (I), verifica-se a maior proporção de assalariados no setor privado com carteira de trabalho assinada (46,2%) e a menor proporção de assalariados no setor público (6,7%). As proporções de autônomos e de assalariados sem carteira não diferem muito daquelas verificadas para o município.

No tipo regional II, a presença de assalariados com carteira entre os ocupados também é relativamente elevada, estimada em 42,5%. A proporção de autônomos e de assalariados sem carteira são as maiores entre os tipos regionais, estimadas em, respectivamente, 22,9% e 10,6%. Neste grupo de UPs, a proporção de assalariados no setor público também é relativamente pequena (9%).

A distribuição dos ocupados segundo posição na ocupação no grupo de UPs do tipo regional III é a que mais se aproxima da distribuição do município. Entretanto, há uma presença maior de trabalhadores autônomos (21,1%). No tipo IV, chama a atenção a proporção de assalariados no setor público, estimada em 18,8%.

Nas UPs do tipo regional V, onde a vulnerabilidade social é baixa, são marcantes as diferenças em relação ao perfil dos ocupados no município e, especialmente, em relação ao tipo regional mais vulnerável (I). A proporção de assalariados no setor privado com carteira é de 27,4%. Também é baixa a proporção de trabalhadores autônomos aí residentes (12,1%). Por sua vez, o percentual de assalariados no setor público é de 21,0%. Nas de-

mais posições na ocupação estão 22,2% dos ocupados do tipo regional V; desagregando esta categoria vamos encontrar 12,3% (do total de ocupados) exercendo a atividade de empregador e, pouco mais de 9%, de profissionais universitários autônomos.

Segundo o setor de atividade, o tipo regional I se caracteriza pela maior presença relativa de seus moradores ocupados na construção civil (11,2%) e nos serviços domésticos (14,4%). A proporção de ocupados na indústria é muito próxima da encontrada no município (12,3%). No setor de serviços estão 47,1% dos ocupados neste tipo regional.

Nos tipos regionais II e III são relativamente maiores as proporções de ocupados na indústria (respectivamente, 14,7% e 13,4%) e no comércio (16,3% e 16,7%).

No grupo de UPs do tipo regional IV foi encontrada a menor proporção de moradores ocupados na construção civil (3,5%) e em serviços domésticos (5,9%). O percentual dos ocupados nos serviços foi estimado em 63,6%.

No tipo regional V, apenas 7,9% dos ocupados estão no setor industrial e 9,3% no comércio. O percentual de ocupados na construção civil não pode ser divulgado, mas, por esta mesma razão, presume-se que é baixo. Quase 70% dos moradores ocupados deste tipo regional trabalham no setor de serviços. Já a proporção de moradores no serviço doméstico, que, do tipo regional I até o IV, diminui junto com a vulnerabilidade social, volta a crescer no tipo regional de baixa vulnerabilidade (8,4%); trata-se do empregado doméstico, ou mais comumente, da empregada, que reside no domicílio do empregador.

Em relação à faixa etária dos ocupados, as diferenças mais marcantes encontram-se na comparação entre os tipos regionais I e V. Nas UPs mais vulneráveis, 28,9% dos ocupados têm até 24 anos; nas menos vulneráveis, são 17,3% neste grupo etário. Em contrapartida, nas primeiras (tipo I), apenas 30,1% dos ocupados têm idade igual ou superior a 40 anos e nas UPs do tipo V, quase metade dos ocupados (46,6%) tem 40 anos ou mais.

Quanto à escolaridade, a diferença também é grande, especialmente entre os tipos regionais I e V. Onde a vulnerabilidade social é maior, 58% dos ocupados não têm o ensino fundamental completo; 22,8% concluíram

TABELA 7
Distribuição dos ocupados por posição na ocupação, setor de atividade e atributos pessoais
Belo Horizonte e tipos regionais
2000-2001

(em %)

Distribuição dos Ocupados	Belo Horizonte	Tipos Regionais (Classes de IVS)				
		I	II	III	IV	V
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Posição na ocupação						
Assalariados set. priv. com carteira	38,7	46,2	42,5	39,5	35,8	27,4
Assalariados set. priv. sem carteira	9,4	9,7	10,6	9,2	8,6	8,9
Assalariados no setor público	13,6	6,7	9,0	13,9	18,8	21,0
Autônomos	19,9	20,2	22,9	21,1	19,7	12,1
Empregados domésticos	9,5	14,4	10,3	8,8	5,9	8,4
Demais (2)	8,9	2,8	4,7	7,5	11,2	22,2
Setor de atividade						
Indústria de transformação	12,4	12,3	14,7	13,4	11,6	7,9
Construção civil	6,2	11,2	7,4	5,1	3,5	(1)
Comércio	14,8	14,4	16,3	16,7	15,0	9,3
Serviços	56,6	47,1	50,8	55,6	63,6	69,8
Serviços domésticos	9,5	14,4	10,3	8,8	5,9	8,4
Outros setores	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
Faixa Etária						
10 a 17 anos	2,9	4,5	3,5	3,2	(1)	(1)
18 a 24 anos	20,1	24,4	22,7	20,0	16,8	16,3
25 a 39 anos	41,1	40,9	41,6	43,0	41,7	36,1
40 anos e mais	35,9	30,1	32,2	33,9	39,7	46,6
Escolaridade						
Até fundamental incompleto	32,7	58,0	43,0	32,6	17,6	9,5
Fundamental completo	18,7	22,8	24,5	20,4	15,5	6,5
Médio completo	31,5	17,7	28,2	34,8	41,7	31,0
Superior completo	17,1	(1)	4,3	12,3	25,2	53,1

FONTE: DIEESE/SEADE/MTE/FAT/Fundação João Pinheiro/SINE MG. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED-RMBH

Elaboração: Escritório Regional do Dieese em Minas Gerais

(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

(2) Empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração salarial e assalariados que não informaram o setor institucional.

TABELA 8
Rendimento real médio dos ocupados (R\$)
Belo Horizonte e tipos regionais
2000-2001

(em R\$ de junho de 2002)

Rendimento Real Médio	Belo Horizonte	Tipos Regionais (Classes de IVS)				
		I	II	III	IV	V
Total	770	396	514	709	996	1556
Posição na ocupação						
Assalariados set. priv. com carteira	706	407	509	665	967	1613
Assalariados set. priv. sem carteira	418	269	325	385	486	(1)
Assalariados no setor público	1289	(1)	829	1098	1445	1968
Autônomos	638	423	517	649	725	(1)
Empregados domésticos	231	218	221	222	237	(1)
Setor de atividade						
Indústria de transformação	809	454	584	779	1092	(1)
Construção civil	643	423	497	(1)	(1)	(1)
Comércio	677	382	509	658	856	(1)
Serviços	906	439	566	815	1092	1752
Serviços domésticos	231	218	221	222	237	(1)
Escolaridade						
Fundamental incompleto	374	339	379	385	428	(1)
Fundamental completo	489	401	457	523	569	(1)
Médio completo	784	491	627	812	862	1017
Superior completo	2027	(1)	1572	1726	1914	2377

FONTE: DIEESE/SEADE/MTE/FAT/Fundação João Pinheiro/SINE MG. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED-RMBH

Valores em Reais de junho/02. Inflator utilizado: IPCA-BH (Ipead/UFMG)

Elaboração: DIEESE - Escritório Regional de Minas Gerais

(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

este nível e 17,7% concluíram o ensino médio. Nas UPs de baixa vulnerabilidade (V), o percentual de ocupados sem o ensino fundamental completo é apenas 9,5% e, com o grau completo, 6,5%. Mais da metade (53,1%) dos moradores em UPs do tipo V, que estão ocupados, têm curso superior completo.

3.4 Rendimentos

Conforme pode ser visto na Tabela 8, o rendimento médio dos ocupados moradores em UPs do tipo regional I (R\$396) representa aproximadamente a metade do rendimento médio no município de Belo Horizonte.

Nestas UPs, os rendimentos são mais baixos em todas as posições na ocupação, setores de atividade e níveis de escolaridade. Os assalariados no setor privado com carteira assinada receberam, em média, R\$407; os autônomos, R\$423. No comércio (R\$382) e nos serviços (R\$439), os trabalhadores que moram em UPs do tipo I recebem em torno da metade daquilo que recebem, em média, todos os ocupados do município.

Segundo a escolaridade, verifica-se, neste tipo regional, a menor diferença salarial em função do grau de instrução concluído. A diferença entre o rendimento de quem tem o ensino fundamental completo (R\$401) e o ensino médio completo (R\$491) é de 22%; no município, a diferença é de 60%.

Nas UPs do tipo regional II, o rendimento médio dos ocupados (R\$514) é 50% menor que a média municipal. Em todas as categorias analisadas o rendimento é menor, exceto entre os ocupados com ensino fundamental incompleto (R\$379, contra R\$374 no município).

No tipo regional III, o rendimento real médio foi estimado em R\$709; nas UPs do tipo IV, em R\$996. Nestes dois tipos regionais, os rendimentos estão mais próximos da média municipal, pouco abaixo no primeiro tipo e pouco acima no segundo.

Nas UPs do tipo regional V o rendimento médio dos ocupados foi estimado em R\$1.556, cerca de duas vezes o rendimento médio no município e quatro vezes o estimado para o tipo regional I. O salário médio no setor privado com carteira assinada foi de R\$1.613. No setor público, os empregados recebem, em média, R\$1.968; no setor de

serviços como um todo, R\$1.752. Os ocupados que moram nas regiões menos vulneráveis e que têm o ensino médio completo recebem, em média, R\$1.017. Já os que têm curso superior, nestas regiões, auferem um rendimento médio de R\$2.377.

4 Conclusão

As regiões administrativas do município de Belo Horizonte apresentam grandes diferenças quanto à inserção de seus moradores no mercado de trabalho.

Nas Regionais Barreiro, Norte e Venda Nova, são encontradas as maiores taxas de desemprego e também os menores níveis de rendimento. Nas duas primeiras Regionais, as taxas de participação no mercado de trabalho superam a taxa do município. Em Venda Nova, entretanto, a participação no mercado é menor, o que significa proporção maior de pessoas inativas, que não participam do mercado de trabalho.

Por outro lado, destacam-se as Regionais Centro-Sul e Pampulha por apresentarem taxas de desemprego menores e rendimentos mais elevados. A participação no mercado de trabalho é mais elevada na Pampulha e mais baixa na Regional Centro-Sul. Esta última tem a menor taxa de participação entre as Regionais.

As baixas taxas de participação nas Regionais Centro-Sul e Venda Nova têm razões diferentes. Na Centro-Sul, a necessidade de se recorrer ao mercado de trabalho é menor, especialmente entre os mais jovens. Em Venda Nova, a taxa de participação mais baixa indica dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

As demais regiões, Leste, Nordeste, Noroeste e Oeste trazem indicadores mais próximos aos estimados para o município.

Nas regiões onde o desemprego é maior e o rendimento é menor, Barreiro, Norte e Venda Nova, há uma proporção maior de assalariados no setor privado com carteira assinada e de autônomos. Os moradores destas regiões, entretanto, têm pouco acesso ao emprego no setor público e as profissões autônomas de nível superior. Também são poucos os empregadores. Segundo o setor de atividade, estes moradores estão relativamente menos presentes no setor de serviços e mais presentes na indústria e no comércio.

Nas Regionais Centro-Sul e Pampulha, diferentemente, é menor a concentração de assalariados no setor privado com carteira assinada e de autônomos, o que é compensado pela maior proporção de assalariados no setor público, de profissionais universitários autônomos e de empregadores.

Quando se consideram os tipos regionais, as diferenças de inserção no mercado de trabalho, segundo o local de moradia, ficam mais evidentes.

Grosso modo, os tipos regionais socialmente mais vulneráveis (I e II) são caracterizados por elevadas taxas de participação e desemprego e baixa remuneração. Os tipos regionais III e IV são aqueles cujos indicadores mais se aproximam dos indicadores para o município, embora para o tipo IV, alguns indicadores sejam mais favoráveis. No tipo regional V, as taxas de desemprego e participação são menores e o rendimento é mais elevado.

Onde a vulnerabilidade social é maior, há uma proporção maior de assalariados com carteira assinada, mas que auferem salários relativamente baixos. Também os autônomos, cujas proporções são mais elevadas nestes tipos regionais, têm rendimento abaixo do rendimento médio dos autônomos do município. A presença de moradores em tipos regionais I e II ocupados no setor de serviços é menor que em Belo Horizonte,

apesar de estar em torno de 50%. Entretanto, no tipo regional I a proporção de pessoas ocupadas no emprego doméstico e na construção civil é relativamente maior, enquanto no tipo regional II, há maior presença relativa na indústria e no comércio.

No tipo regional V, os assalariados com carteira assinada no setor privado, embora em proporção bem menor, auferem um salário médio quatro vezes superior ao que recebem os empregados registrados que moram em áreas do tipo I. Nestas UPs menos vulneráveis, há grande proporção de assalariados no setor público, com salário médio equivalente a quase três vezes o rendimento médio de todos os trabalhadores do município. Há, também, uma grande concentração de profissionais universitários autônomos e empregadores residindo em áreas com baixa vulnerabilidade. Cerca de 70% dos ocupados trabalham no setor de serviços.

Outra diferença importante entre as áreas mais vulneráveis e as menos vulneráveis diz respeito à faixa etária e escolaridade. Nas primeiras, há, relativamente, proporção maior de trabalhadores mais jovens e com pouca escolaridade. Naquelas onde a vulnerabilidade é baixa, especialmente no tipo regional V, há uma concentração bem maior de trabalhadores com 40 anos ou mais. Além disso, mais da metade dos ocupados neste tipo regional tem curso superior completo. ●

A conformação da Economia Solidária no Município

Luiz Henrique Oliveira Cunha ¹

Introdução

Esta nota busca avançar uma posição acerca da orientação e prática do apoio da Prefeitura à assim chamada Economia Solidária. Governos populares, como os do Partido dos Trabalhadores ou hegemonzados por ele, estão programaticamente comprometidos com a inclusão, a equidade, a defesa do meio ambiente, a elevação do padrão de convivência social. Daí a aspiração da sociedade em conhecer a prioridade a que se dedicam em conformar uma política de desenvolvimento econômico que incorpore o apoio à constituição e sustentabilidade de uma economia de inclusão e gestão cooperada.

O que é a Economia Solidária e porque deve o poder público apoiá-la

Numa definição mais restritiva, podemos definir a Economia Solidária como um conjunto de iniciativas econômicas populares para a sobrevivência de seus membros, cujo envolvimento é sobretudo associado ou familiar. Numa acepção mais ambiciosa, poderíamos entendê-la como um conjunto de iniciativas passíveis de articulação para conformar uma rede ou circuito econômico distinto da economia capitalista, esta última com empresas independentes e concorrentes entre si, visando essencialmente, a maximizar seus ganhos. Dito de outra maneira, estamos falando de um processo social em que empreendimentos, surgidos principalmente em resposta à incapacidade da economia realmente existente prover trabalho renda à capacidade humana disponível, venha anunciar uma alternativa de organização produtiva voltada ao atendimento das necessidades pessoais, e não ao lucro por sobre a vida humana e o meio ambiente.

¹ Gerente de Planejamento das Ações de Desenvolvimento Sócio-Econômico - GEDE/SMMAI

O capitalismo, no Brasil ou mundo afora, inclusive em sua zona desenvolvida, tem sido sinônimo de exclusão. Estruturado desde sua origem numa férrea competição desenvolve-se pela busca do lucro, apropriando-se do conhecimento e processos tecnológicos para uma contínua elevação da produtividade do trabalho, gerando, numa ponta, crescente mais-valia e, na outra, desemprego em massa da força de trabalho.

O florescimento de empreendimentos econômicos populares, ao par de materializar oportunidades de inserção produtiva, dinamiza em graus potencialmente crescentes a economia da cidade, com rebatimentos no nível de emprego e na arrecadação tributária. A economia pública ainda se beneficia pela redução relativa de gastos em ações compensatórias de renda. Por outro lado, ao exigirem sucesso, os empreendimentos econômicos populares generalizam a aprendizagem da gestão econômica e das implicações de uma vida solidária.

Diretrizes do apoio da Prefeitura

A sustentabilidade da Economia Solidária requer o concurso conjunto do apoio estatal e o da sociedade. Porém, o apoio governamental é requerido sempre após a vontade manifesta dos interessados. O Governo não cria empreendimentos solidários, o que desnaturaria seu propósito desde o início. Estabelecido esse princípio, os governos populares têm a oferecer todo o peso de sua política básica de inversão de prioridades do gasto público.

Em Belo Horizonte, o apoio à Economia Solidária é parte essencial do programa municipal de fomento às oportunidades de trabalho na cidade, que inclui ainda o favorecimento ao emprego formal, ao trabalho autônomo, ao artesanato e à criação de micro e pequenos empreendimentos individuais. Este programa por sua vez é um dos dois pilares sobre os quais se assenta a política municipal de desenvolvimento socioeconômico, ao lado do programa de fomento tecnológico às atividades econômicas.

A Prefeitura está organizando-se para oferecer no mais breve prazo um suporte integrado de apoio aos empreendimentos solidários com assessoria gerencial de marketing, de design, de estudos de viabilidade econômica e da oferta de espaços físicos de produção e comercialização, tanto aos em-

preendimentos já existentes quanto às demandas por sua constituição da parte de segmentos comunitários. Além disso, vem buscando criar um ambiente de circulação de informação e de debate para favorecer a criação de iniciativas econômicas populares.

Completam essas diretrizes, de um lado, a facilitação para a criação de redes regionais de empreendimentos populares, de modo a otimizar a utilização do potencial do gasto público e privado local, de forma integrada, monitoradas por fóruns democráticos de participação; de outro lado, a garantia da participação social na formulação da política municipal de fomento ao trabalho, conforme reiterado na 1ª Plenária Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico, recém-realizada, e que amplia a legitimidade social para a criação e funcionamento do Conselho Municipal de Trabalho e Renda, projeto em tramitação na Câmara Municipal.

Ações em curso e programadas

A experiência maior da Prefeitura no apoio aos grupos populares produtivos tem sido na comercialização de seus produtos em feiras e outros espaços públicos. Tratam-se de produtos de confecção artesanal, aos quais se procura agregar valor através de orientação para a elevação de sua qualidade e seu design. Às pessoas envolvidas nos empreendimentos oferecem-se cursos gerenciais com enfoque solidário. Essas ações se dão em parceria com a ONG Movimento do Graal.

Outra ação da PBH se dá pela transferência de recursos à Associação Civil de Microcrédito BANPOP, de modo a possibilitá-la ofertar crédito aos empreendedores de pequeno porte e aos empreendimentos associados, com a utilização do aval solidário. Com a injeção de recursos financeiros de outras fontes públicas e privadas, a PBH deixará de ser sua única financiadora, o que até agora tem limitado o atendimento a uma enorme demanda popular por crédito, a qual não consegue acesso junto às demais fontes de microcrédito na cidade.

O assessoramento para a viabilidade econômica, gerencial e de comercialização dos empreendimentos econômicos populares será bastante incrementado com a próxima inauguração do Centro de Apoio à Economia Popular, no Edifício Central da Praça da Estação.

Como uma das ações de inclusão produtiva do Programa BH-Cidadania terá início também próximo à sensibilização e seleção dos integrantes para a constituição de cooperativas de produção nas áreas-piloto.

Em 2003 começará a funcionar a Incubadora Municipal de Empreendimentos Econômicos Populares no Mercado Distrital Santa Tereza, cuja finalidade é a graduação de cooperativas com um grau mínimo de articulação produtiva. A primeira nucleação se dará em torno à lapidação de pedras semi-preciosas, articulando confecção de vestuário, bijuterias e objetos de decoração.

Para o mesmo período também será inaugurado o primeiro dos centros de produção comunitária (no Conjunto Granja de Freitas, região Leste), equipamentos destinados a integrar membros selecionados da comunidade local em atividades produtivas geradoras de renda, ofertando produtos de qualidade para o consumo comunitário e de fora, e proporcionando capacitação profissional para emprego ou autonegócios.

Todas essas ações estarão conectadas aos benefícios tecnológicos proporcionados pelas incubadoras de pontas fomentadas pelo município. Processos e produtos para favorecer a qualidade dos produtos populares serão a contrapartida exigida dos usuários deste pólo.²

Outra interface que se procurará consolidar é com o segmento empresarial consolidado na cidade, com base na difusão do valor cada vez mais atribuído à responsabilidade social corporativa. A recente realização do I Encontro Empresarial para a Geração de Trabalho e Renda - promovido pela Rede Cidadã (ONG impulsionada pela FIEMG, CDL e Federaminas, com apoio da Prefeitura) -, abrindo um canal de apoio ao empreendedurismo no meio popular, torna possível que empreendimentos associados também se vejam beneficiados.

Finalmente, busca-se melhorar a integração com as demais políticas sociais e urbanas da Prefeitura, de modo a extrair delas todo seu potencial de alavancagem de renda: as diversas ações de transferência ou subsí-

dio monetário, como o programa Bolsa Escola, os programas da política municipal de Abastecimento, Limpeza Urbana, Habitação e Meio Ambiente, as ações de Defesa Social.

Conclusão

Ainda que falte um Banco de Dados consistente dos empreendimentos econômicos populares na cidade, as informações disponíveis quanto à sua abrangência e potencialidade, assim como sobre a seriedade e dedicação da rede social das ONGs envolvidas com eles, tornam possível vislumbrar nós de uma futura rede econômica solidária. O diálogo permanente entre o poder público municipal e esse conjunto de novos atores da economia, afirmando espaços democráticos perenes que negociem direitos e deveres de ambos os lados, assim como a crescente absorção de valores culturais de transformação social por parte da população envolvida poderão dar a sustentabilidade requerida pelos empreendimentos populares, e desenhar, no processo, as possibilidades de uma nova forma de produção de vida. Aqui a reflexão crítica da política pública e o planejamento de ações permitidas pelo acúmulo social já cede lugar à utopia. Entretanto, para centenas de milhares de trabalhadores em nossa cidade apartados da dinâmica econômica vigente, sonhar faz bem. Se derem o primeiro passo da ação coletiva e solidária poderão transformar sonhos assim numa realidade de um macrocontrole social sobre recursos financeiros e materiais escassos que sirvam à maioria da população. ●

² Como a Economia Solidária pode beneficiar-se de processos tecnológicos sem palmilhar o mesmo caminho capitalista da concorrência e dispensa de força de trabalho? Exatamente porque é uma economia cooperada: por um lado, sem a figura do patrão, sem portanto a figura do proprietário estranho que se apropria do excedente criado pela elevação da produtividade do trabalho. A gestão é coletiva; por outro, porque seus empreendimentos constitutivos não concorrem entre si, mas se complementam. Este último aspecto é fundamental para que essa economia vingua: a Economia Solidária introduz o desafio do macroplanejamento, com a circulação irrestrita da informação para a tomada de decisões, ou seja, antecipa uma problemática de futuro. Como a economia que inclui, a concorrência que será levada a fazer é com a economia que exclui.

Atendimento ao Cidadão, Modernização Administrativa e Informação

- 2.1 Centrais de Atendimento/Centrais de Informações 33**
Marcos Evêncio Dutra - GERIT-NE
- 2.2 Atendimento ao cidadão em Belo Horizonte: fundamentos, apresentação e avanços. 41**
Breno Serôa da Motta - GERIT-CS
- 2.3 Sistema de atendimento e atenção ao cidadão - as ferramentas informacionais de suporte 47**
Dagmar Dutra - GEMA/SMMMAI
Airtton Neves Pinto - GEMA/SMMMAI
Roberto Silva Lima - PRODABEL
- 2.4 DM tramitação de processos - pelos caminhos da informação 51**
Dagmar Dutra - GEMA/SMMMAI
Denilson Alcântara - GEMA/SMMMAI
- 2.5 Uma iniciativa do governo eletrônico para ampliar a participação popular no gerenciamento dos transportes e trânsito de Belo Horizonte: o site da BHTRANS 61**
Eugênio Pasqualini Santos - BHTRANS
Miriam Gontijo de Moraes - BHTRANS

Centrais de Atendimento/Centrais de Informações

Marcos Evêncio Dutra ¹

2.1

Centrais de Atendimento

1 Introdução

Uma das marcas das administrações populares de Belo Horizonte foi a criação de canais institucionais de comunicação para intermediarem as demandas coletivas encaminhadas à municipalidade pelas entidades populares organizadas, valorizando o atendimento a essas demandas, sendo o Orçamento Participativo a sua maior expressão.

A atual gestão da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - PBH avança na compreensão do atendimento, ao colocar como uma de suas prioridades administrativas desenvolver projetos e ações que impliquem em qualificar o atendimento prestado ao cidadão, nos casos em que a demanda tem natureza individualizada e está programada para ser atendida através de um serviço previamente estruturado. Embora não prescindam de mediação política para a sua realização como nas demandas coletivas, o componente político aparece na determinação de humanizar e tornar resolutivo esse atendimento.

Na PBH os organismos existentes de atendimento/captação de demanda são vários e se encontram em estágios distintos de desenvolvimento. No presente trabalho propõe-se analisar as especificidades do Sistema de Atendimento ao Cidadão - SAC da Central de Atendimento Pessoal - CAP instalada em cada Secretaria Municipal de Coordenação da Gestão Regional - SCOMGER, destacando duas dimensões: de atendimento e de informações. O texto aborda alguns desafios que a municipalidade terá de enfrentar a fim de que se consolide uma cultura institucional de qualificação do atendimento.

¹ Gerente de Informações Técnicas da Secretaria Municipal de Coordenação de Gestão Regional Nordeste - SCOMGER-NE/PBH.

2 Centrais de Atendimento Pessoal - CAPs

As CAPs estão subordinadas às Gerências Regionais de Informações Técnicas - GERITs, gerências de nível 1 vinculadas às SCOMGERs e à Secretaria Municipal de Modernização Administrativa e Informação - SMMAI. As CAPs têm a incumbência de atender aos serviços gerenciados pelo Município, Estado e União. Dentre aqueles pertinentes à municipalidade estão o SAC; PROCON; Fazenda/Tributos; BHTRANS - programado para iniciar em 2002 na SCOMGER-NE; Certificado de Reservista - previsão de início em 2003 na SCOMGER-NE. Os serviços de competência do Estado são os de emissão de Carteira de Identidade e Atestado de Bons Antecedentes - atualmente em operação somente na SCOMGER-VN. Os serviços gerenciados pela União são os de emissão de Carteira de Trabalho - com a possibilidade de extensão para o Seguro Desemprego e Correios/Passaporte - estes programados para iniciarem em 2003 na SCOMGER-NE.

Dentro das Centrais existe autonomia de trabalho para cada setor de atendimento, que estabelece suas rotinas e fluxos de trabalho. Às GERITs cabem administrar as áreas coletivas das CAPs, numa espécie de condomínio. Evidentemente que tem de haver um mínimo aceitável para o atendimento, embora a performance varie entre cada área.

Vários fatores interferem na qualidade desse atendimento. Há serviços que são de pronto atendimento, como por exemplo, o fornecimento de 2ª via de Guia de IPTU. Nesses casos a complexidade menor torna mais propício um bom atendimento. Em outras situações, os serviços não são resolvidos dentro da CAP, muitas vezes fugindo à governabilidade de quem o recebe, tornando mais complexa a garantia de qualidade no atendimento.

3 Serviço de Atendimento ao Cidadão - SAC

O SAC é um sistema diretamente gerenciado pelas GERITs e Gerência de Modernização Administrativa -GEMA, esta vinculada à SMMAI. A GEMA normatiza o atendimento, determina a inclusão/modificação dos serviços a serem registrados no SAC, define os fluxos - em comum acordo com as

áreas executoras, o perfil/treinamento dos atendentes, os layouts das CAPs, a inclusão de outras áreas/serviços oferecidos nas Centrais, busca com a Prodabel as soluções tecnológicas para registro e tramitação das demandas.

As GERITs gerenciam o cotidiano da Central e o fluxo de serviço com as áreas que atendem ao SAC, além de elaborar relatórios gerenciais que identifiquem os acertos e correções entre o planejamento geral idealizado pela GEMA e as especificidades de cada Regional.

A Prodabel promove o suporte técnico de informática, em especial a manutenção do sistema, o desenvolvimento de treinamentos, a habilitação de funcionários e gerências.

4 Serviços Disponíveis no SAC

O SAC capta a demanda e repassa para as gerências fins ou executoras, respondendo ao cidadão somente no final do processo, não sendo portanto, um serviço de pronto atendimento. No geral, pode-se considerá-lo como de maior complexidade, em razão da existência de fluxos de tramitação para diversas áreas. O SAC funciona como porta de entrada e de saída/resposta para a demanda. Os serviços têm como destino:

I Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SMSUR

Gerência Regional de Manutenção
- GERMA - (gerência de nível 1 - G1)

Gerência Regional de Manutenção Viária
- GERMAV - (gerência de nível 2 - G2)

- Tapa buraco
- Recapeamento e alinhamento de meio-fio
- Pavimentação
- Abertura de rua
- Limpeza boca de lobo
- Construção de sarjeta
- Extensão de rede elétrica e iluminação pública
- Colocação de tampa de boca de lobo
- Instalação de boca de lobo
- Iluminação de praça
- Desobstrução de vias públicas
- Patrolamento de via
- Desobstrução/dragagem de córrego
- Iluminação pública
- Colocação de cantoneira - boca de lobo
- Implantação de rede pluvial
- Contenção de encosta

- Construção/manutenção de passarelas
- Vistoria em área de risco
- Instalação e alteração de meio-fio
- Solicitação de placa de denominação de logradouro
- Manutenção de rede de esgoto

Gerência Regional de Parques e Jardins

- GERPAJ (G 2)

- Manutenção de praças e canteiros
- Recolhimento de galhos e troncos de árvores
- Plantio de árvore em passeio
- Corte/poda no passeio ou áreas públicas municipais
- Autorização para intervenção em área privada ou pública interna
- Recurso contra pedido (negado) de autorização de intervenção em arborização em área privada ou pública interna
- Vistoria técnica para plantio de árvore - baixa e habite-se

Gerência de Fiscalização - GERFI (G1)

Gerência Regional de Fiscalização de Atividades em Vias Públicas GERFIV (G 2)

- Fiscalização de invasão de vias públicas

Gerência Regional de Fiscalização de Posturas/Meio Ambiente - GERFIP (G 2)

- Alvará de localização
- Fiscalização muros e passeios
- Fiscalização de obras e posturas

Gerência Regional de Fiscalização de Obras - GERFOB (G 2)

- Fiscalização de construção irregular

Gerência Regional de Fiscalização de Limpeza Urbana - GERFLUR (G 3)

- Retirada de lixo depositado irregularmente em via pública
- Reclamação de lote vago sem capina

GERLA - Gerência Regional de Licenciamento Urbanístico e Ambiental (G 1)

GERLIA - Gerência Regional de Licenciamento de Atividades (G 2)

- Autorização de eventos em via pública

II Secretaria Municipal de Serviço Social - SMSES

Gerência Regional do Distrito Sanitário - GERSA (G 1)

Gerência Regional de Vigilância Sanitária - GERVIS (G 2)

- Fiscalização sanitária

Gerência Regional de Controle de Zoonoses - GERCZO (G 2)

- Exame de leishmaniose
- Controle de escorpionismo
- Controle de dengue
- Epidemiologia esquistosomose
- Desratização
- Controle de vetores
- Resposta a medida judicial de acesso a imóvel particular para controle de dengue

Gerência Regional de Promoções, Esportes e Feiras - GERER (G 1)

- Empréstimo de palanques, gambiarras e materiais (em análise para exclusão)

III Gerência Regional de Informações Técnicas - GERIT (G 1)

- Consulta aos dados das plantas ou loteamentos aprovados
- Emissão de certidão de denominação de logradouro.

Dos 48 serviços disponíveis em 2002, dois são das GERITs/CAPs, 9 das gerências da SMSES e 37 da SMSUR. No artigo O Serviço de Atendimento ao Cidadão - SAC¹ apresentou-se a distribuição da demanda de 2001 segundo o tipo de serviço. Verificou-se que 19 serviços corresponderam a 90,09% da demanda naquele ano². Observando esses serviços na Tabela 1 - Estatística de atendimento do SAC ,*ibid*, pág. 66, nota-se que a SMSES, com 5 serviços, responde por 31,71%, ao passo que a SMSUR, com 14 serviços, é responsável por 68,29% das solicitações. Pode-se afirmar que o SAC está voltado para atender demanda da área urbana, embora a área social apresente valores expressivos face ao menor número de serviços disponibilizados.

¹ Fonte: Revista Pensar BH, Nº 1, mar/02, pág. 65.

² Poda de árvore, desratização, fiscalização sanitária, corte de árvore, fiscalização posturas, muros e passeios - irregularidades, fiscalização alvará de localização, exame de leishmaniose canina, reclamação de lote vago/capina, construção irregular, controle de dengue, invasão de vias públicas, plantio de árvore, controle de escorpionismo, retira de lixo irregular, recolhimento de galhos, pavimentação autorização para eventos, recapeamento asfáltico.

A demanda de 2002 tem apresentado o mesmo comportamento de concentração, o que leva a crer que há tendência para concentração da demanda nos 19 serviços. Isto pode ser explicado admitindo que os outros serviços realmente têm baixa procura, ou então eles estão passando por outra(s) porta(s) de entrada³. A título de ilustração, a concentração é tão evidente que o 12º serviço respondeu por 1,96% e o 19º por 0,94%.

Os atuais 48 serviços são o resultado de uma redução feita pela GEMA. Foram excluídos aqueles em que a Regional apenas repassava para o nível central, autarquia (BHTRANS) ou outro órgão (COPASA). A questão que fica é se a exclusão poderia ser ainda maior, e se isto não criaria as condições para a entrada de outros serviços. A Gerência Regional de Limpeza Urbana Nordeste (GERLU-NE), por exemplo, tem se manifestado favorável à inclusão dos serviços de limpeza urbana.

A GERIT-NE constatou que a GERCZO-NE tem pouca demanda recebida pelo SAC, uma vez que a base de sua demanda é captada pelos Centros de Saúde. Levantou-se a questão dessa tendência se estender para as demais Regionais, o que tornaria o serviço muito mais importante estatisticamente se tivesse como porta de entrada somente os SACs.

5 Envio das Demandas às Gerências Executoras

O SAC registra a demanda no Sistema Notes, que pode ser feita pessoalmente, por telefone ou ofício, e tramita, via rede para as caixas postais das gerências executoras. Nos casos em que se exige documentação os papéis seguem via malote. Essas gerências analisam a demanda, emitem parecer técnico, atualizam o sistema e incluem a demanda na programação nos casos pertinentes.

As áreas executoras mandam para a caixa postal da Central para resposta somente as autorizações dos serviços de Baixa e Habite-se e de Autorização para Intervenção em Arborização em Área Privada ou Pública Interna. A Central telefona para o cidadão informando da liberação do seu documento, embora o fluxo indique que o mesmo

deveria ser postado através de correspondência registrada.

A GERIT-NE acertou com a Gerência Regional de Manutenção o envio para a sua caixa postal das solicitações dos demais serviços que tenham parecer técnico e que seja possível responder ao solicitante. A resposta é feita via telefone, uma vez que ainda não está implantado o sistema de mala direta. Atualmente estão sendo tomadas providências para estender esse procedimento para as outras gerências.

6 Atendimento CAP / SAC

A descentralização administrativa da PBH propiciou maior infraestrutura para as CAPs. Nesse processo inaugurou-se a CAP-NE em maio/02, a CAP-CS será inaugurada em novembro/02, o que propicia maior conforto e acessibilidade para o cidadão. Vale lembrar que está em análise apenas o atendimento do SAC dentro da Central.

Com a descentralização, novos serviços passaram para o SAC, a saber:

- Autorização para intervenção em arborização em área privada
- Vistoria técnica para plantio de árvore - baixa e habite-se
- Apresentação pelo requerente de recurso contra pedido (negado) de autorização de intervenção em arborização em área privada ou pública interna
- Emissão de certidão de denominação de logradouro
- Consulta aos dados das plantas de loteamentos aprovados
- Solicitação de afixação de placas de denominação de logradouro

Desses serviços, os dois primeiros são os mais demandados. De um modo geral, em alguns serviços os SACs têm procedimentos distintos na captação da demanda, o que pode refletir na produtividade de cada SCOMGER.

Através do convênio PBH/Fundação Universitária Mendes Pimentel - FUMP, desde abril/02 estagiários da UFMG atuam como atendentes nos guichês do SAC, em substi-

³ Por exemplo, o serviço de Tapa Buraco tem telefone específico.

tuição ao pessoal terceirizado, de nível médio de ensino. A GEMA/Gerência de Coordenação de Projetos - GECOP propôs-se avaliar periodicamente o desempenho dos estagiários, reforçando a qualificação do atendimento. Em agosto/02 a GECOP fez a 1ª avaliação - trimestre abril/junho, com parecer favorável sobretudo no trato com o cidadão.

7 Desafios do Atendimento

Com o processo de descentralização administrativa iniciado em 2001, as Administrações Regionais passam a ter maior capacidade de intervenção. Nesse contexto, as Centrais ganham maior visibilidade e cria-se uma expectativa de que haverá aumento de demanda no SAC. A demanda da população aos serviços da Prefeitura está condicionada a vários fatores. Dentre eles destaca-se a extensão dos serviços ofertados, a acessibilidade aos mesmos, as ações de natureza preventiva.

A maior oferta de serviços decorre da consecução da descentralização administrativa. Ela tem de ser conjugada com a avaliação da demanda dos serviços já disponíveis. Há concentração de demanda em determinados serviços em detrimento de outros, além da pressão para a inclusão de outros, particularmente os de limpeza urbana.

O aumento de demanda pode advir da maior acessibilidade física ou do sistema (internet), disponibilidade de quichês/atendentes e telefones no SAC, descentralização de serviços - como ocorreu em 2002.

O perfil de multi-funcionalidade da Central favorece o aumento de demanda do SAC. Por exemplo, uma pessoa que vai resolver um problema de cobrança de IPTU pode aproveitar e fazer uma solicitação no SAC em razão da proximidade. Seria o caso de uma pessoa tomar um café em um balcão de demonstração de supermercado. Ou seja, ela entrou ali com uma finalidade, que foi acrescida de outra devido à disponibilidade do produto.

A não realização de ações preventivas pode gerar aumento de insatisfação. Por outro lado, em tese, ações bem feitas também potencializam a demanda. Por exemplo, uma poda sistemática em um bairro pode despertar demanda no bairro vizinho, ou até mesmo numa rua do mesmo bairro, que por

um motivo ou outro não entrou na programação.

A melhoria no atendimento tem a ver com a qualidade do tratamento dado às etapas dos processos de atendimento, desde o seu início até o fim, assim como a percepção do cidadão sobre a qualidade do mesmo. É preciso, pois, colocar uma lente na demanda registrada e identificar o tratamento que a mesma está recebendo. É um mecanismo mais trabalhoso, mas de maior consistência de verificação.

Pela própria natureza dos serviços do SAC, de não serem de pronto atendimento, implica em que as áreas envolvidas situem-se numa relação de interdependência. Nesta lógica, pode-se afirmar que todas as gerências que atuam a partir da demanda formalizada pelo cidadão constituem-se, em maior ou menor grau, em áreas de atendimento, a despeito de se comunicarem diretamente ou não com o munícipe.

Todas as gerências envolvidas têm de estar convencidas de que o trabalho de cada uma é parcial, que será a somatória da qualidade da ação de cada área que indicará o grau de qualidade no atendimento, e não somente o desempenho isolado do SAC.

O SAC, por mais que tenha conforto físico na área de espera, atendentes bem treinados, sistemas de registros funcionando bem, depende de uma retaguarda, que são as gerências que decidem o encaminhamento a ser dado à demanda. O SAC tem de enviar para as outras gerências registros bem fundamentados, na medida em que a análise será feita a partir do conteúdo desse material e não do contato direto com o interessado.

As áreas executoras participam diretamente da qualidade no atendimento, vez que elas recebem as demandas registradas no SAC, avaliam, emitem parecer, desenvolvem projetos e incluem na programação para execução, nos casos pertinentes, devendo manter o sistema atualizado em cada fase do processo. Pelo fato de terem maior distância física em relação ao cidadão, elas não absorvem a ansiedade daquele, o que as induz a não se sentirem como áreas também de atendimento.

A determinação da municipalidade em atender bem o cidadão implica em assumir os seguintes desafios:

a) Trabalhar integrado e unificar a linguagem. A capilaridade e organicidade das ações podem ser feitas através de padronizações no sistema e nos fluxos, assim como no gerenciamento local centrado na co-responsabilidade do atendimento.

Face à perspectiva de crescimento da demanda, o cidadão coloca para a PBH o desafio de ser ou não atendido. E em que consiste, então, ser atendido? Como a demanda nem sempre é procedente, atender não pode significar concordância de imediato com a solicitação. Ocorre também de, mesmo tendo parecer favorável, haver restrições orçamentárias que impeçam o atendimento ou o projete para um período longo.

b) Responder ao cidadão. A resposta pode ser dada a qualquer demanda. Significa dizer que a capacidade de atendimento tem a ver com a capacidade de resposta. A resposta pode ser uma ação da Prefeitura ou uma informação do encaminhamento dado a determinada demanda. A resposta representa uma satisfação dada pelo órgão público ao cidadão, devendo ser, de preferência, uma iniciativa da Prefeitura, e não apenas quando este recebe cobrança de resposta. É preciso trabalhar na perspectiva de que todo cidadão merece ser respondido.

c) Melhorar o parecer técnico. Para que se chegue ao ponto de resposta à demanda tem de ter um parecer técnico bem fundamentado e justificado, devendo-se trabalhar para qualificar os pareceres.

d) Ter previsibilidade para analisar a demanda e gerar a resposta. O cidadão mostra interesse em saber quando será atendido/respondido. Se no atendimento esses prazos forem fornecidos, muitas cobranças deixarão de existir, vez que o cidadão saberá se passou ou não do prazo fornecido. A previsibilidade de resposta deve ser acordada entre as áreas a fim de que os prazos possam ser cumpridos.

Vale lembrar que a qualidade no atendimento pode variar entre as Regionais em função do perfil da demanda. Regiões que têm concentração de demanda de serviços mais complexos, como por exemplo de fiscalização urbana ou vigilância sanitária, que geram prazos de autuações, podem demorar mais para serem respondidas, em detrimento de outras regiões cujos serviços demandados são de fácil atendimento.

Centrais de Informação

As Centrais podem ser consideradas também como centrais de informação, principalmente o sistema SAC, Com relação ao atendimento ao público externo as Centrais atuam como pontos de referência de informação para a população. As informações solicitadas não se restringem aos serviços disponibilizados, mas a toda e qualquer ação de maior publicidade por parte da PBH.

A população, através dos meios de comunicação, fica sabendo de serviços que não são captados pelas CAPs, como por exemplo campanhas de vacinação, cadastro bolsa escola, eventos e muitas vezes quer confirmar junto às Centrais as datas, locais de realização, horários etc. Nesses casos, havendo comunicação interna, as áreas responsáveis pelas ações comunicariam previamente às Centrais/SAC, subsidiando com informações básicas para esclarecimento ao público. O SAC não deve se limitar a informar apenas o andamento de solicitações registradas no sistema.

O SAC, e o mesmo raciocínio vale para a Central, tem como matéria prima e produto final a informação. No plano micro de atendimento ao cidadão, a informação recebe tratamento na sua singularidade, sendo cada registro um caso. No plano macro, o volume da demanda tem de ser tratado de maneira que possibilite leituras que permitam reorientar ações, tanto por parte dos SACs quanto por parte das áreas executoras.

Essas informações estratégicas podem ser obtidas através de relatórios periódicos já disponíveis pelo sistema SAC, ou através de outros a serem criados. Nesse ponto a linguagem pode ser desde planilhas e gráficos, ou até mesmo o de dar tratamento espacial, georeferenciando a demanda/atendimento. Um desafio seria cruzar as informações do perfil da demanda com indicadores sócio-econômicos. Também é pertinente o estudo do comportamento da demanda ao longo do ano e verificação de possível sazonalidade, o que permitirá adequar a estrutura disponível ao perfil da demanda.

A consistência e variedade de relatórios torna-se fundamental na maximização dos recursos disponíveis. Ações neste sentido já estão sendo estimuladas pela SMMAI, embora ainda não se tenha chegado a um formato metodológico a ser adotado por todas as GERITs.

Considerações finais

A maior visibilidade das SCOMGERS, advinda da reforma administrativa, aumenta a responsabilidade das Centrais/SACs. Firmá-los como referências positivas para a população implica em lidar com desafios administrativos, gerenciais e políticos. Quem atua nessa área percebe que há uma tendência da população em ter mais disposição para reclamar do que para elogiar. Significa dizer que atendimentos ruins, mesmo que em minoria, comprometem todo um trabalho a longo prazo.

Se for realizar estudo mais aprofundado, será possível constatar que a Prefeitura atende, de alguma maneira, pelo menos a 80% da demanda recebida no SAC, o que pode ser considerado alto. Se esse atendimento incorporar exigências mínimas da população, sobretudo quanto aos prazos de execução e de resposta, o grau de satisfação será francamente favorável à municipalidade. Este é o desafio. ●

Referências Bibliográficas

Equipe Técnica SMMAI-GERITs. O Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) in: Revista Pensar BH - Informações Técnicas, Ano I, Nº 1, março/2002. p. 65-70.

----- Estatística de Atendimento ao Cidadão in: Revista Pensar BH - Informações Técnicas, Ano I, Nº 2, junho/2002. p. 71-74.

Atendimento ao Cidadão em Belo Horizonte fundamentos, apresentação e avanços

Breno Serôa da Motta ¹

Introdução

O Brasil vive um processo sensível de amadurecimento democrático movido, por um lado, pelo exercício cotidiano das liberdades e garantias constitucionais e, por outro, pelo fortalecimento das instituições, afastando-se progressivamente do paradigma anterior, fundado no Estado autoritário.

No passado recente, houve um marco na construção da consciência cidadã nos brasileiros, alertando-os de que poderiam, de forma incomum, contar com o Estado para agir em seu favor. Foi a conquista da aprovação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990) que despertou o sentimento de confiança no respeito aos direitos previstos no artigo 5º da Constituição, cuja aplicabilidade é percebida em ações corriqueiras da vida cotidiana.

Porém, o que aqui se pretende tratar é dos direitos e garantias fundamentais, que, a despeito de terem sido relegados a planos inferiores pelos anos de violação a que foram submetidos, agora assumem o relevo meritório que nunca deveriam ter perdido. Sem a pretensão de desmerecer o avanço incorporado pelo referido Código de Defesa do Consumidor, é preciso entendê-lo como uma função derivada, relativa apenas a uma das possibilidades na existência do cidadão, mais especificamente quando este se propõe a figurar no pólo ativo de uma relação de consumo.

É preciso constatar também que a ordem eleita para formular nossa Carta Magna pressupõe a anterioridade de direitos. Assim sendo, observa-se que, já em seu artigo 1º, inciso II, a Constituição menciona a cidadania como fundamento de nosso Estado Democrático de Direito, ao passo que a defesa do consumidor virá preceituada no inciso XXXII do artigo 5º.

¹ Gerente de Informações Técnicas da Secretaria Municipal de Gestão Regional Centro-Sul - SCOMGER-CS - PBH

Enfatiza-se, então, neste trabalho a primazia do zelo pela cidadania, posto que esta se assenta no conceito de indivíduo, sendo a existência do cidadão fator suficiente para que este seja sujeito de direitos, sem a necessidade do instituto do consumo para que se garanta a constituição de sua identidade.

Acrescente-se também que aqui se entende a cidadania como processo e não como uma constatação factual estática. É preciso dizer que, se em determinado tempo cidadania já se traduziu pelo pertencimento a uma casta e em outros, pela raça, pela posse de propriedade, pelo possibilidade de votar ou até mesmo sobreviver, o momento atual nos aponta para uma reconstrução dessa idéia. É ainda paradoxal ser necessário, nos dias de hoje, garantir a sobrevivência por meio da segurança alimentar, frente ao desafio que se impõe de assegurar dignidade no trato total com o cidadão.

A responsabilidade do Estado na construção da cidadania - uma missão indelegável

Para o fortalecimento da cidadania, faz-se mister que a cidadania se consubstancie na própria relação entre o cidadão e o Estado.

Segundo CAVAGNARI (1), "o conceito de democracia pressupõe o conceito de cidadania. A cidadania é o princípio orientador da democracia. Tal entendimento implica o direito de todo cidadão ser considerado como um igual em face de toda escolha coletiva. Implica, também, o dever do governo ser igualmente responsável e acessível para com todos os membros de uma comunidade política."

Quando o Estado se apresenta ao cidadão como agente prestador de serviços é indelével que nesta relação sejam observados os elementos formadores e balizadores daquele fundamento. (Observe-se que a Lei 9265/96 estabelece a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.) A indelegabilidade da responsabilidade por suprir alguns serviços, muitas vezes não facultando ao cidadão a opção de ter seu anseio suprido em outra instância, por si só, perpetra ao Estado um gravame nesta observância.

Mesmo a doutrina do Direito Administrativo reza que o zelo pelos bens públicos é

de competência privativa do Estado, de onde se pode concluir que é um direito do cidadão ver cuidada a Coisa Pública. É possível deduzir-se também que, não podendo se furtar à prestação de alguns serviços e diante da imposição constitucional de garantir a cidadania, o Estado, quando acionado, impregna-se de uma condição diversa às demais pessoas jurídicas em sua relação com o cidadão.

É com base nesses princípios e teses que o Poder Público Municipal vem implementando seus produtos e serviços voltados para despertar, construir e ampliar cada vez mais a consciência cidadã de seus munícipes em Belo Horizonte.

Os serviços prestados pelo Município

Por se tratar do ente federativo mais próximo do cidadão, capaz de trazer respostas mais ágeis e mais eficientes às demandas, o Município vem concentrando, paulatinamente, uma gama de competências adicionais. Seja por força de lei, como a municipalização da Saúde, decorrente da criação do SUS, e a assunção do Ensino Fundamental, em virtude da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, seja por opção política, conforme se vê nas ações da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) voltadas para a geração de emprego e renda, ou mesmo naquelas que visam à segurança pública, conforme ocorre no Convênio entre PBH e a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e na criação dos Conselhos de Segurança Pública (CONSEPS), os Municípios vêem-se contingenciados a administrar uma estrutura complexa de atendimento ao cidadão.

É especificamente para fazer frente a este imbricado universo de determinações legais e de implementação de políticas e, principalmente, diante do grave quadro de carência social que se conforma e se estabelece o modelo de atendimento adotado pela Prefeitura de Belo Horizonte.

Estruturação dos serviços disponíveis aos cidadãos em BH

Para a compreensão da estrutura de atendimento ao cidadão em Belo Horizonte, faz-se necessário que se indique a forma como se apresentam os serviços disponíveis na Capital mineira. Esses serviços encontram-se

localizados nos diversos órgãos da Prefeitura de Belo Horizonte que, por meio da última Reforma Administrativa (Lei Municipal nº 8.146, de 29 de dezembro de 2.000), adquiriram estrutura especializada, optando pela descentralização como premissa para a agilidade e modernização do atendimento.

É preciso reparar que em alguns serviços pode-se observar um trâmite reduzido, enquanto em outros, por força da legislação em vigor, é necessária a observação de ritos processuais, que tornam complexo o fluxo de sua tramitação.

Ao final do ano de 2.000, por exemplo, havia 985 (novecentos e oitenta e cinco) serviços cadastrados apenas no sistema de controle de fluxo de processos administrativos (OPUS). Com a edição da Reforma Administrativa, as competências e as soluções mais eficazes no que tange à captação de demandas e curso dos serviços passaram a ser disciplinadas por meio de Decretos Municipais.

Cabe salientar aqui que os serviços podem ser diferenciados segundo a iniciativa: alguns são realizados ex-officio, ou seja, no elenco de atividades ordinárias de um determinado órgão da Administração. Inclui-se aí a realização de determinado serviço, quando a iniciativa parte da própria administração. Há outros, em que essa iniciativa parte do cidadão ou de entidade interessada na obtenção de uma ação específica. Ocorrem, também, aqueles que se dão de forma mista: ex-officio ou, e inclusive, provocados por solicitação. Essa diferenciação aponta para uma necessidade crescente de monitoramento da demanda, pois um planejamento que se antecipe à solicitação evita o dispêndio de energia por parte dos cidadãos e, muitas vezes, reduz o custo da ação para os cofres públicos.

Na análise de séries históricas, verifica-se que é crescente a demanda por serviços públicos municipais em Belo Horizonte, como é possível comprovar no relatório

sobre o Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) (Tabela 1).

O crescimento direto do volume das demandas, superior ao crescimento da população e da infra-estrutura da cidade, indica, não uma piora no quadro geral dos serviços prestados, mas o aumento da confiabilidade nesse sistema de atendimento. A verificação da consistência interna dos quantitativos apresentados, auditados itens significativos na composição do relatório, permite afirmar que o aumento das solicitações é acompanhado da resposta eficaz na realização dos serviços.

Tal fato é observável comparando-se as solicitações de serviços relativos as árvores na Região Centro-Sul, em face da efetiva realização dessas atividades pela respectiva Gerência de Parques e Jardins, no ano de 2001 (Tabela 2, Gráficos 1 a 4). Se levarmos em conta que a política de podas e supressões de espécimes arbóreas é restritiva, por ser condicionada à legislação ambiental, temos que os índices de resposta se aproximam favoravelmente da demanda captada. Essa constatação remete ao constante esforço exigido no sentido de monitorar não só a captação de serviços, mas também à constante necessidade de dimensionamento das estruturas que, efetivamente, executam a ação solicitada.

É possível perceber a complexidade do planejamento desse sistema quando vislumbramos o vasto universo de ações e seus respectivos arcabouços operacionais, em cada uma das Secretarias Municipais de Coordenação de Gestão Regional. Antes, é preciso observar que essas Secretarias vieram para fazer frente à diversidade intramunicipal criada ao longo de décadas de crescimento desordenado em Belo Horizonte. Apenas para citar um dado, segundo o IBGE, entre os anos de 1996 e 2000, a população do Município cresceu 7,04 %, sendo que as Regiões Administrativas apresentaram com-

TABELA 1
Relatório dos Atendimentos Criados no Sistema SAC

	Ano de 2.000		Ano de 2.001		1º Semestre de 2.002	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Serviços:	44.355	100,00%	52.285	100,00%	34.201	100,00%
1- Serviços em Árvores	13.299	29,98%	14.766	28,24%	10.401	30,41%
2 - Vigilância Sanitária e Epidemiologia	7.241	16,33%	11.065	21,16%	7.426	21,71%
3 - Fiscalização (Ambiental, de Posturas Municipais e de Limpeza Urbana)	17.741	40,00%	20.642	39,48%	12.955	37,88%
4 - Serviços de Transporte e Trânsito	161	0,36%	221	0,42%	184	0,54%
5 - Serviços de Manutenção e Obras	5.178	11,67%	5.009	9,58%	2.678	7,83%
6 - Outros	733	1,65%	582	1,11%	557	1,63%

FONTE: SCOMGER-CS

TABELA 2
Análise dos Serviços de Intervenção em Espécimes Arbóreos

Mês	Poda (un)		Plantio(un)		Recolhimento de Arvore(un)		Secção Raiz (un)	Supressão(un)		Transplântio (un)
	Produção	Solicitações	Produção	Solicitações	Produção	Solicitações	Produção	Produção	Solicitações	Produção
Jan	79	118	02	01	00	09	00	09	40	00
Fev	50	101	00	02	00	04	02	06	43	00
Mar	40	158	03	15	00	01	00	14	49	00
Abr	54	94	01	07	01	03	00	12	33	00
Mai	79	179	07	07	01	01	01	06	46	00
Jun	101	100	02	06	01	03	02	11	41	00
Jul	136	113	00	04	06	00	03	16	44	00
Ago	100	88	00	02	11	01	01	21	32	00
Set	318	90	00	02	13	00	04	12	52	00
Out	127	89	00	02	09	01	00	18	36	17
Nov	46	68	00	01	05	02	00	13	50	00
Dez	26	59	17	02	08	04	01	18	26	00
Total	1156	1257	32	51	55	29	14	156	492	17

FONTE: SCOMGER-CS

GRÁFICO 1
Comparativo de poda em 2001
SCOMGER-CS

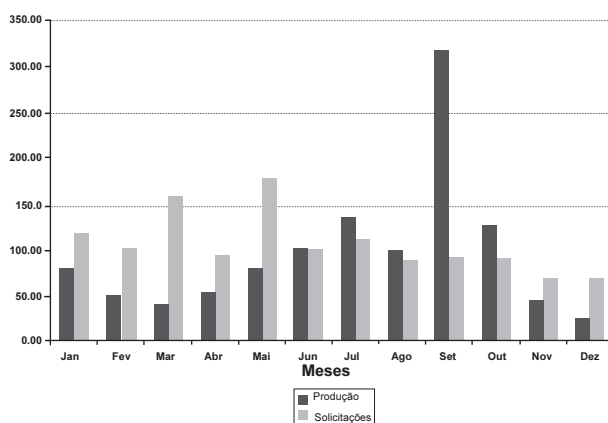


GRÁFICO 3
Comparativo de recolhimento de árvores em 2001
SCOMGER-CS

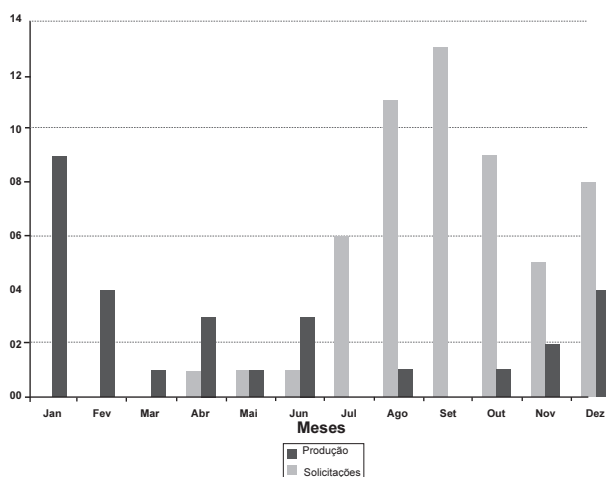


GRÁFICO 2
Comparativo de plantio em 2001
SCOMGER-CS

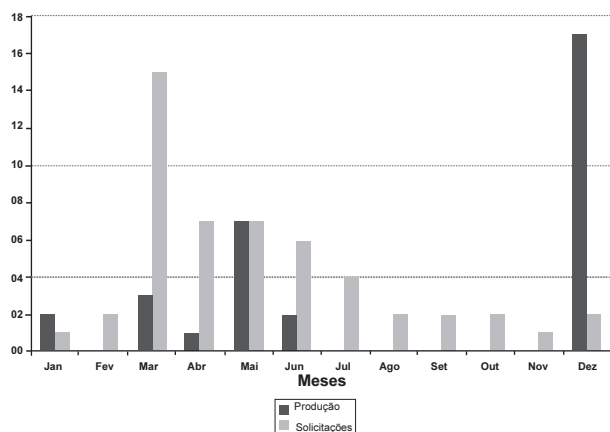
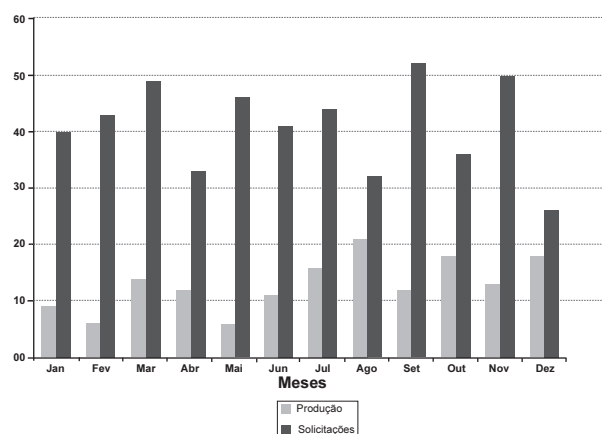


GRÁFICO 4
Comparativo de supressão de árvores em 2001
SCOMGER-CS



portamentos diferentes entre si e, também, diversos do total (Tabela 3).

TABELA 3
População de Belo Horizonte por Região Administrativa

Região Administrativa	Habitantes em 1996	Habitantes em 2000	Variação Percentual
Barreiro	237.046	262.194	10,61 %
Centro-sul	252.368	260.524	3,23 %
Leste	247.595	254.573	2,82 %
Nordeste	251.126	274.060	9,13 %
Noroeste	337.792	338.100	0,09 %
Norte	175.604	193.764	10,34 %
Oeste	252.345	268.124	6,25 %
Pampulha	119.303	141.853	18,90 %
Venda Nova	218.192	245.334	12,44 %
Total BH	2.091.371	2.238.526	7,04%

FORNTE: IBGE

Sobre a gama de ações desenvolvidas, seria moroso anunciar neste trabalho todo o elenco de serviços prestados. Todavia, em caráter ilustrativo, é possível citar grandes números, que darão uma noção aproximada do objeto em questão. Tomada como referência apenas a região Centro-sul em 2001, apresentam-se alguns dados: realizaram-se em torno de 20 mil ações fiscais; foram tapados 16.000 buracos em vias e logradouros públicos; 168.000 km de vias foram varridos e 14.250 alunos encontram-se matriculados em 11 escolas municipais. Esses dados permitem que se compreenda o desenho e as características dessa região, mas, convém crer, esta conformação divergir nas demais regiões. Porém aqui não se explicitarão tais perfis, por ser digressivo ao inicialmente proposto.

Considerações finais

Delineado o ambiente onde se dá a prestação de serviços pela Administração Pública Municipal, é possível confirmar o esforço constante da Prefeitura de Belo Horizonte de acompanhar a evolução das demandas apresentadas, propondo soluções mais ágeis e eficazes.

Esse empenho consubstanciou-se na Reforma Administrativa que vem sendo implementada atualmente. Em especial, a criação das Secretarias da Coordenação de Gestão Regional permitiu o monitoramento e a conseqüente modernização dos processos, de forma a adequá-los às realidades locais. Esses órgãos possibilitaram o planejamento global, conciliando a noção de conjunto da

cidade com o respeito às diversidades regionais. Este processo vem ao encontro da diretriz de aproximação do Poder Público com o cidadão, presente nas Administrações Democrático-Populares. Cabe afirmar que "(...) se não temos participação consciente (um amplo contingente de pessoas conscientes e dispostas a participar) na condução da sociedade organizada em Estado, não temos democracia." (MAMEDE) (2). Neste mesmo sentido, há ações inter-relacionadas, como a criação de Conselhos Populares, a implementação do Orçamento Participativo, além de outros, que têm por pano de fundo a transparência administrativa e a participação popular. Tais projetos guardam em seu cerne o preceito do estabelecimento de uma relação dialógica com os cidadãos e do controle social das ações públicas, tomados como motores da eficiência administrativa.

Fica, por fim, o registro de que, confirmando o constante fortalecimento da política de atendimento ao cidadão em Belo Horizonte, ainda neste ano de 2002, inauguram-se as novas Centrais de Atendimento ao Cidadão da Secretaria Municipal da Coordenação de Finanças, da Secretaria Municipal da Coordenação de Gestão Regional Centro-sul, além de ter sido inaugurada recentemente a Central de Atendimento ao Cidadão da Secretaria Municipal da Coordenação de Gestão Regional Nordeste. ●

Referências Bibliográficas

- (1) CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. Informação e Cidadania às Portas do Terceiro Milênio. Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG, Belo Horizonte, v.22, n.1, p. 108, jan-jun./93.
- (2) MAMEDE, Gladston, Hipocrisia: o mito da cidadania no Brasil. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 34, n. 134, p. 219, abr./jun. 1997

Sistema de Atendimento e Atenção ao Cidadão

- as ferramentas informacionais de suporte

Airton Neves Pinto ¹
Dagmar Dutra²
Roberto Silva Lima³

1 Introdução

Na edição nº 2 da Revista PensarBH, em sua seção 4, foi publicada a matéria - *Sistema de Atendimento e Atenção ao Cidadão - logística de apoio e as estratégias de desenvolvimento e implantação.*

Na oportunidade foram abordadas as diretrizes que orientaram a sua formulação, bem como as expectativas de resultados, ficando para esta edição a discussão sobre as ferramentas que deverão dar suporte ao Sistema de Atendimento e Atenção ao Cidadão.

Para a elaboração do projeto foram mantidos contatos com outras instituições públicas e prospectou-se as inovações existentes no mercado, visando a identificar as melhores soluções adotadas e/ou disponíveis que pudessem ser consideradas e absorvidas, considerando as particularidades da Prefeitura de Belo Horizonte.

Todas as implementações feitas ou alternativas estudadas tiveram como norte estruturante o tratamento da informação, independente do volume e do tipo de atendimento, disponibilizando para os atendentes ferramentas informacionais que sustentassem seu processo de trabalho.

Belo Horizonte não seguirá caminho diferente. Por uma razão bastante óbvia: para que a população tenha acesso aos serviços prestados pela Prefeitura é necessário que ela os conheça e saiba onde e como obtê-los; para que haja controle social é necessário que a informação esteja disponibilizada e caracterizada.

Neste artigo apresentaremos como estão sendo estruturadas as ferramentas informacionais que darão suporte ao atendimento, seus benefícios e as previsões para disponibilizá-las para os usuários.

¹ Engenheiro, consultor da Gerência de Modernização Administrativa-GEMA/SMMAI

² Administradora, Gerente de Modernização Administração/SMMAI

³ Analista de Sistemas da PRODABEL

2 Processo, ferramentas e tecnologia

As experiências têm demonstrado que investimentos em recursos tecnológicos que não contemplam as necessidades dos usuários são de baixa eficácia, apesar de produzirem uma sensação de melhoria e de modernidade durante algum tempo.

Ferramentas informatizadas, para terem aplicabilidade, precisam - de atender aos requisitos impostos pelos processos de trabalho aos quais elas se destinam, ou seja, são os processos que devem direcionar o desenvolvimento das ferramentas e, por consequência, orientar e justificar os recursos tecnológicos a serem empregados.

Neste contexto, não há como se falar em ferramentas sem que se fale em processo de trabalho (atividades, fluxos e procedimentos) e tecnologia, pois é através da combinação destes que se consegue garantir a melhoria no desempenho, dando-lhe a resolutividade necessária.

Estes comentários são importantes para um melhor entendimento da concepção do projeto, da lógica de desenvolvimento adotada e o porquê da estratégia de se iniciar a construção do sistema de atendimento pelas três bases de dados que o suportarão e não pela captação e disponibilização de serviços.

3 As diretrizes das ferramentas

Ferramentas são todos os instrumentos disponibilizados para facilitar a execução das atividades, do controle e da gestão dentro de um ou mais processos de trabalho com o objetivo de instalar um ambiente moderno de trabalho com vistas a prover os meios para auxiliar o processo de melhoria dos índices de produtividade e de desempenho, na realização das atividades.

Ou seja, a construção de uma ferramenta deve estar coerente com as políticas de desempenho ou de benefícios desejados que são definidas pela instituição e seus objetivos devem ser transparentes para todos, principalmente as de caráter corporativo.

Assim foram definidas as seguintes diretrizes para nortear todo o processo de desenvolvimento, que se desdobrou em planos de ação, na identificação dos processos de trabalhos, na caracterização das atividades e fases do projeto:

- disponibilizar uma base única informacional para administração direta e indireta;

- sistematizar as informações sobre a estrutura organizacional e serviços municipais;
- possibilitar um processo de gestão que assegure a confiabilidade e atualidade das informações ;
- minimizar o retrabalho e a superposição das atividades nos processos de trabalho;
- universalizar as informações, notadamente aquelas necessárias para o processo de atendimento;
- promover a integração e descentralização das informações entre os órgãos e unidades.

Nos tópicos seguintes são apresentadas breve descrição do que são as ferramentas, seus objetivos, funções, as aplicações, benefícios e as suas integrações mais importantes.

3.1 Sistema de informações organizacionais - SIOM

Com o objetivo de dotar a PBH de meios que possibilitem manter a base normativa e dar tratamento, dinâmico, descentralizado e integrado às informações relativas a sua estrutura organizacional, endereços e telefones dos seus órgãos e unidades.

O SIOM será integrado com outros sistemas de informação corporativos. Num primeiro momento com os Sistemas Informatizados de Recursos Humanos (ARTE-RH) e de Informações Urbanas (SIUR) para garantir agilidade na obtenção de informações através do cruzamento de dados sobre titulares e lotação de pessoal e para, corretamente, endereçar aos órgãos e unidades municipais.

Num segundo momento ele será a referência para qualquer outro sistema informatizado que necessite de informações sobre a estrutura organizacional.

Funções principais do sistema:

- categorização dos órgãos, unidades e equipamentos municipais;
- criação e extinção de entidades, órgãos e unidades;
- criação e extinção de equipamentos;
- registro histórico das mudanças realizadas na estrutura organizacional;
- identificação dos membros dos órgãos colegiados;
- padronização dos e-mails e home pages oficiais;
- cadastramento e registro das mudanças dos telefones;
- identificação dos endereços, telefones, faxes e horários de funcionamento das entidades, órgãos, unidades e equipamentos municipais;

3.2 Sistema de informações sobre serviços - SIS

Com o objetivo de dotar a PBH de meios que facilitem a identificação, caracterização, sistematização e o controle dos serviços municipais .

O SIS deverá ser integrado com o SIOM para permitir a identificação dos responsáveis pela execução dos serviços, sendo uma base importante do sistema que trata e processam serviços como o tributário, o de licenciamento, o de fiscalização, dentre outros.

Funções principais do sistema:

- classificação, especificação e padronização dos serviços;
- definição das condições necessárias à obtenção de um serviço, taxas, requisitos, exigências e prazos;
- identificação dos órgãos normatizadores, executores e captadores dos serviços e informações;
- controle da normatização aplicável à produção dos serviços;
- unificação e uniformização de tratamento das informações sobre os serviços, que encontram-se dispersas em diferentes áreas;

3.3 Sistema de informações municipais - SIM

É a principal ferramenta de trabalho para o atendimento nas Centrais, notadamente, o telefônico que, por falta de uma infra-estrutura de apoio, foi perdendo ao longo do tempo a sua capacidade de informar, funcionando mais como meio intermediário entre o cidadão e os órgãos e unidades executores dos serviços, sobrecarregando-os desnecessariamente com as demandas de informação captadas, porém não resolvidas.

Esta situação expôs o atendimento telefônico à críticas da população levando a Prefeitura a pensar em um novo projeto para o atendimento telefônico e não há como implantá-lo sem criar as bases de informações necessárias que o sustente, além da modernização tecnológica, melhoria das condições de trabalho e capacitação dos atendentes.

O SIM integrado com o SIOM e o SIS é o instrumento que possibilitará disponibilizar para o sistema de atendimento telefônico informações, estruturadas e sistematizadas, dando ao serviço a credibilidade necessária.

Além de provocar uma redução drástica nas demandas aos órgãos e unidades executoras dos serviços, nas situações em que os cidadãos procuram simplesmente se orientar em relação aos procedimentos estarão à disposição e sempre atualizadas, informações como:

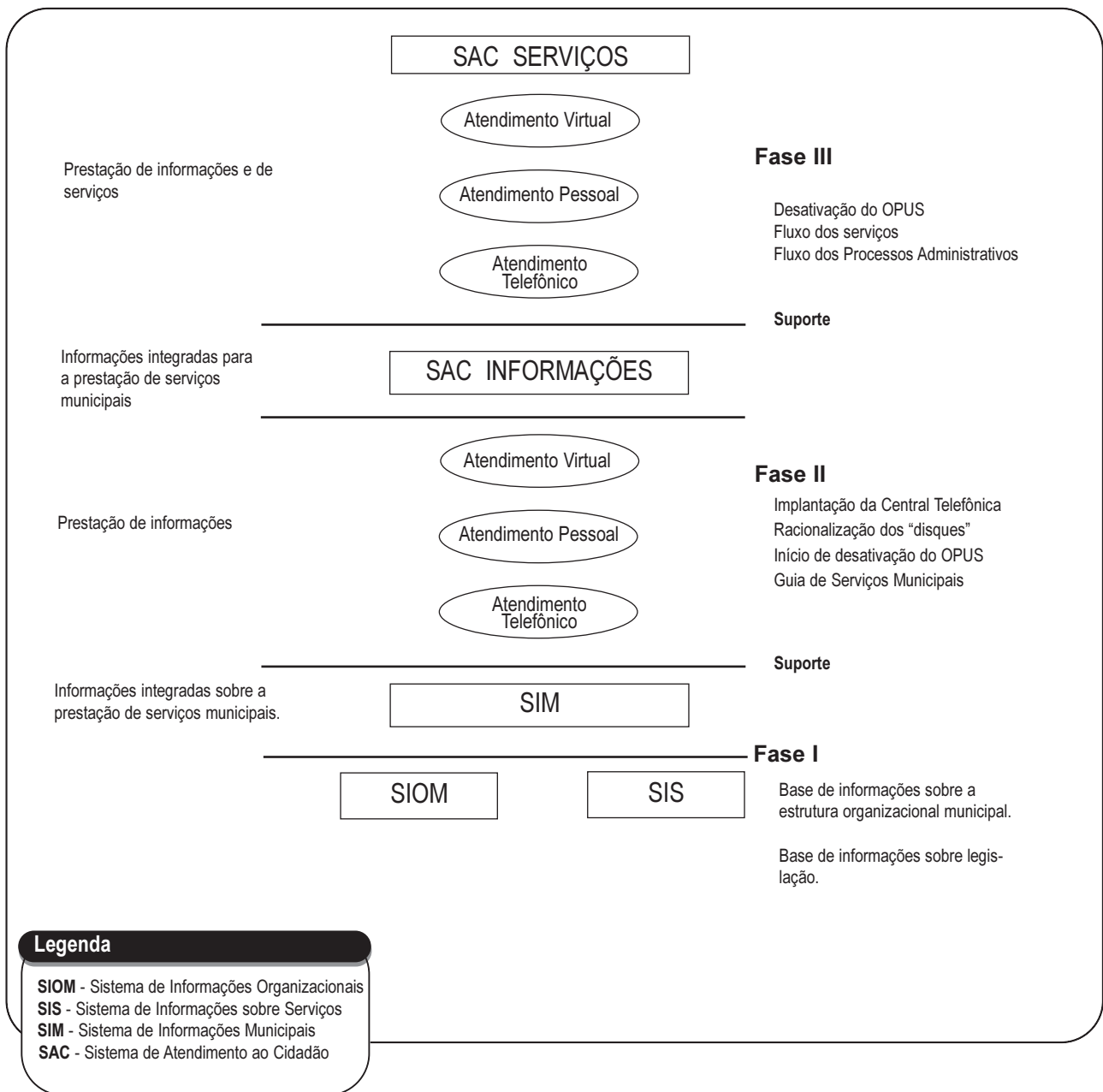
- a descrição completa do serviço de forma padronizada e de fácil entendimento
- os endereços e telefones do(s) órgão(s) responsável(eis) pela sua execução;
- as condições gerais para sua realização, tais como exigências e requisitos;
- onde solicitar, como solicitar, como formalizar e meios que pode utilizar;
- formas de apresentação e quais documentos exigidos (original, copia, xerox);
- quais as taxas praticadas, como pagar e formas de pagamento;
- qual é o prazo previsto de execução;
- os titulares dos órgãos responsáveis pela execução e horário de funcionamento.

4 O processo de implementação

A figura abaixo tenta exibir a macro estrutura de atendimento nas suas três formas, pessoal, telefônico e virtual, sem se ater, evidentemente, nos detalhes funcionais de cada uma, suas características e os recursos eletrônicos e tecnológicos, pois o objetivo é o de evidenciar o que chamamos de ferramentas informacionais e mostrar a sua importância e influência na qualidade do atendimento.

Como pode ser observado, a construção das bases de informações está estrategicamente sustentando todo o sistema e garantindo a sua eficiência, naquilo que depender de informação e, ao mesmo tempo, viabiliza a geração de outros produtos importantes como o guia dos serviços municipais, racionalização dos "disques" de informação e sistematização da lista telefônica.

Como estas bases tem características estruturantes, grandes esforços tiveram que ser despendidos na criação dos produtos, na especificação de cada função e na definição dos requisitos, visto o mercado não possuir soluções de prateleira que contemple as especificidades da prefeitura o que, de certa forma, caracteriza os produtos como uma inovação interna e reflete a potencialidade de conhecimento existente na Prefeitura.



Outras funções deverão ser implementadas tais como, o cadastramento e controle de telefones, endereços, horários de funcionamento e as telas de consultas sobre entidades cadastradas, órgãos e unidades existentes e seus titulares, e as normatizações (leis, decretos, etc.) deverão ser os próximos eventos a ocorrer.

As demais ferramentas estão em fase de especificação de requisitos para, posteriormente, serem validados junto as áreas envolvidas e iniciar o processo de desenvolvimento.

5 Comentários finais

Informação é o combustível para qualquer atividade laborial, ainda que não estru-

turadas, informais ou não automatizadas, na medida que entendamos informações como o conjunto de conhecimentos necessários para realizar uma tarefa.

A partir destas ferramentas o nosso sistema de atendimento terá à disposição informações sobre os serviços municipais vinculadas a informações organizacionais, devidamente classificadas, formatadas, estruturadas e disponibilizadas para pessoa certa (atendentes) na hora certa (disponível em telas) deixando para a história os métodos e processos de trabalho empíricos e obsoletos hoje utilizados, que só consegue "dar notícias de ou sobre", para realmente informar com conhecimento e propriedade aos cidadãos. ●

DM Tramitação de Processos - pelos caminhos da informação

Dagmar Dutra ¹
Denilson Alcântara ²

Neste artigo são apresentados os primeiros resultados do projeto de Data Mart (DM) Tramitação de Processos, cuja fonte de dados é o sistema OPUS, desenvolvido por técnicos da Secretaria Municipal de Modernização Administrativa e Informação - SMMAI/PBH e da Prodabel - Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte

O projeto foi construído com três objetivos:

- 1) auxiliar o desenvolvimento de uma metodologia para construção de DM's desenvolvida pela Gerência de Informática em Apoio à Informação Estratégica da Prodabel; consolidar esta técnica na Prefeitura;
- 2) levantar dados sobre o fluxo da comunicação formal na Prefeitura - seu volume, natureza, tempo, fluxo, resolutividade - para avaliar a consolidação de alguns princípios norteadores da reforma administrativa e do processo de modernização em curso na PBH, assim como para se avançar no processo de racionalização e modernização de seus processos de trabalho, em especial daqueles voltados para a prestação de serviços à população; e
- 3) identificar o uso que a Prefeitura deu ao OPUS, sua institucionalidade e capilaridade para validação e aprimoramento dos requisitos funcionais dos novos sistemas de atendimento ao cidadão e de controle e gestão de documentos.

¹ Administradora, Gerente de Modernização Administrativa/SMMAI/PBH

² Economista, Assessor da SMMAI/PBH

1 Sistema OPUS

O OPUS - *Sistema de Gerenciamento de Documentos* tem hoje como objetivos básicos o protocolo e cadastramento de processos administrativos e sua tramitação entre os órgãos da Prefeitura. Quando foi implantado, em 1985, pretendia ser um instrumento de controle, informação, organização, gerenciamento e tramitação eletrônica de documentos, mas não sofreu as implementações de funcionalidade e tecnologia necessárias à obtenção desses resultados.

O OPUS utiliza a linguagem de programação Natural I e II, sendo os dados armazenados no Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD) Adabas e disponibilizados em um servidor que utiliza sistema operacional Unix. Suas principais bases de dados são a de estrutura; a de serviços (assuntos) e a de processos.

Independentemente de não ter sofrido as evoluções necessárias, o OPUS é o aplicativo com maior capilaridade na Prefeitura, com 3.925 usuários, que acessam o sistema, em qualquer unidade administrativa, utilizando a RMI - Rede Municipal de Informática e o Windows, através de um emulador de terminal Unix. Ele mantém interface com a maioria dos aplicativos sistêmicos - Orçamentário e Financeiro, Recursos Humanos, Materiais, e Patrimônio - e outros especializados, como os de Arrecadação e Licenciamento, que precisam do número de processo que o OPUS gera para cadastrar, tratar e tramitar as solicitações formuladas pelo cidadão e as ações de polícia administrativa, e o de Temporalidade.

Essas características tornam o OPUS um aplicativo estratégico, primeiro porque qualquer problema que apresente pode parar a Prefeitura, visto a dependência que outros sistemas guardam com ele; segundo, porque é uma fonte inesgotável de informação, motivo do presente *Data Mart* e dos esforços que estão sendo despendidos para sua modernização.

2 O processo de construção do DATA MART

Para a construção do DM foi utilizado o SGBD Oracle e o programa Oracle Discoverer, que possibilita o acesso, a busca de dados e a geração de relatórios. Os dados

foram extraídos do OPUS e carregados em uma área intermediária, a área de transporte de dados. Nesta etapa, foi verificada a compatibilidade dos dados carregados com os dados armazenados no OPUS para garantir a integridade das informações. Em seguida foi realizado um conjunto de processos que incluem a limpeza, a transformação, a combinação, a armazenagem, a preparação e, posteriormente, o carregamento no DM.

Novamente foi realizada mais uma série de testes que tinham como objetivo analisar a compatibilidade entre o DM e as fontes de dados. Para isso, geraram-se relatórios, já utilizando o Discoverer, que contemplavam os diversos aspectos a serem analisados. Estes relatórios foram comparados com outros gerados pelo próprio Opus e com consultas realizadas nos terminais do Sistema. Terminada esta fase de validação, na qual foram feitos os ajustes necessários, deu-se como compatíveis as informações do DM.

Os dados carregados abrangem, atualmente, o período de 01/01/1998 a 25/07/2002, data da última carga. Eles estão armazenados em tabelas que contêm, entre outras, as seguintes informações:

- relação dos serviços (assuntos) que tramitam pelo Opus com os respectivos códigos e situação no sistema;
- órgãos, com as respectivas siglas e códigos, classificados como Órgão de Origem, Órgão de Destino, Órgão Responsável e Órgão Interno, conforme sua função no processo; e também classificados de acordo com a situação no sistema;
- número dos processos;
- situação dos processos;
- motivo e número das tramitações de cada processo;
- descrição do motivo de parada e de despacho dos processos;
- datas de cadastro, de despacho, de paralisação, da última tramitação, de entrada e de saída do documento do órgão.

Estes dados nos permitem calcular:

- Quantidade de processos por serviço, por órgão, despachados, etc.;
- Quantidade de processos em órgãos ativos e bloqueados;
- Quantidades totais e médias de tramitações;

- Quantidade de retornos dos processos a um mesmo órgão;
- Tempos totais mínimos, médios e máximos para despacho;
- Tempos totais e médios dos processos nos órgãos;
- Tempos totais e médios de recebimento dos processos pelos órgãos;
- Tempos totais e médios das tramitações;
- Rotas (fluxos) dos processos por tipo de serviço (assunto).

3 Análise das informações obtidas com o DM.

I Volume de processos e tramitação

A carga do dia 25/07/02 contém informações acerca dos 628.998 processos cadastrados no período. Esses processos geraram 2.107.894 tramitações (despachos/instruções em órgãos).

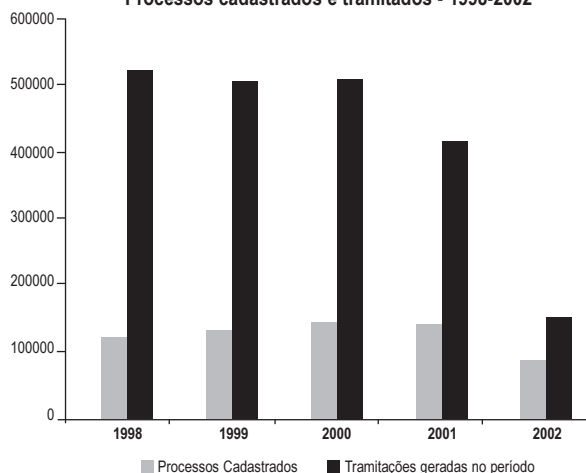
TABELA 1
Quantidade de processos cadastrados - 1998-2002

Ano	Processos Cadastrados	Tramitações
1998	121.109	519.719
1999	132.848	506.115
2000	145.046	513.294
2001	142.252	416.469
2002*	87.743	152.297
Total	628.998	2.107.894

* até 25/07
FONTE: PBH/SCOPLAM/SMMMAI/2002

A Tabela 1 nos mostra a quantidade de processos que foram cadastrados anualmente e o volume de tramitações geradas no período 1998-2002 para os processos cadastrados em cada ano.

GRÁFICO 1
Processos cadastrados e tramitados - 1998-2002



FONTE: PBH/SCOPLAM/SMMMAI/2002

Apesar de a amostra conter uma série histórica relativamente pequena, dos números apurados já podemos inferir algumas informações:

- A PBH cadastra uma média anual de 135.000 processos;
- Cada processo recebe em média quatro despachos, ou seja, passam por quatro órgãos para instrução e/ou decisão até serem finalizados;
- Se os caminhos do processo são curtos, o tempo de resposta não guarda a mesma racionalidade: é lenta, demorada. Gasta-se de 07 a 08 meses entre o conhecimento da demanda e a decisão. Isso pode ser observado no Gráfico 1, que apresenta um decréscimo de tramitação nos dois últimos anos em função de os processos ainda não terem completado seu ciclo, não terem sido finalizados.

II Origem dos processos

Para o presente estudo, os serviços foram classificados em dois grupos: internos e externos, e em grupos de assunto (Tabelas 4A e 4B).

Para efeito da classificação, foram considerados **externos** aqueles que dissessem respeito a demandas efetivamente formuladas pela população e aqueles em que ela fosse um dos objetos, como é o caso, por exemplo, da fiscalização; e **internos** aqueles inerentes e necessários ao funcionamento da máquina administrativa, como recursos humanos, contratos, pagamentos. Os 64% dos serviços cadastrados no OPUS são para tipificação de demandas externas e respondem por 58% dos processos instaurados no período compreendido pelo estudo (1998-2002). Além do OPUS, a PBH dispõem ainda de outro aplicativo para cadastramento e atendimento de demandas formuladas pelo cidadão - o SAC, que se difere do OPUS pelo fato de tramitar a solicitação e processar a resposta somente em meio eletrônico, com rotinas racionalizadas, mais ágeis e dentro da esfera regional. O SAC recebe uma média anual de 54.000 solicitações, o que nesse período corresponderia a 243.000 "processos", cerca de 70% das que entraram no OPUS, um indicativo para revisão, integração e modernização dessas duas ferramentas.

TABELA 2

Serviços internos e externos

Origem	Serviços	Quant. Processos
Internos	149	262.718
Externos	261	366.280
Total	410	628.998

FONTE: PBH/SCOPLAM/SMMMAI/2002

GRÁFICO 2
Serviços

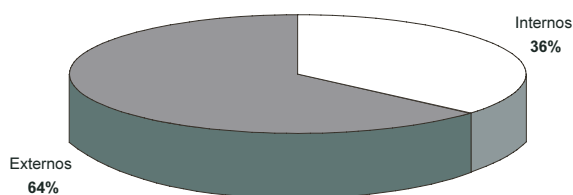


GRÁFICO 3
Quantidade Processos por Origem

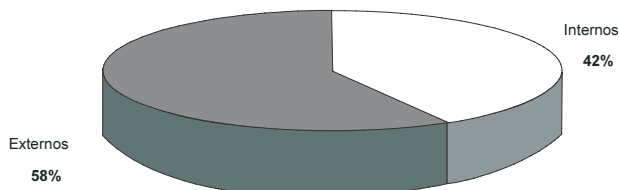
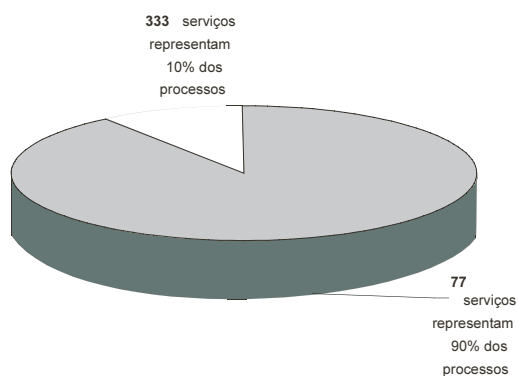


TABELA 3
Quantidade de serviços e de processos

	Serviços	Quant. Processos
	77	568.917
	333	60.081
Total	410	628.998

FORNTE: PBH/SCOPLAM/SMMMAI/2002

GRÁFICO 4
Relação entre serviços e processos



III Concentração dos processos

Estão cadastrados no OPUS, na situação de "ativo", 410 tipos diferentes de serviços (assuntos), cuja informação é obrigatória no ato de abertura do processo. Contudo, apenas 77 deles representam 90% do volume de processos registrados, donde, a partir de agora, passaremos a trabalhar com esse universo, visto sua representatividade.

As Tabelas 4A e 4B identificam esses serviços e sua representação dentro dos grupos externo e interno. Os grupos *Tributário e Regulação Urbana*, sozinhos, respondem por 86,3% de toda a demanda externa. Se analisarmos o objeto dos 55 serviços externos, veremos que 97,54% estão dentro da área de poder de império do estado, o que nos leva a concluir que muito mais do que de demandas, tratam do relacionamento Cidadão X Prefeitura. A necessidade de comprovação de regularidade para com as obrigações e prova de direitos levou os cidadãos a solicitarem 37.640 certidões, 11,10% do total de processos externos.

Outro dado interessante que estas tabelas nos mostram é a concentração de processos na Secretaria Municipal de Coordenação de Finanças - 66%, *tributário e pagamentos*.

GRÁFICO 5
Serviços EXTERNOS por Grupo de Assunto

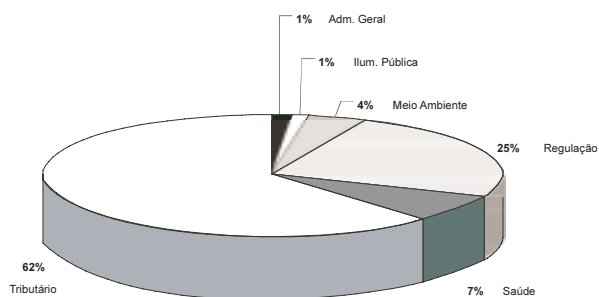


GRÁFICO 6
Serviços INTERNOS por Grupo de Assunto

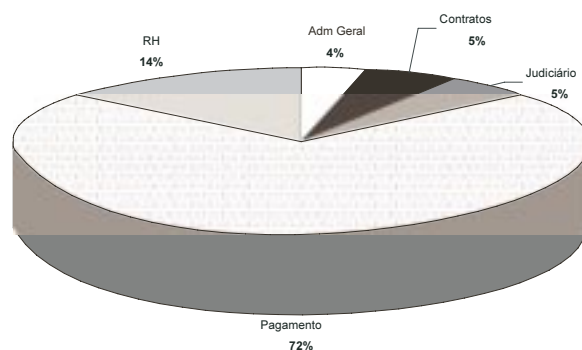


TABELA 4A
Serviços externos por grupo de assunto

Discriminação	Quant. Processos	%
ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.335	1,28
Certidão - Inteiro Teor	4.335	1,28
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	3.987	1,18
Força e Luz - Extensão de rede elétrica	3.987	1,18
MEIO AMBIENTE	13.908	4,10
Intervenção em arborização localizada em área privada ou pública interna	11.029	3,25
Fiscalização - Poluição sonora	1.584	0,47
Fiscalização - Poluição atmosférica	1.295	0,38
REGULAÇÃO URBANA	84.523	24,93
Fiscalização - Prazo para cumprir exigência	15.704	4,63
Fiscalização - Posturas	10.852	3,20
Fiscalização - Cancelamento de auto de infração	9.694	2,86
Edificação - Aprovação de planta e Alvará de Construção	9.016	2,66
Certidão - Origem de lote	7.714	2,28
Obras - Licenciamento de obras publicas	6.318	1,86
Certidão - Origem, forma, dimensões, área, limites e confrontações de lote	3.377	1,00
Licença - Publicidade	3.356	0,99
Fiscalização - Construção	3.087	0,91
Fiscalização - Cancelamento de intimação	2.902	0,86
Certidão - Baixa de construção e Habite-se	2.388	0,70
Certidão - Mudança de nome de logradouro	2.308	0,68
Licença - Eventual	2.005	0,59
Licença - Movimentação de terra, aterro, desaterro e bota fora	1.617	0,48
Licença - Demolição e Certidão	1.517	0,45
Anúncio - Baixa	1.430	0,42
Certidão - Negativa de Aprovação de Edificação	1.238	0,37
SAÚDE	24.230	7,15
Licença - Alvará de autorização sanitária	15.258	4,50
Fiscalização - sanitária	8.972	2,65
TRIBUTÁRIO	208.080	61,37
Fiscalização - Processo Tributário Administrativo - PTA	64.390	18,99
ISSQN - Baixa e Certidão	36.090	10,64
ISSQN - Alvará de localização e inscrição pessoa jurídica	21.785	6,43
IPTU - Prescrição	11.750	3,47
IPTU - Restituição	6.219	1,83
Taxa - Revisão de lançamento	5.950	1,75
Certidão - Quitação do IPTU	4.880	1,44
IPTU - Correção de lançamento	4.633	1,37
Tributo - Perdão de débito	4.518	1,33
Certidão - Tributo municipal	4.215	1,24
ITBI - Coletânea de declarações para lançamento	3.710	1,09
Certidão - Primeiro lançamento de IPTU	3.553	1,05
ITBI - Revisão de lançamento	2.927	0,86
ISSQN - Alvará de localização e inscrição municipal - Uso não conforme	2.705	0,80
ISSQN - Inscrição no cadastro mobiliário	2.507	0,74
Certidão - Lançamento de IPTU	2.425	0,72
ISSQN - Alvará de localização e inscrição municipal pessoa física	2.407	0,71
Documentos Fiscais - controle	2.365	0,70
Taxa - Prescrição de débito	1.964	0,58
ISSQN - Perdão de débito	1.900	0,56
ISSQN - Prescrição de débito	1.899	0,56
ISSQN - Alteração no cadastro mobiliário	1.802	0,53
IPTU - Lançamento predial	1.789	0,53
ITBI - Correção de lançamento	1.712	0,50
Legislação - Benefícios de Lei	1.666	0,49
ITBI - Cancelamento de lançamento	1.646	0,49
Judiciário - Esclarecimentos sobre cobrança de débitos fiscais	1.580	0,47
IPTU - Revisão de lançamento	1.452	0,43
IPTU - Transferência de crédito	1.229	0,36
Certidão - Negativa de Lançamento de Tributo Municipal	1.207	0,36
Judiciário - Ação Usucapião	1.205	0,36
Total dos Serviços Externos	339.063	100,00

FORNE: PBH/SCOPLAM/SMMMAI/2002

TABELA 4B
Serviços internos por grupo de assunto

Discriminação	Quant. Processos	%
ADMINISTRAÇÃO GERAL	8.048	3,50
Processo Administrativo	5.800	2,52
Processo - Correspondência	2.248	0,98
CONTRATOS	12.163	5,29
Fornecedor - Processo de compra	7.893	3,43
Convênio - Convênio	2.364	1,03
Licitação - Dispensa	1.906	0,83
JUDICIÁRIO	11.636	5,06
Judiciário - Ação de Embargo em Execução	5.899	2,57
Judiciário - Mandado de Segurança	3.553	1,55
Judiciário - Ação Ordinária	2.184	0,95
PAGAMENTOS	165.654	72,07
Pagamento - Fatura ou Nota Fiscal	55.680	24,22
Verba - Pagamento	52.913	23,02
Pagamento - Prestadores de Serviços	51.474	22,39
Subvenção - Doação a entidade sem fim lucrativo	3.114	1,35
Verba - Prestação de Contas	2.473	1,08
RECURSOS HUMANOS	32.353	14,08
Funcionário - Exoneração	1.281	0,56
Funcionário - Gratificação e vantagens	13.106	5,70
Benefício - Inscrição de dependente na BEPREM	4.746	2,06
Funcionário - Averbação de tempo de serviço	3.834	1,67
Funcionário - Pagamento de vencimento e vantagens	2.448	1,07
Funcionário - Ação trabalhista	1.883	0,82
Funcionário - Aposentadoria tempo de serviço	1.691	0,74
Benefício - Pensão	1.685	0,73
Funcionário - Gratificação de risco de vida e saúde ou insalubridade	1.679	0,73
Total dos Serviços Internos	229.854	100,00

FONTE: PBH/SCOPLAM/SMMMAI/2002

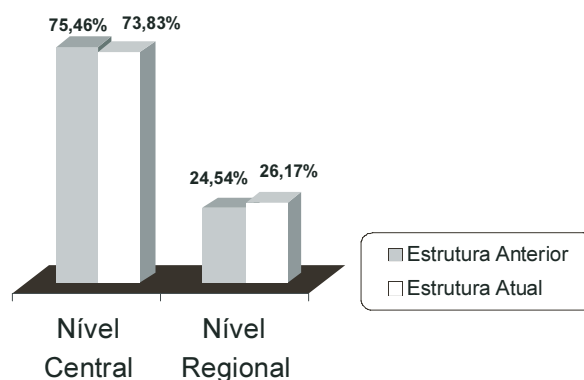
IV Descentralização administrativa e regionalização dos serviços

Em dezembro de 2000, a Prefeitura implantou uma ampla reforma administrativa, na qual definiu o seu conceito organizacional e os seus princípios de gestão, cujo embrião passava pelo controle dos gastos públicos, pelo fortalecimento da participação popular nas decisões de governo e **pela descentralização das ações**, sustentada nas administrações regionais, que assumiram a execução da prestação de serviços na ponta, **com o objetivo de aproximar o cidadão da administração**.

Os dados que apresentamos a seguir, considerando os 410 serviços, demonstram que temos ainda um longo caminho a construir para obtenção desses resultados, que, diga-se de passagem, não podem e não devem ser analisados isoladamente, pois foram abertos diversos outros canais de comunicação com a população que não apenas esse ora tratado, iminentemente administrativo e formal, mas que, sem dúvida alguma, serve de alerta.

GRÁFICO 7

Serviços externos

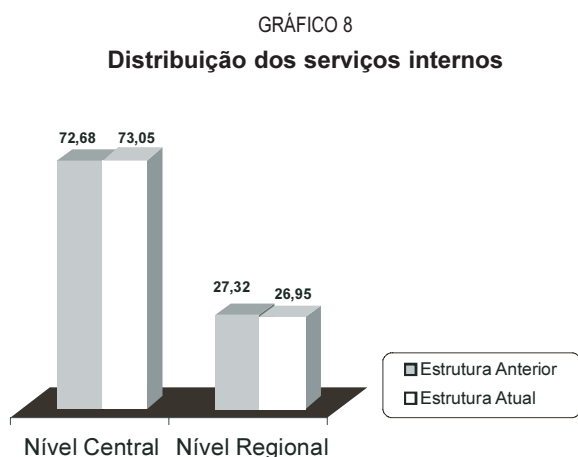


Aproximação do Cidadão

O Gráfico 7 nos mostra que a maioria absoluta dos serviços estão concentrados no nível central. Porém houve um ligeiro acréscimo - 1,63% - no cadastramento de processos nas unidades do nível regional, o que significa que o cidadão teve de se deslocar menos para se relacionar com a Prefeitura.

Descentralização Administrativa

O Gráfico 8 nos mostra que, também do ponto de vista da burocracia interna, os serviços se concentram no nível central, mas, diferentemente dos processos com origem externa, não houve, no tocante aos internos, nenhuma alteração entre a estrutura antiga e a nova. Em parte isso se explica pelo impacto nos números dos processo de compra e pagamento, atividades desenvolvidas em sua maior parte pelas secretarias temáticas, órgãos do nível central.



V Tempo de Resposta

Um dos dados trabalhados no projeto do *Data Mart* Tramitação de processos foi o de identificação dos tempos da burocracia e decisão governamental. Foram levantados, para cada um dos 77 serviços que representam 90% dos casos, os tempos totais mínimos, médios e máximos para despacho (conclusão do processo); tempos totais e médios dos processos nos órgãos; de recebimento dos processos pelos órgãos (também denominado tempo de corredor, que compreende o período contado da data de envio do processo por um órgão e a de recebimento pelo órgão de destino); e das tramitações.

O resultado apurado trouxe a necessidade de sua confirmação, pois encontramos muitos casos em que os tempos variavam de 0 a mais de 1000 dias, o que nos levava a três cenários: 1º) a base de dados do OPUS poderia estar corrompida; 2º) os órgãos não concluíam formalmente os processos abertos, que se dá no sistema com o preenchimento da CID - Complementação de Informação de Documento; 3º) os números refletiam a realidade do tempo de resposta da Prefeitura.

As entrevistas confirmaram um cenário mais próximo do 2º. O Sistema de Temporalidade, integrado ao OPUS, trabalha com o conceito de três arquivos: corrente (do órgão que concluiu o processo e onde fica de 06 a 24 meses depois de encerrado), temporário (de órgãos especiais, como Gerência de Arquivo, Gerência de Pessoal e Gerência de Inspeção Financeira, onde o processo vai ficar por um tempo maior ou ser expurgado) e definitivo (Arquivo Público de Belo Horizonte). Muitos órgãos somente preenchem a CID quando enviam o processo para o órgão de arquivo temporário. Esse procedimento já seria suficiente para distorcer e invalidar os números apurados. Contudo nos deparamos com duas outras situações. Primeira: há órgãos na Prefeitura que utilizam o OPUS apenas para cadastrar e arquivar o processo, sendo sua tramitação realizada em aplicativo paralelo, como é o caso da Saúde e do Meio Ambiente, responsáveis por parcela considerável dos processo ora em análise; segunda: com a implantação da nova estrutura no OPUS em abril de 2001, os processos cadastrados até aquela data ficaram em órgãos bloqueados (extintos com a reforma), ficando sua tramitação secundarizada. O número desses processos é significativo, representando 29% da massa com que estamos trabalhando.

A par dessas considerações e para ilustrar a potencialidade da ferramenta, selecionamos algumas informações que podem ser interessantes para avaliação do tempo de resposta da Administração.

TABELA 5
Processos cadastrados e concluídos na nova estrutura

Origem/Grupo de Assuntos	Processos Cadastrados	Processos Concluídos	Percentual
	Nova Estrutura	Nova Estrutura	
EXTERNOS	100.293	39.388	39,27%
Administração Geral	1.284	495	38,55%
Iluminação Pública	980	93	9,49%
Meio Ambiente	3.719	64	1,72%
Regulação	24.844	4.274	17,20%
Saúde	7.105	1.813	25,52%
Tributário	62.361	32.649	52,35%
INTERNOS	68.249	17.360	25,44%
Administração Geral	2.153	396	18,39%
Contratos	4.257	48	1,13%
Judiciário	3.007	199	6,62%
Pagamentos	51.021	14.832	29,07%
Recursos Humanos	7.811	1.885	24,13%
Total - 77 serviços	168.542	56.748	33,67%

FONTE: PBH/SCOPLAM/SMMMAI/2002

A Tabela 5 mostra que dos 168.542 processos abertos na nova estrutura, a Administração concluiu 56.748, o equivalente a 33,67% deles. Sua eficiência é maior nos

processos em que o cidadão é parte interessada - serviços externos, e em especial no grupo tributário, 39,27% e 52,35% respectivamente.

Alguns grupos, com percentual de conclusão muito baixos, como é o caso de meio ambiente, são reflexo dos problemas antes mencionados, mas outros, como contratos e judiciário, refletem a realidade processual: as licitações consomem um tempo maior para sua finalização e os contratos delas derivados ainda estão vigentes; os processos judiciais correm fora dos domínios da Prefeitura, na esfera da Justiça.

Na Tabela 6 comparamos, em relação à estrutura nova e à antiga, para um mesmo serviço, os tempos mínimo, médio e máximo gastos para sua conclusão e a quantidade média de tramitações (fluxo).

Para o primeiro serviço - **ISSQN - ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E INSCRIÇÃO PESSOA JURÍDICA**, vemos uma melhora substancial de eficiência e resolutividade entre a estrutura nova e a antiga. Na nova, a empresa obtém um alvará em 58 dias, enquanto tinha de esperar 187 na antiga. Um dos motivos que pode ter contribuído para a agilização do procedimento foi o encurtamento dos passos (tramitações), antes em torno de 5, agora de 3. Contudo, as disparidades entre tempo mínimo e máximo permanecem, ainda que em menor proporção. Processos que foram concluídos em 01 dia e outros que gastaram 328 na estrutura nova, e no mesmo dia e em até 1.051 dias na antiga.

Para o segundo - **CERTIDÃO - QUITAÇÃO DO IPTU**, a nova estrutura aparentemente não trouxe melhoria de performance, pois incrementou mais três passos, provavelmente em função da descentralização desse serviço, antes só requerido no nível central. O tempo médio para obtenção da certidão é irreal, mesmo porque ilegal, já que o CTM - Código Tributário Municipal dá ao Município 10 dias para emití-la. Este é um dos proces-

sos que só devem receber a CID quando enviados ao arquivo temporário, visto que ficam 90 dias em arquivo corrente.

VI Fluxo dos serviços

O trabalho de levantamento dos fluxos abrangeu os 410 serviços dentro da nova estrutura. Para efeito de modernização e racionalização das atividades da Prefeitura, esta era uma das informações mais importantes e mais perseguidas.

Para os 410 serviços foram obtidos 8.116 fluxos diferentes, que variaram de 02 a 30 passos, sendo a moda 6. O serviço com o maior número de fluxos é o de *Fiscalização - Processo Administrativo Tributário -PTA*, com 962 rotas diferentes.

Aqui encontramos outro problema do OPUS e de seu uso. Muitos títulos de serviços são genéricos, comportam vários objetos, como é o caso do PTA, do *Processo Administrativo, do Processo - Correspondência, do Funcionário - Gratificação e Vantagens*. Dependendo de quem abre, instaura o processo, é escolhido o código específico para o assunto ou um genérico. Esses serviços, apesar de numericamente muito significativos (PTA é o maior de todos), têm de ser descartados em estudos de tempos e fluxos.

O programa desenvolvido para identificação dos fluxos ficou pronto poucos dias antes da conclusão deste artigo, não tendo a equipe envolvida no projeto aprofundado no estudo dos dados produzidos, mas selecionamos algumas informações para ilustrar a importância deste trabalho:

Para o serviço **IPTU - REVISÃO DE LANÇAMENTO**, cadastrado nas Gerências de Arrecadação Regional - GEARE, foram identificadas 38 rotas diferentes. Contudo, o fluxo básico (moda) desse serviço coincidiu em 04 das 05 regionais em que ele ocorreu (Tabela 7). Como é um serviço descentralizado, chama a atenção o porquê de não ter ocorrido

TABELA 6
Fluxo dos serviços na nova e antiga estrutura

Serviços	Tempo Mínimo (em dias)	Tempo Médio (em dias)	Tempo Máximo (em dias)	Qtde Processos Concluídos	Qtde. Total Tramitações	Qtde. Média Tramitações
ISSQN - ALVARÁ LOCALIZAÇÃO E INSCRIÇÃO PESSOA JURÍDICA						
Estrutura Nova	1	58	328	2.760	9.060	3,28
Estrutura Antiga	0	187	1.051	5.859	26.473	4,52
CERTIDÃO - QUITAÇÃO DO IPTU						
Estrutura Nova	2	100	275	976	4.282	4,39
Estrutura Antiga	2	108	980	2.314	2.513	1,09

FONTE: PBH/SCOPLAM/SMMAI/2002

na Leste, Nordeste, Venda Nova. Provavelmente está sendo cadastrado como PTA.

TABELA 7
Fluxo do serviço IPTU - Revisão de Lançamento

Regional	Fluxo		
Barreiro	GEARE-B →	GEMACAD →	GERARQ
Norte	GEARE-N →	GEMACAD →	GERARQ
Noroeste	GEARE-NO →	GIPTU →	GERARQ
Oeste	GEARE-N →	GEMACAD →	GERARQ
Pampulha	GEARE-N →	GEMACAD →	GERARQ

FONTE: PBH/SCOPLAM/SMMAI/2002
 GEARE - Gerência de Arrecadação
 GEMACAD - Gerência de Manutenção Cadastral
 GIPTU - Gerência Geral de IPTU
 GERARC - Gerência de Arquivo

Para o serviço IPTU - RESTITUIÇÃO, levantamos seu fluxo no nível central e nas regionais. No nível central foram encontradas 105 rotas diferentes, que variaram de 02 a 10 passos. A com maior ocorrência, com 05 passos, é a seguinte:

GEARE → GECRE → GETI → GERPDIF → GETE.

O quadro abaixo retrata o nível regional. Nota-se que, com exceção do órgão de cadastramento, o fluxo básico é o mesmo do nível central, o que nos leva a inferir que o nível regional apenas capta a demanda que é normatizada, processada e gerenciada no nível central.

TABELA 8
Fluxo do serviço IPTU - Restituição em nível regional

Regionais	Rotas diferentes	Moda				
Barreiro	21	GEARE-B →	GECRE →	GETI →	GERPDIF →	GETE
Leste	17	GEARE-L →	GECRE →	GETI →	GERPDIF →	GETE
Norte	16	GEARE-N →	GECRE →	GETI →	GERPDIF →	GETE
Nordeste	12	GEARE-NE →	GECRE →	GETI →	GERPDIF →	GETE
Noroeste	15	GEARE-NO →	GECRE →	GETI →	GERPDIF →	GETE
Oeste	22	GEARE-O →	GECRE →	GETI →	GERPDIF →	GETE
Pampulha	22	GEARE-P →	GECRE →	GETI →	GERPDIF →	GETE
Venda Nova	23	GEARE-VN →	GECRE →	GETI →	GERPDIF →	GETE

FONTE: PBH/SCOPLAM/SMMAI/2002
 GEARE - Gerência de Arrecadação
 GECRE - Gerência de Crédito
 GETI - Gerência de Tributos Imobiliários
 GERPDIF - Gerência de Recebimento, Processamento e Distribuição de Processos para Inspeção Financeira
 GETE - Gerência do Tesouro

Além de o estudo já apontar o fluxo, nos traz outro conceito importante que é o papel dos órgãos: quem capta, quem normatiza e gerencia, quem executa.

4 Conclusão

Se é verdade que a sociedade precisa de um Estado ágil e competente, capaz de prestar serviços públicos adequados e eficientes, não menos é verdade que este Estado precisa garantir-lhe o acesso, hoje dificultado pela burocracia estatal.

Nossa expectativa é a de que os novos conhecimentos e informações sobre os processos de trabalho e prestações de serviços que estão sendo construídos a partir deste DM subsidiem as decisões gerenciais. Será garantido, assim, um maior acesso do cidadão à prestação de serviços e informações produzidas pela Prefeitura; um atendimento de melhor qualidade, através da racionalização dos fluxos de trabalho, inovação e fortalecimento dos processos informatizados e de capacitação de pessoal. ●

Uma iniciativa de governo eletrônico para ampliar a participação popular no gerenciamento dos transportes e trânsito de Belo Horizonte: o site da BHTRANS

Eugênio Pasqualini Santos ¹

Miriam Gontijo de Moraes ²

1 Introdução

O uso de novas tecnologias da informação no gerenciamento do transporte e trânsito urbanos já é reconhecida mundialmente e se apresenta como alternativa viável não somente em termos de custo-benefício, mas também como instrumento de fortalecimento da participação popular no controle da administração pública.

Este artigo faz um relato sobre a construção do processo de participação popular a partir do site da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A - BHTRANS, num contexto de disseminação das idéias em torno do conceito de Governo Eletrônico ou E-governo, e apresenta algumas projeções para operacionalizar o controle popular sobre a gestão do setor, que é considerado vital na administração das grandes cidades.

2 Panorama de E-governo

A partir de 1995, quando a Internet no Brasil é estruturada e sai do restrito âmbito acadêmico, assistimos ao movimento do governo brasileiro no sentido de viabilizar o uso das novas tecnologias de informação na prestação de serviços e disponibilização de informações para cidadãos, fornecedores e servidores, constituindo o que se convencionou chamar de E-governo.

Conforme JARDIM (2000), “o governo eletrônico expressa uma estratégia pela qual o aparelho de Estado faz uso das novas tecnologias para oferecer à sociedade melhores condições de acesso à informação e serviços governamentais, ampliando a qualidade desses serviços e garantindo maiores oportunidades de participação social no processo democrático”.

¹ Gerente de Coordenação de Informação e Atendimento ao Usuário
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A
E-mail: eugenio@pbh.gov.br

² Analista de Comunicação Social da Gerência de Tecnologia da
Informação e Coordenadora do Site da BHTRANS
E-mail: mgontijo@pbh.gov.br

Tanto o governo federal quanto os governos estaduais e municipais no Brasil já estão consideravelmente envolvidos com a aplicação das novas tecnologias da informação na administração pública e a partir da instituição do Programa Sociedade da Informação, o governo federal definiu os principais programas de âmbito nacional, que devem orientar as ações voltadas para a consolidação do E-governo no país, notadamente a Sociedade da Informação, o Brasil Transparente e o Rede Brasil@gov.

Esses programas compartilham objetivos comuns e são complementares entre si, sendo que a grande meta dos três é a mudança do paradigma de infoexclusão para o da infoinclusão a qual, em linhas gerais, objetiva possibilitar o acesso a qualquer cidadão brasileiro às novas tecnologias da informação (principalmente a Internet), estando preparado para participar das novas dimensões da vida democrática num cenário de destaque para novas Tecnologias de Informação e Comunicação.

Segundo estudo da Secretaria para Assuntos Fiscais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o projeto de E-governo no Brasil se define como:

- a) a prestação eletrônica de informações e serviços;
- b) a regulamentação das redes de informação, envolvendo principalmente governança, certificação e tributação;
- c) a prestação de contas públicas, transparência e monitoramento da execução orçamentária;
- d) o ensino à distância, a alfabetização digital e a manutenção de bibliotecas virtuais;
- e) a difusão cultural com ênfase nas identidades locais, fomento e preservação das culturas locais;
- f) a aquisição de bens e serviços por meio da Internet, como licitações públicas eletrônicas, pregões eletrônicos, cartões de compras governamentais, bolsas de compras públicas virtuais e outros tipos de mercados digitais para os bens adquiridos pelo governo;
- g) o estímulo aos E-negócios, através da criação de ambientes de transações seguras, especialmente para pequenas e médias empresas.

Ele também é descrito a partir dos seus estágios de implantação como:

- a) organização e gestão das informações no ambiente público;
- b) criação de sites restritos à difusão de informações;
- c) criação de sites para interagir com os cidadãos (envio declaração do IR, cadastro de fornecedores);
- d) criação de sites para troca de valores (operações envolvendo pagamento de impostos, educação à distância, matrículas na rede pública, etc).

Ou quando se definem os desafios que têm pela frente:

- a) ampliar o acesso à internet para toda a população;
- b) aumentar a interoperabilidade entre órgãos;
- c) suportar a transparência fiscal;
- d) suportar uma visão mais emancipatória de governança;
- e) adaptar processos de trabalho visando à reforma administrativa;
- f) criação de portal de convergência.

Nesta descrição, observamos que o projeto de E-governo veio como tentativa de estabilizar os conflitos entre grupos sociais, interesses, e discursos.

Segundo a proposta, o objetivo da infoinclusão não deve ser pensado exclusivamente em termos de acesso individual, ou seja, de conexão de cada usuário individualmente à internet. As estratégias efetivamente viáveis de infoinclusão definidas nos programas devem, conforme ela, procurar disseminar o acesso a atores sociais que poderão de algum modo participar dos benefícios trazidos por esse novo regime de informação, de forma coletiva.

3 A Construção do Site

A necessidade de criação do site da BHTRANS foi apontada em estudo realizado no ano de 2000, como resultado da elaboração de um projeto aplicativo da Pós-graduação em Desenvolvimento Gerencial da FIA-USP. Na sua concepção original, a versão virtual da empresa gerenciadora dos transportes e trânsito de Belo Horizonte seria um site de informações e serviços para responder em tempo real e registrar racionalmente as demandas.

O objetivo principal do site é o de ampliar o atendimento ao usuário que se concentra na Gerência de Atendimento ao Usuário e consiste principalmente em:

- ◆ consultas de quadro de horários e itinerários do transporte público;
- ◆ demandas relacionadas às infrações de trânsito, seja o pedido de fotos de radar;
- ◆ ou de acompanhamento de recursos na Junta de Administração de Recursos às Infrações (JARI).

A iniciativa vem ao encontro do Programa de Consolidação da Gestão da BHTRANS, previsto no Plano de Metas da empresa para 2001 a 2004, e operacionalizado por meio do projeto de Fortalecimento da Participação da Sociedade no Controle dos Transportes, cujos objetivos incluem, entre outros pontos importantes, a ampliação da participação popular com o envolvimento de um maior número possível de pessoas, a partir de ações que possibilitem uma transparência maior da gestão dos transportes e trânsito em Belo Horizonte.

Especificamente nesse sentido, o site traz informações sobre os fóruns criados pela BHTRANS e no caso das Comissões Regionais de Transporte estão disponibilizados o calendário de reuniões, com informações sobre o local, hora, telefone para contato, e um recurso para pesquisa por nome dos representantes populares da comissão, ou por região.

Neste contexto da construção de um modelo de Governo Eletrônico que se assiste no país, acrescentaram-se à proposta original do site da BHTRANS as seguintes funções:

- a) gestão compartilhada do site, por meio de um conselho editorial;
- b) transparência no trato da coisa pública;
- c) prestação de contas públicas (*accountability*);
- d) criação de novas redes sociais e formas de participação democrática.

Estrutura

A operacionalização e implementação do site da BHTRANS se deu com a montagem da seguinte estrutura:

Conselho Editorial

É o órgão responsável por:

- ◆ identificar e aprovar a pauta do conteúdo a ser disponibilizado, inclusive os temas das pesquisas de opinião;
- ◆ definir a criação de novas seções e fazer as recomendações de padrões e procedimentos técnicos.

O Conselho Editorial é composto por representantes da diretoria e gerências afins.

Gestão da Informação

Para viabilizar a gestão da informação no âmbito do site, foi construído um catálogo com todas as informações do mesmo, as quais foram categorizadas como:

- 1) informações estruturadas em sistemas;
- 2) tabelas;
- 3) textos;
- 4) chamadas;
- 5) fotos;
- 6) mapas;
- 7) ilustrações;
- 8) links;
- 9) formulários.

Foram identificados 144 itens divididos entre os temas: Institucional, Transporte, Trânsito e Atendimento.

O catálogo foi uma forma de inventariar o conteúdo do site para que pudesse ser feita gestão da atualização das informações, a cargo das áreas responsáveis.

Principais características e serviços

A interface web da BHTRANS possibilita ao cidadão belorizontino o acesso à pesquisa de todos os itinerários, horários e pontos de parada do sistema de transporte coletivo por ônibus e suplementar; bem como a escolha do transporte escolar que atende determinado bairro e escola.

A consulta das linhas de ônibus a partir de endereços de origem e destino é o próximo passo do site e uma alternativa de implementação está sendo testada. Entretanto, para que seja colocada em operação faltam alguns detalhes técnicos, além da consolidação dos dados que serão utilizados pela pesquisa.

Também é possível consultar a relação dos veículos infratores recolhidos ao pátio da empresa, acompanhar os recursos às multas de trânsito no município de Belo Horizonte impetrados junto à JARI/BH, imprimir boletos para pagamento parcelado de multas e até mesmo a foto da infração registrada pelos radares eletrônicos.

O site possibilitou à empresa dar maior transparência às suas ações, seja por meio da disponibilização de informações de todas as licitações efetuadas ou de detalhes do cálculo da planilha de custos que vai orientar o cômputo da tarifa do transporte coletivo na cidade.

O usuário internauta pode ainda fazer reclamações, enviar sugestões e solicitações via Internet, sendo que o impacto sobre o setor responsável pelo atendimento ao usuário já começa a ser percebido.

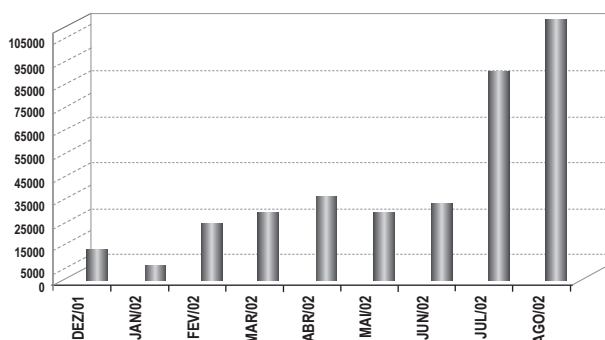
Acessos ao Site

O Site da BHTRANS, lançado em dezembro de 2001, atingiu no mês de agosto de 2002 a marca das 115 mil páginas visitadas.

Em oito meses de interação com o cidadão de Belo Horizonte, o site da BHTRANS já ultrapassou o número de visitas do site da Polícia Militar de Minas Gerais, com um ano de existência, e caminha ao lado da audiência do Portal Minas, lançado há quatro anos.

A Gerência de Tecnologia de Informação da BHTRANS quer alcançar uma audiência próxima ao número de visitas do Detranet, que está disponível na rede desde 1997 e recentemente recebeu o prêmio Cidadania na Internet na categoria estadual, durante a realização do Congresso Nacional de Informática Pública 2002, em julho desse ano.

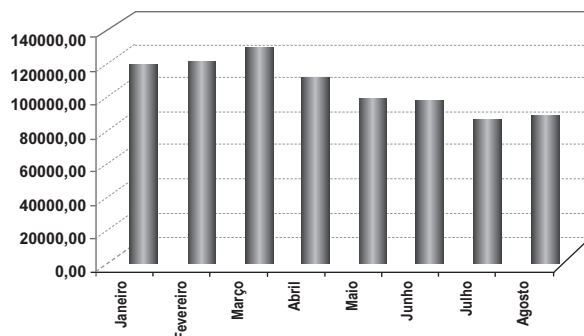
GRÁFICO 1
Total de acessos ao site



FONTE: BHTRANS

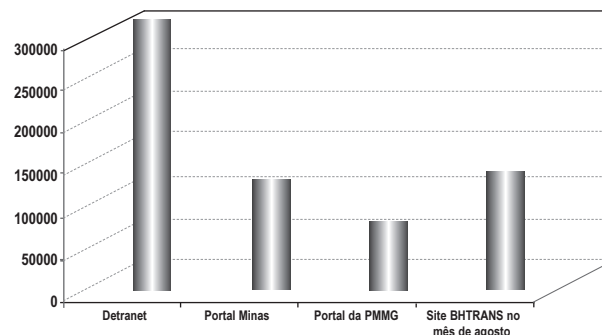
Com relação ao impacto junto à Gerência de Atendimento ao Usuário, nota-se o crescimento da Internet como porta de entrada para solicitações e reclamações dos usuários, a partir da diminuição no número de chamadas recebidas pela Central de Atendimento da Unidade Buritis, no período de janeiro a agosto de 2002.

GRÁFICO 2
Total de chamadas Central Atendimento/Buritis



FONTE: BHTRANS

GRÁFICO 3
Acessos Mês



FONTE: BHTRANS

4 A participação popular na gestão democrática do transporte e do trânsito

Incluídos no Programa de Governo desde 93, os projetos das Comissões Regionais de Transportes e do Conselho Municipal de Transporte foram trabalhados no processo de planejamento estratégico da BHTRANS, resultando na criação de nove Comissões de Transporte e na elaboração de um projeto de lei, de autoria do Executivo, propondo a criação do Conselho Municipal de Transportes.

As comissões foram formadas no âmbito das administrações regionais e são compostas, em média, por 25 membros titulares representantes da população das micro-regiões locais, de associações e entidades de moradores, representantes da BHTRANS e das secretarias de coordenação e gestão regionais.

Por meio de reuniões mensais nas secretarias regionais, as demandas de transportes e trânsito são apresentadas, discutidas, priorizadas pelas comunidades e a BHTRANS, através de suas gerências, processa a análise da viabilidade técnica das demandas, emitindo retorno à comunidade e incluindo na sua programação de intervenções aquelas solicitações que obtiveram parecer favorável em sua análise.

A avaliação dos resultados do projeto, publicada em documento da PBH contendo os relatos dos Programas de Participação Popular da administração municipal no período de 1993-1996, aponta para o fato de que vencido o estágio inicial de consolidação do trabalho, observou-se a ampliação da compreensão, por parte das comunidades participantes, sobre as questões que envolvem os principais problemas de transporte no município, fazendo com que as comunidades abrissem mão das questões vinculadas às demandas locais, de caráter mais específico, ao visualizarem a articulação destas questões com a organização e com a operação do sistema de transporte como um todo e sua relação com a dinâmica da cidade.

Atualmente, as nove Comissões Regionais de Transportes (CRT) continuam a representar um espaço democrático para a discussão das questões de transporte público, trânsito, planejamento urbano e participação popular e reúnem-se mensalmente.

Os integrantes das Comissões são eleitos bianualmente pela comunidade e desde 98 seus representantes participam da Comissão Municipal de Trânsito e Transportes, que se reúne bimestralmente com o objetivo de verificar as ações municipais.

A implantação do novo Código de Trânsito Brasileiro, o Plano de Reestruturação do Transporte Coletivo- BHBUS, o Plano de Área Central- PACE, a Licitação do transporte coletivo e a luta pela implantação do Metrô são exemplos de temas prioritários que as Comissões discutem com a população. Periodi-

amente são realizados seminários e palestras sobre temas de interesse da comunidade.

A criação de canais de informação à população como garantia de assegurar a manutenção e ampliação do alcance do trabalho das comissões de transporte já era apontado na avaliação feita como consta do documento que resultou do Fórum Municipal de Participação Popular.

Além das Comissões Regionais de Transportes existentes, foram realizadas, no período de 98 a 99, jornadas participativas com o objetivo de ampliar a ação das comissões com relação às deliberações do orçamento participativo, e que funcionaram como projeto piloto para o Orçamento Participativo Setorial do Transporte e Trânsito.

Também foram criados outros fóruns setoriais de participação e discussão permanente como é o caso do Fórum de Trânsito de Belo Horizonte, um espaço público de discussão da utilização das vias públicas e para propor soluções visando à melhoria das questões de trânsito, com representantes de 25 entidades classistas e civis.

Fórum dos Taxistas, um novo espaço de articulação entre a BHTRANS e os diversos representantes da categoria, entidades afins e órgãos de gerência de municípios conveniados, que conta com a participação de taxistas, Câmara Municipal, representantes dos condutores autônomos de veículos rodoviários, e transportadores rodoviários, cooperativas de consumo e serviços, centrais de rádio-táxi, órgãos de gerenciamento de municípios conveniados, fabricantes e prestadores de serviços.

5 Desafios e perspectivas

Atingidos os objetivos iniciais, o site da BHTRANS tem como desafios pela frente os de implementar as diretrizes do projeto de Fortalecimento da Participação da sociedade no controle do Transporte e Trânsito.

Desde 93, que a viabilização da participação popular na administração municipal é colocada como de extrema importância para o processo de consolidação da democracia no Brasil e um dos princípios centrais da gestão da cidade.

No alcance das ações de Governo Eletrônico voltadas para a gestão do transporte

e do trânsito na cidade, um dos caminhos que se pode vislumbrar é o de instrumentalizar as Comissões Regionais de Transporte com recursos da Internet para que elas ampliem seu nível de conhecimento e participação.

Para isso já estão garantidos recursos de um financiamento negociado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) que irão possibilitar ações nesse sentido como a criação de grupos de discussões e comunidades virtuais como suporte aos fóruns criados pela BHTRANS; a implantação de Quiosques de acesso à Internet nas Estações do BHBUS (Plano de Reestruturação do Sistema de Transporte Coletivo de Belo Horizonte) e nas Secretarias de Coordenação e Gestão Regionais (SCOMGERs). ●

Referências Bibliográficas

JARDIM, José Maria. Capacidade governativa, informação, e governo eletrônico. DataGramaZero-Revista de Ciência da Informação. V.1, n.5, out. 2000.

LIVRO VERDE DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: acesso em <http://www.socinfo.org.br>

FERNANDES, Andrea Gomes. E-governo no Brasil - Estudo da Secretaria para Assuntos Fiscais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social(SF/BNDES). acesso em <http://federativo.bndes.gov.br>.

MEIRELLES,A. TEIXEIRA,B.C de Sousa, PAULA, E. de, DUTRA ,P, SILVA,S.M.P. BHTRANS ON LINE- Projeto Aplicativo de Conclusão de Pós-Graduação em Desenvolvimento Gerencial pela FIA-USP. Belo Horizonte, out. 2000.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. A Participação Popular na Prefeitura de Belo Horizonte - Documento baseado nos relatos do Fórum Municipal de Participação Popular, Belo Horizonte, 1996.

Estudos Especiais

- 3.1 Os limites e desafios para o desenvolvimento da indústria audiovisual em Belo Horizonte** **69**
Neander de Oliveira Cesar - CRAV
- 3.2 Análise das áreas prioritárias para inclusão Urbana e Social** **73**
Samy Kopit Moscovitch

Os limites e desafios para o desenvolvimento da Indústria Audiovisual em Belo Horizonte

Neander de Oliveira Cesar ¹

3.1

Belo Horizonte foi inaugurada em 1897, dois anos após a invenção do Cinema. Realizou sua primeira sessão de cinema em 1898, numa casa da rua Goiás pertencente à família Hermílio Alves. A cidade tem o registro mais antigo do cinema brasileiro, o filme "Reminiscências", dirigido por Aristides Junqueira, em 1909.

Ao longo de sua história, serviu de tema e cenário aos diversos movimentos audiovisuais, que contaram com as inovações de suportes tecnológico, para o seu registro documental e ficcional. Várias gerações de fotógrafos, cineastas e videomarkes direcionaram seu olhar para nossa identidade cultural e foram reconhecidos no país e no mundo.

Belo Horizonte, apesar de não contar com uma indústria cinematográfica e audiovisual, vem desempenhando um papel importante na área de produção, guarda e preservação de acervo fílmico.

Ao acompanhar a tendência mundial da democratização tecnológica, que facilita o acesso às câmeras de fotografia, aos vídeos digitais, aos computadores com softwares de edição e à internet, cresceu em Belo Horizonte, significativamente, o número de produções audiovisuais. Para se ter uma idéia, só a produção de curtas metragens atingiu mais de 50 filmes na última década. Treze longas metragens, apenas nos últimos três anos, já foram ou estão sendo finalizadas.

A cidade, que já contou com cerca de trezentas produtoras de vídeo nos anos oitenta e início dos anos 90, viu surgir a quatro gerações de artistas eletrônicos independentes, que fizeram da capital mineira um dos mais importantes pólos da produção audiovisual brasileira e internacional.

¹ Diretor do Centro de Referência Áudio-Visual da Secretaria Municipal de Cultura - SCOMPS.

Lançados em mostras e festivais nacionais e internacionais, como o *MinasFest* e nas edições do Fórum BHZ de Vídeo e Vídeo Brasil, esses realizadores partem para as universidades e influenciam a nova geração digital, que está em curso e utiliza as novas mídias.

Todos esses atores enfrentam problemas que dificultam a consolidação de uma política de desenvolvimento, capaz de fomentar a criação da indústria audiovisual brasileira. A escassez de investimentos e a desvalorização da produção nacional fazem com que o Brasil assista, hoje, a um cenário lastimável - um mercado interno ocupado em mais de 90% pelo audiovisual norte americano.

Mercado

No Brasil, a produção audiovisual contribui com cerca de 1,5% da arrecadação do PIB nacional, considerando as produções cinematográficas, home vídeo, DVD, telerrádiodifusão e a publicidade em geral. Existem no país cerca de 38 milhões de aparelhos de TV, que cobrem 98% do território nacional e representam 50% do faturamento da produção de imagem e som.

Na Europa, as televisões estatais foram utilizadas para manter a produção cinematográfica em vários países. Nos Estados Unidos, a televisão aberta chegou a significar um terço da recuperação de investimentos na produção de filmes. Os outros dois terços foram produzidos pelos mercados de salas e vídeos.

As maiores atividades econômicas desta e da próxima década estarão voltadas para as indústrias culturais e de comunicação. Diante desta tendência econômica alguns países já estão ocupando espaços vitais na circulação nacional e internacional de bens culturais.

Das dez maiores indústrias francesas, seis são culturais. Das dez maiores indústrias inglesas, cinco são culturais. A segunda maior receita dos Estados Unidos vem da indústria audiovisual, que ocupa 80% do mercado consumidor de cinema em todo o mundo. O audiovisual é a maior e a mais importante indústria cultural do mundo globalizado.

Para situar a posição do Brasil no mercado mundial de ocupação de telas é neces-

sário citar alguns dados. No mundo existem aproximadamente 120 mil salas de exibição. Nos Estados Unidos 35 mil estão em funcionamento. O Brasil que já teve mais de 4.000 salas, hoje, conta com, somente, 1.580 salas em atividade, distribuídas em apenas 9% dos seus municípios.

Minas Gerais, estado responsável por 12% do PIB nacional, com uma população de cerca de 18 milhões de habitantes, conta com 144 salas. Belo Horizonte possui 52 salas, com programação diária para atender a uma população de aproximadamente 2,3 milhões de habitantes. Ao considerarmos o atendimento a toda a Região Metropolitana, este número atinge 3,5 milhões de pessoas.

Nosso país, na década de 70, já alcançou o coeficiente de 2,5 ingressos vendidos por habitante/ano. Atualmente, para uma população de 170 milhões são vendidos apenas 70 milhões de ingressos por ano, o que representa menos de meio ingresso por habitante. Como dado comparativo, cabe ressaltar que os Estados Unidos vendem 1,3 bilhões de ingressos/ano, para uma população de 300 milhões de habitantes, o que representa uma média 4,3 ingressos por habitante/ano. Na França este índice chega a três ingressos por habitante/ano.

Articulação

Ao considerarmos que o percurso da produção audiovisual começa com uma idéia, passa pela realização e só termina com o consumo do produto final pelo espectador, nos deparamos com a necessidade de traçar no país uma política nacional voltada para a gestão e divulgação desse produto.

O próprio setor audiovisual, em especial, o cinematográfico, já vem se articulando, politicamente, quando retoma, depois de 50 anos, o Congresso Brasileiro de Cinema (CBC).

A Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancine), órgão regulador e gestor da atividade audiovisual no país, prevê a produção de 200 filmes/ano até 2006 e a criação de Fundo Financeiro Estatal.

A Associação Brasileira de Documentaristas e Curta-Metragistas (ABD's), em pleno processo de expansão, fomenta iniciativas de organização da área audiovisual em vários estados e cidades do país.

Em Minas, pela primeira vez, surge um movimento amplo, o Fórum Mineiro do Audiovisual, que congrega diversas entidades, entre elas associações classistas, sindicatos, universidades e escolas, além de professores, pesquisadores, técnicos e profissionais do setor.

Ao lançar o "Plano Diretor para o Cinema em Minas Gerais", o Fórum dá um grande passo no sentido de traçar as diretrizes básicas de ação para as áreas de produção/realização, distribuição, exibição, formação profissional e memória e pesquisa no Estado.

Toda essa movimentação do setor audiovisual é provocada pela compreensão, por parte de seus atores, de que o país que não desenvolver e fizer circular, nas próximas décadas, sua expressão audiovisual estará condenado a ser um país importador, tanto, de produtos audiovisuais quanto de uma infinidade de derivados e comportamentos, que incidirão diretamente e de forma devastadora em sua identidade cultural e no seu desenvolvimento econômico.

Atuação Municipal

Em 1995, a Prefeitura de Belo Horizonte, através da Secretaria Municipal de Cultura cria o Centro de Referência Audiovisual com o objetivo de preservar e disponibilizar acervos fílmicos, bem como, incentivar a produção audiovisual e cinematográfica local. Essa iniciativa foi o primeiro passo dado no sentido de traçar as linhas de ação para a implantação do Museu da Imagem e do Som - MIS.

Criar condições ambientais e técnicas adequadas para o recebimento de documentações audiovisuais e acondicionamento de acervos tem sido a prioridade da instituição, que tem sob sua guarda um acervo fílmico composto de 8.400 películas e um acervo videográfico com 6.600 títulos.

Para tal a instituição, em parceria com a Associação Curta Minas, está em processo de elaboração de um convênio com a finalidade de vistoriar o estado físico de 3.600 películas, telecinar e, desta forma, disponibilizar à população belorizontina parte de seu acervo.

O CRAV organizou diversas mostras dentre elas a "Mostra Internacional do Cinema Latino Americano" e o "Panorama Internacional de Cinema Independente."

A Instituição participa do Programa BH-Cidadania, coordenando a Vídeo-cabine, que é um espaço de manifestação da população beneficiada pelo Programa.

Na área de formação promoveu, entre outros, os cursos: "Distribuição cinematográfica - estrutura e mecanismos" e "Cinematografia Digital".

Novas perspectivas para a Instituição

O CRAV vem se preparando para filiar-se à Federação Internacional de Arquivos de Filmes (FIAF) que é um organismo que agrega instituições nacionais e internacionais, tais como as cinematecas de Bolonha, do Uruguai, do México, da Espanha, da França, do Brasil, a British Film Institute (Inglaterra) e a UCLA Film and Television Archives (Los Angeles).

Para avançar no processo de implantação do Museu da Imagem e do Som, a instituição elaborou um projeto, em parceria com a FUNDEP, que foi enviado ao MINC e que prevê a instalação de um laboratório de imagem e som em suporte digital.

O avanço tecnológico impõe às instituições de produção a guarda e preservação de acervos e a urgência de capacitação técnica, o que levou o CRAV a propor, também, um outro projeto: "A implantação de uma incubadora audiovisual voltada para as novas tecnologias digitais". Acredita-se que o êxito dessa iniciativa poderá incrementar a produção local e fortalecer as tendências locais de prestação de serviços nas áreas de finalização e pós-produção dos produtos audiovisuais.

Está em processo de discussão o estabelecimento de um convênio com a Cinemateca de Bolonha, para criação de um laboratório de restauração de filmes.

Atualmente, a instituição busca uma nova sede capaz de comportar seu acervo, em condições adequadas e de absorver os novos projetos.

Cenário

A instalação do Parque Tecnológico, que envolve a UFMG, o SEBRAE, a FIEMG, a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, e que tem a Prefeitura como interveniente dessa articulação, poderá estimular o cresci-

mento do setor cinematográfico e audiovisual da cidade, uma vez que apoiará a gestão de negócios e o acesso às novas tecnologias digitais.

A universidade ocupa um papel de relevância na área audiovisual com a Escola de Belas Artes da UFMG, que possui um Laboratório Digital, um Centro de Restauração e Conservação (CECOR) e está na fase de implantação do Curso de Graduação em Cinema.

A Fundação TV MINAS/Cultural Educativa, dentro do circuito aberto de televisão e as "TVs" Universitárias, no circuito a cabo, ocupam um lugar importante na realização, desenvolvimento e difusão da produção cultural do Estado.

A experiência da Prefeitura ao apoiar a Insoft - Incubadora de Base Tecnológica em Informática foi de fundamental importância para consolidar Belo Horizonte como o terceiro pólo tecnológico do País.

A importância de mercado que o audiovisual ocupa, hoje, no Brasil e no mundo, associada ao movimento de organização das entidades representativas e ao crescimento da produção local abrem, no bojo do seu desenvolvimento, novas perspectivas para organização da indústria cinematográfica em Minas Gerais. ●

Referências Bibliográficas

Fórum Mineiro de Audiovisual. *Plano Diretor para o Setor Audiovisual de Minas Gerais*. Belo Horizonte. Set. 2002.

Estatuto do Congresso Brasileiro de Cinema. Elaborado durante a Gestão de Gustavo Dahl por entidades de classe. Rio de Janeiro. 2000.

ZAVERUCHA, Vera. Autora da medida Provisória que deu origem a ANCINE. Relatório de apresentação da Ancine - Agência Nacional de Cinema. 2001.

BRASIL, Medida provisória nº 2.228-1/2001-Dispõe sobre Política Nacional de Cinema. Decretada em 06 de Setembro de 2001. Brasília.

Documento elaborado para o seminário do Panorama Mundial do Cinema Independente. Geraldo Velloso. Belo Horizonte. 1999.

Jornais e Revistas:

Revista Eletrônica - Filme B. Endereço eletrônico: <<http://www.filmeb.com.br>>

Estado de Minas, Belo Horizonte, Grace Santos. "Geração Digital" - Caderno de Cultura. 29 de set. 2002.

O Tempo, Belo Horizonte,- Agencia Estado. "Não existe cinema nacional sem política" . Caderno Magazine. 24 de out. 2001.

Sites:

FilmeB. Endereço eletrônico: <<http://www.filmeb.com.br>>. acesso em novembro.2002.

BRASIL.Ministério da Cultura. Disponível em <<http://www.minc.gov.br>>. acesso em novembro. 2002.

Análise das áreas prioritárias para inclusão Urbana e Social

Samy Kopit Moscovitch¹

1 Introdução

A proposta deste artigo é apresentar os principais resultados obtidos a partir do mapa da pobreza de Belo Horizonte, conhecido atualmente como o mapa das Áreas Prioritárias para Inclusão Urbana e Social.

O artigo encontra-se dividido em 3 partes, além dessa introdução. Na segunda parte é feita uma breve apresentação de algumas estatísticas populacionais para as regionais, obtidas a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000. A terceira seção faz uma caracterização demográfica da população belo-horizontina, segundo as áreas de pobreza a que pertence, considerando: sua estrutura etária, condição domiciliar ambiental-urbana, rendimento dos chefes de domicílios e da situação educacional da população com idade igual ou superior a 10 anos. Na quarta seção estão as considerações finais sobre o estudo.

2 A população de Belo Horizonte na década de 90

A população de Belo Horizonte, em 2000, abrangia cerca de 51,5% da população residente na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, porcentagem inferior aos 57,5% auferidos pelo Censo Demográfico de 1991. Os dados da Tabela 1 mostram que o ritmo do crescimento populacional da cidade foi pequeno. Enquanto o País cresceu a uma taxa média de 1,64% ao ano, a região sudeste cresceu a 1,62% ao ano e Minas Gerais a 1,44%, a população do município de Belo Horizonte cresceu discretamente, a uma taxa de 1,15% a.a., ou seja, uma taxa de crescimento 3 vezes menor que a registrada para o resto dos municípios que compõe a RMBH.

¹ Economista e mestre em geografia. Gerente de Informações Técnicas da Secretaria Municipal de Modernização Administrativa e Informação.

TABELA 1
População e crescimento populacional segundo os Censos de 1991 e 2000 - Brasil, Região Sudeste, Minas Gerais, RMBH e Belo Horizonte

Nível de abrangência	População em 1991	População em 2000	Taxa média geométrica de crescimento anual 1991/2000
Brasil	146.825.475	169.799.170	1,64
Região Sudeste	62.740.401	72.412.411	1,62
Minas Gerais	15.743.152	17.891.494	1,44
RMBH	3.515.542	4.349.425	2,39
RMBH exclusive BH	1.495.381	2.110.899	3,90
Belo Horizonte	2.020.161	2.238.526	1,15

FONTE: IBGE. Censos Demográficos de 2000 e 1991. 2000

Duas causas principais explicariam o tímido crescimento da população belo-horizontina: a primeira relacionada às taxas de fecundidade, cuja tendência de redução vem se esboçando no país desde 1960 e de maneira acentuada nos centros mais urbanizados. A segunda explicação encontra esteio na dinâmica fundiária local, uma vez que o município possui relativamente poucas áreas disponíveis para ocupações intensas.

A análise da população desagregada por regionais permitiu com base nas respectivas taxas de crescimento, categorizá-las conforme disposto no Mapa 1. Na primeira categoria aparece a regional Noroeste, cuja taxa anual de crescimento populacional foi negativa em cerca de 0,08%. Foi a única Regional que apresentou perda de população: em 1991, possuía 340.530 habitantes, contra 338.100 registrados no Censo de 2000. Não obstante a tal constatação, a referida regional exibe o maior contingente de residentes, cerca de 15,1% da população belo-horizonti-

na. Uma participação inferior a estimada para 1991, quando na regional residiam cerca de 16,9% da população municipal (Tabela 2).

TABELA 2
População total residente nas Regionais ordenadas segundo a taxa de crescimento anual - Belo Horizonte - 1991/2000

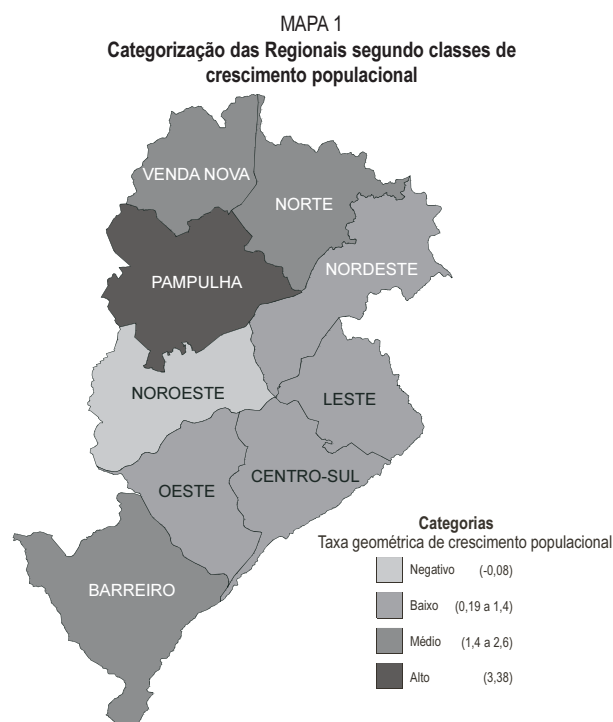
Nome da UP/Regional	População 2000		População 1991		Tx anual de cresc.
	Total	Part. %	Total	Part. %	
Pampulha	141.853	6,34	105.181	5,21	3,38
Norte	193.764	8,66	154.028	7,62	2,58
Venda Nova	245.334	10,96	198.794	9,84	2,36
Barreiro	262.194	11,71	221.072	10,94	1,91
Nordeste	274.060	12,24	249.693	12,36	1,04
Oeste	268.124	11,98	249.350	12,34	0,81
Centro-Sul	260.524	11,64	251.481	12,45	0,39
Leste	254.573	11,37	250.032	12,38	0,20
Noroeste	338.100	15,10	340.530	16,86	-0,08
TOTAL BH	2.238.526	100,00	2.020.161	100,00	1,16

FONTE: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e de 1991.

A segunda categoria reúne as regionais Centro-Sul, Leste, Nordeste e Oeste, todas exibindo taxas de crescimento populacional inferiores a registrada para o município. Sendo assim, reduziram discretamente a sua participação no total da população municipal: em 1991 totalizavam 49,5% da população de BH, em 2000 esse percentual foi de 47,2%. As regionais dessa categoria, exceto a Nordeste, apresentaram taxas médias de crescimento anual inferior a 1% ao ano.

As regionais Barreiro, Norte e Venda Nova compõem a terceira categoria, ostentando taxas de crescimento populacional superiores a média belo-horizontina. Em 2000, a soma das suas populações significava 31,3% do total, porcentagem superior a registrada em 1991, cujo percentual era de 28,4%. Dentre elas, somente o Barreiro registrou um crescimento médio anual abaixo de 2%.

Por fim, na quarta categoria encontra-se a regional Pampulha, cuja taxa de crescimento populacional estimada foi de 3,4% ao ano. No início da década de 1990, sua população residente atingia 5,2% da população belo-horizontina. Em 2000, esse percentual se eleva para 6,3%.



3 A População pobre de Belo Horizonte

A análise da população pobre de Belo Horizonte tem como referência o Mapa das Áreas Prioritárias para Inclusão Urbana e Social, apresentado no Box 1.

A Tabela 3 mostra a distribuição da população belo-horizontina segundo as classes definidas no Mapa e por Regional. Do total da população, cerca de 28% possui algum tipo de privação ou carência mais acentuada, representada no mapa como a população pobre residente em Belo Horizonte. Fica evidente que a situação social desse grupo não é homogênea, produzindo níveis distintos de pobreza, ao qual a Classe I encontra-se em situação pior que a Classe II, e assim sucessivamente. A Classe V, é definida como áreas onde predomina a população não pobre residente no município.

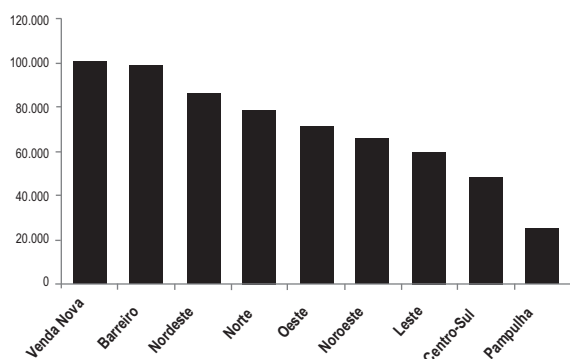
TABELA 3
População total residente por regional e extrato de classe
Belo Horizonte e Regionais - 2.000

Regional	Pop. Total	Missing	Classe I	Classe II	Classe III	Classe IV	Classe V
Barreiro	262.194	174	34.456	19.990	23.633	21.267	162.674
Centro-sul	260.524	455	36.600	6.979	2.713	2.664	211.113
Leste	254.573	89	25.825	11.047	10.133	12.518	194.961
Nordeste	274.060		22.371	21.490	21.634	21.305	187.260
Noroeste	338.100	72	15.445	16.485	12.175	22.076	271.847
Norte	193.764		24.907	17.487	21.622	14.824	114.924
Oeste	268.124		19.849	18.832	15.270	17.025	197.148
Pampulha	141.853		9.258	4.316	4.316	7.160	116.803
Venda Nova	245.334	804	21.204	25.229	30.543	23.725	143.829
TOTAL	2.238.526	1.594	209.915	141.855	142.039	142.564	1.600.559

FONTE: IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Aproximadamente 79% do contingente populacional do grupo dos pobres concentra-se nas Regionais Venda Nova (15,8%), Barreiro (15,6%), Nordeste (13,6%), Norte (12,4%), Oeste (11,2%) e Noroeste (10,4%). Note-se que, em todas essas regionais a pro-

GRÁFICO 1
Distribuição da população pobre residente em Belo Horizonte por regional
2.000

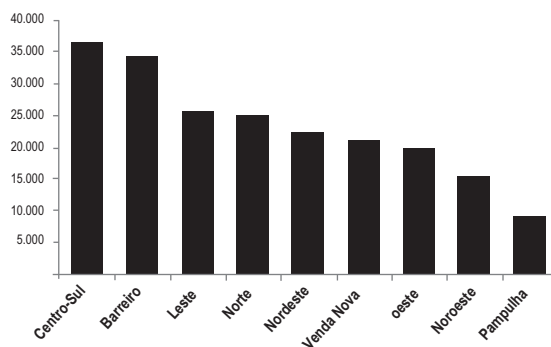


FONTE: IBGE. Censo Demográfico de 2000

porção da população considerada pobre significa mais de 10% da população residente. Nas demais regionais esta proporção é inferior a 10%. Chama atenção a Regional Pampulha, que apresentou somente 3,9% da sua população nessa condição.

Considerando somente a população pertencente à Classe I, definida como a população alvo prioritária para os programas sociais promovidos pela PBH, ter-se-ia cerca de 9,4% da população municipal, ou seja, cerca de 51.000 famílias, que se distribuem entre as regionais segundo os quantitativos apresentados no Gráfico 2.

GRÁFICO 2
Distribuição da população da classe I por regional
2.000



FONTE: IBGE. Censo Demográfico de 2000

Fica evidente que, nem sempre, nas regionais em que se concentram as maiores proporções da população pobre, estão de maneira correlata os pobres em piores condições de vida. Esse é o caso da Regional Centro-Sul que, embora no contexto da cidade possua uma das menores proporções de pobres, de outro lado, possui a maior proporção de pobres em piores condições de vida (17,4%). O mesmo verifica-se para a Regional Leste (12,3%).

3.1 A distribuição etária da população considerada pobre

Os gráficos, em seqüência, trazem a estrutura etária das classes de pobreza da população de Belo Horizonte, segundo os dados do Censo de 2000. A observação dos gráficos conduz a duas grandes conclusões: a primeira refere-se à estreita base da pirâmide, presente na maior parte dos gráficos, exceto nos Gráficos 7 e 8, indicando a baixa fecundidade da população não pobre em

oposição aos estratos populacionais mais pobres. Isso quer dizer, que as mulheres mais pobres têm mais filhos que as menos pobres.

Outro resultado evidente, refere-se ao alargamento das pirâmides em faixas etárias que envolvem a população jovem em idade de trabalhar. O excedente de indivíduos com idades variando entre 20 e 30 anos é visível em todos os gráficos, e de maneira mais acentuada no grupo dos pobres.

Os resultados apresentados indicam que a PBH vem percorrendo um caminho acertado ao priorizar, por um lado, a educação infantil junto às populações pobres e, de outro lado, os programas de inserção produtiva aos jovens, presentes no escopo do BH Cidadania.

3.2 Estatísticas relativas às condições de vida da população pobre.

3.2.1 Estatísticas de domicílios

Para caracterizar a população estudada face às suas condições ambientais urbana, serão retratados dois indicadores construídos a partir dos dados censitários: o número de domicílios com abastecimento inadequado de água (aqueles que não estavam liga-

dos a rede geral de água), e os domicílios com coleta inadequada de lixo (sem coleta direta do lixo).

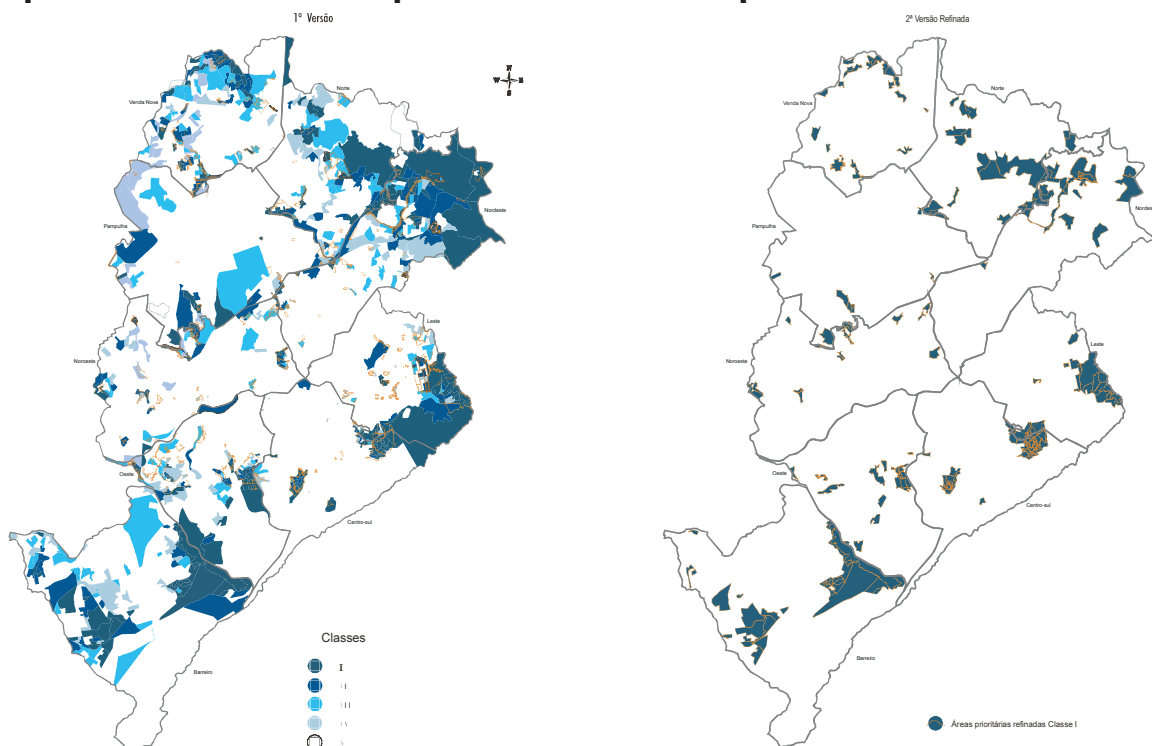
Do total de domicílios recenseados em Belo Horizonte, cerca de 3,4% apresentavam coleta inadequada do lixo (21.501 domicílios). Desses, 57,9% estavam concentrados nas áreas registradas como Classe I, a das famílias mais pobres. Agregando a essa as demais classes consideradas pobres, essa proporção aumenta para 87,2%. No Grupo dos não pobres, este percentual mostra-se bem inferior, abrangendo 12,8% dos domicílios habitados por essa população (Tabela 4).

TABELA 4
Domicílios com destino inadequado de lixo segundo extrato de pobreza e Regional
2.000

Regional	Total	Missing	Classe I	Classe II	Classe III	Classe IV	Classe V
Barreiro	2.419	-	1.715	260	169	117	158
Centro-Sul	5.518	-	4.304	840	27	110	237
Leste	2.471	-	1.718	157	261	18	317
Nordeste	2.047	-	1.126	360	156	114	291
Noroeste	2.725	-	913	581	189	461	581
Norte	1.344	-	504	210		113	251
Oeste	2.227	-	1.137	282	123	83	602
Pampulha	2.083	-	756	63	383	685	196
Venda Nova	667	7	282	113	108	46	111
TOTAL	21.501	7	12.455	2.866	1.682	1.747	2.744
Total domicílios	628.447	200	51.844	36.138	36.638	37.152	466.475

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Mapa de Áreas Prioritárias para Inclusão Sócio-espaial de Belo Horizonte - 2002



Situação semelhante ocorre ao se examinar os domicílios com abastecimento inadequado de água. De acordo com os dados do IBGE, em Belo Horizonte, aproximadamente 6.803 domicílios (1,1% do total) não estavam em 2002 ligados à rede geral de abastecimento de água (Tabela 5). Desse total, 43,2% são da Classe I de pobreza. Considerando todo o grupo dos pobres, a porcentagem atinge 71,2% dos domicílios com abastecimento de água inadequado.

TABELA 5
Domicílios com abastecimento inadequado de água segundo estrato de pobreza e regional 2000

Regional	Total	Missing	Classe I	Classe II	Classe III	Classe IV	Classe V
Barreiro	1.179	-	634	84	111	90	260
Centro-Sul	1.130	-	805	12	9	-	304
Leste	582	-	249	77	7	19	230
Nordeste	581	-	367	65	32	31	86
Noroeste	554	-	80	103	70	50	251
Norte	583	-	246	93	79	32	133
Oeste	492	-	184	54	27	35	192
Pampulha	468	-	142	25	32	79	190
Venda Nova	1.234	2	229	256	253	184	310
Total	6.803	2	2.936	769	620	520	1.956
Total de domicílios	628.447	200	51.844	36.138	36.638	37.152	466.475

FONTE: IBGE. Censo Demográfico de 2000.

3.2.2 Estatísticas das pessoas

Os resultados obtidos quando se analisa os indicadores relacionados às pessoas cor-

roboram com as análises até aqui empreendidas. Nesse sentido, segundo a disponibilidade de dados, foram construídos três indicadores: a distribuição dos rendimentos dos chefes de domicílios, tendo como corte a proporção de chefes de domicílios com renda inferior a 0,5 salários mínimos mensais (pobreza absoluta); o rendimento médio dos chefes de domicílios e, a proporção da população residente, com idade igual ou superior a dez anos, com menos de 4 anos de estudos.

Foram recenseados em Belo Horizonte, 46.167 chefes de domicílios com rendimento mensal inferior a 0,5 salários mínimos, representando 7,3% dos chefes de domicílios conforme mostrado na Tabela 6.

TABELA 6
Chefes de domicílios com rendimento mensal inferior a 0,5 salários mínimos segundo estrato de pobreza e regional 2.000

Regional	Total	Missing	Classe I	Classe II	Classe III	Classe IV	Classe V
Barreiro	6.384	-	1.491	683	663	485	3.062
Centro-Sul	3.517	-	1.470	212	73	53	1.709
Leste	5.533	-	1.229	430	308	353	3.213
Nordeste	6.073	-	992	788	638	754	2.901
Noroeste	6.761	-	681	447	314	550	4.769
Norte	4.506	-	972	482	582	390	2.080
Oeste	5.714	-	808	705	456	549	3.196
Pampulha	2.304	-	388	113	113	131	1.559
Venda Nova	5.375	56	765	840	776	580	2.358
Total	46.167	56	8.796	4.700	3.923	3.845	24.847
Total chefes de domicílios	628.442	195	51.844	36.138	36.638	37.152	466.475

FONTE: IBGE. Censo Demográfico de 2000.

O objetivo do estudo foi mapear no espaço urbano de Belo Horizonte as áreas prioritárias para inclusão sócio-espacial, oferecendo ao planejamento urbano mais um instrumento para a definição de prioridades de políticas públicas.

Na investigação da pobreza e das situações de exclusão em Belo Horizonte, procurou-se obter uma hierarquização das situações de pobreza das populações residentes no município, mediante um conceito operacional de pobreza relativa combinado ao de pobreza absoluta. O procedimento permite avaliar disparidades intra-urbanas associadas ao nível de bem estar e condições de vida da população residente, contribuindo para o conhecimento sistematizado da realidade municipal.

Tendo como unidade espacial básica os 2654 setores censitários de Belo Horizonte, tais quais definidos pelo IBGE para o Censo de 2000, o mapa abrange três dimensões sócio-espaciais que participam das relações de vida da sociedade: a dimensão econômica, a dimensão social e a ambiental-urbana, conforme exposta no Quadro.

Partindo da técnica denominada "best score", para variáveis não padronizadas, foram arroladas as variáveis citadas para cada um dos setores censitários do municí-

Dimensões, variáveis, indicadores e fontes.

Dimensão	Variável	Indicadores	Fonte
Econômica	Renda	Renda nominal média do chefe de domicílio	IBGE. Dados do Censo Demográfico de 2000
		Proporção de pobres	IBGE. Dados do Censo Demográfico de 2000
Social	Educação	Taxa de analfabetismo	IBGE. Dados do Censo Demográfico de 2000
	Saúde	Índice de risco à saúde	PBH. Secretaria Municipal de Saúde
Ambiental Urbana	Saneamento básico	% de domicílios sem esgotamento sanitário adequado	IBGE. Dados do Censo Demográfico de 2000
	Abastecimento de água	% de domicílios sem abastecimento de água adequado	IBGE. Dados do Censo Demográfico de 2000
	Coleta de lixo	% de domicílios sem coleta adequada do lixo	IBGE. Dados do Censo Demográfico de 2000

pio, que foram relacionados e hierarquizados de acordo com o valor da posição ordinal (rank) de cada uma delas. A etapa seguinte consistiu em somar os valores do rank obtido para cada uma das variáveis, obtendo-se uma hierarquia final para os setores censitários. A partir deste ranqueamento, os setores censitários foram agrupados em classes conforme critério preestabelecido e plotados em um mapa.

Para o refinamento do mapa foram utilizadas técnicas de geoprocessamento que contemplou o adensamento populacional e a existência de vazios demográficos em cada um dos setores censitários.

Em seguida, com base na percepção, vivência e experiência de técnicos da PBH e de populares consultados, o mapa foi novamente refinado incorporando o olhar desses atores.

GRÁFICO 3
Belo Horizonte

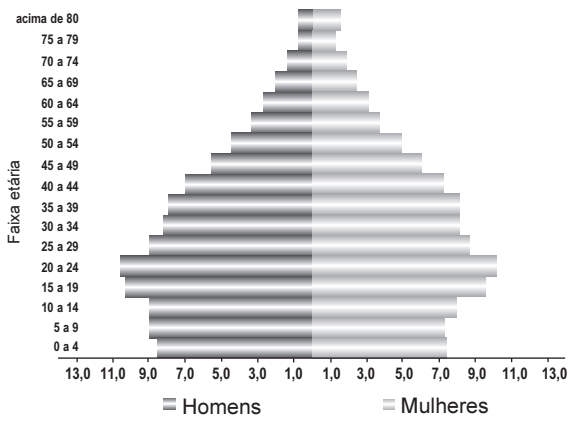


GRÁFICO 4
Não pobres

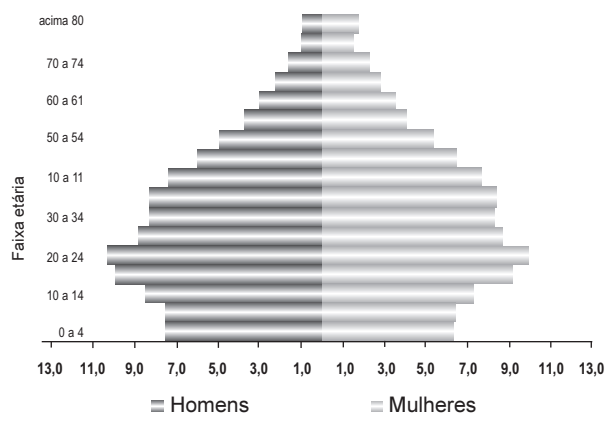


GRÁFICO 5
Classe de pobreza IV



GRÁFICO 6
Classe de pobreza III



GRÁFICO 7
Classe de pobreza II

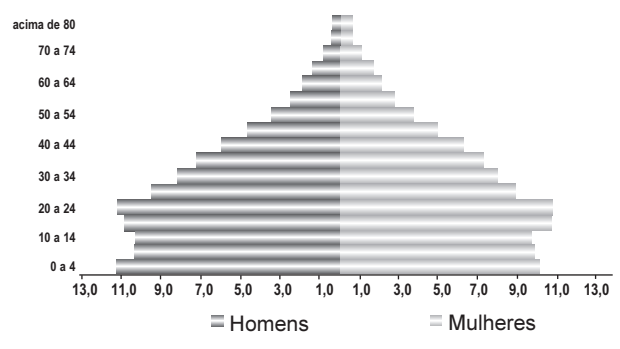


GRÁFICO 8
Classe de pobreza I



Não obstante, 53,8% desses chefes de domicílios residirem em áreas urbanas caracterizadas como não pobres, a maior concentração geográfica dessas pessoas está nas áreas definidas como pobres, conforme evidenciado na Tabela 7, que mostra para cada uma das classes de pobreza e para as regionais, a proporção de chefes de domicílios com rendimento inferior a 0,5 salários mínimos.

Note-se que, enquanto no grupo dos não pobres foram registrados 5,3% de chefes de domicílios auferindo rendimentos mensais inferiores a 0,5 salários mínimos, nas classes de áreas consideradas pobres, tal porcentagem é sempre superior a 10%, atingindo 17% na Classe I da pobreza.

TABELA 7
Proporção de chefes de domicílios com rendimento mensal inferior a 0,5 salários mínimos segundo estrato de pobreza e regional 2000

Regional	Total	Missing	Classe I	Classe II	Classe III	Classe IV	Classe V
Barreiro	1,0	-	2,9	1,9	1,8	1,3	0,7
Centro-Sul	0,6	-	2,8	0,6	0,2	0,1	0,4
Leste	0,9	-	2,4	1,2	0,8	1,0	0,7
Nordeste	1,0	-	1,9	2,2	1,7	2,0	0,6
Noroeste	1,1	-	1,3	1,2	0,9	1,5	1,0
Norte	0,7	-	1,9	1,3	1,6	1,0	0,4
Oeste	0,9	-	1,6	2,0	1,2	1,5	0,7
Pampulha	0,4	-	0,7	0,3	0,3	0,4	0,3
Venda Nova	0,9	28,7	1,5	2,3	2,1	1,6	0,5
Total	7,3	28,7	17,0	13,0	10,7	10,3	5,3
Total Global	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

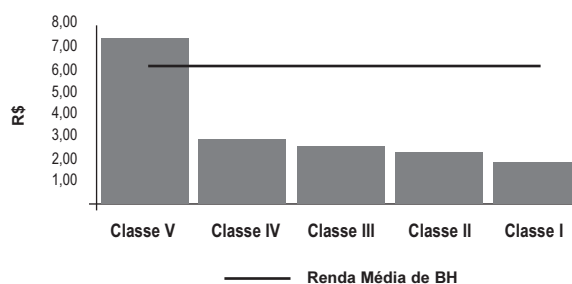
FONTE: IBGE. Censo demográfico de 2000.

O exame do rendimento médio mensal dos chefes de domicílios contribui para melhor elucidar a dimensão econômica dos residentes. Os dados apresentados na Tabela 8 mostram claramente a disparidade dos rendimentos entre os grupos populacionais estudados.

O Grupo populacional residente nas áreas definidas como não pobres possuem rendimentos médios aproximadamente 4

vezes superior ao grupo populacional residente nas áreas mais pobres (Classe I) e, quase 2,5 vezes superior à população residente nas áreas de Classe IV. Outro comparativo interessante mostra que, para todas as áreas definidas como pobres, os rendimentos médios dos chefes de domicílios são acentuadamente inferiores à média registrada para a cidade, conforme evidenciado no Gráfico 9.

GRÁFICO 9
Estimativa da renda média mensal dos chefes de domicílios por classe de pobreza 2.000



FONTE: IBGE. Censo demográfico de 2000.

O último indicador considerado nesse estudo tenta captar a condição educacional dos residentes, vis-à-vis as áreas ora consideradas. De maneira similar às demais análises, a maior concentração geográfica de população na situação pior encontra-se nos espaços correlato às classes de pobreza.

Os dados censitários indicam que, em 2000, aproximadamente 3,7% da população belo-horizonteina com idade igual ou superior a 10 anos possuía menos de 4 anos de estudos (81.846 pessoas). Desse total, 55% residia nas áreas de Classe pobre (Tabela 9).

TABELA 8
Distribuição dos chefes de domicílios por classe de renda e estimativa da renda média mensal dos chefes de domicílios por classe de pobreza 2000

Situação	sem rendimentos	Ate 1/2 SM	mais de 1/2 a 1 SM	mais de 1 a 2 SM	mais de 2 a 3 SM	mais de 3 a 5 SM	mais de 5 a 10 SM	mais de 10 a 15 SM	mais de 15 a 20 SM	mais de 20 SM	Renda Média
Missing	53	3	37	30	28	27	14	2	1	-	2,05
Classe 1	8.156	640	11.204	15.782	7.323	5.498	2.636	333	146	126	1,96
Classe 2	4.414	286	7.084	9.949	5.472	5.128	3.056	428	193	128	2,45
Classe 3	3.656	267	6.767	9.619	5.772	5.756	3.737	569	276	219	2,77
Classe 4	3.600	245	6.425	9.364	5.587	6.110	4.343	865	361	252	3,02
Classe 5	23.772	1.075	37.867	57.529	45.217	71.444	103.288	39.490	31.722	55.071	7,37
BH	43.651	2.516	69.384	102.273	69.399	93.963	117.074	41.687	32.699	55.796	6,11

FONTE: IBGE. Censo Demográfico de 2000.

TABELA 9
Distribuição dos residentes com 10 anos ou mais de idade
com menos de 4 anos de estudos
2000

Regional	Missing	Classe I	Classe II	Classe III	Classe IV	Classe V	Total Global
Barreiro	116	2.993	1.228	1.253	1.047	4.901	11.538
Centro-Sul	190	3.923	510	169	220	1.615	6.627
Leste	10	2.402	880	665	830	4.443	9.230
Nordeste	-	1.724	1.247	1.411	1.313	4.443	10.138
Noroeste	61	1.417	1.183	740	1.140	5.769	10.310
Norte	-	1.842	1.084	1.317	861	3.897	9.001
Oeste	-	1.928	1.663	1.185	992	4.704	10.472
Pampulha	-	848	290	192	329	2.096	3.755
Venda Nova	37	1.672	1.634	1.761	1.134	4.537	10.775
Total Global	414	18.749	9.719	8.693	7.866	36.405	81.846
Pop. de 10 anos e mais	1.395	160.722	112.414	114.178	115.661	1.380.641	1.885.011

FONTE: IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Visualizando separadamente cada uma das classes, percebe-se que a maior concentração de residentes nessa situação estão na Classe I (11,7%). Essa porcentagem decresce conforme melhora a classe de pobreza (Tabela 10), até que, na Classe V, tal porcentagem atinge 2,6%, uma proporção quase 5 vezes inferior a registrada para a população residente na Classe I.

TABELA 10
Proporção dos residentes com idade igual ou superior a 10 anos, com menos de 4 anos de estudos, em cada uma das Classes consideradas
2000

Regional	Missing	Classe I	Classe II	Classe III	Classe IV	Classe V	Total Global
Barreiro	8,3	1,9	1,1	1,1	0,9	0,4	0,6
Centro-Sul	13,6	2,4	0,5	0,1	0,2	0,1	0,4
Leste	0,7	1,5	0,8	0,6	0,7	0,3	0,5
Nordeste	-	1,1	1,1	1,2	1,1	0,3	0,5
Noroeste	4,4	0,9	1,1	0,6	1,0	0,4	0,5
Norte	-	1,1	1,0	1,2	0,7	0,3	0,5
Oeste	-	1,2	1,5	1,0	0,9	0,3	0,6
Pampulha	-	0,5	0,3	0,2	0,3	0,2	0,2
Venda Nova	2,7	1,0	1,5	1,5	1,0	0,3	0,6
Total	29,7	11,7	8,6	7,6	6,8	2,6	4,3
Pop de 10 anos e mais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE. Censo Demográfico de 2000.

4 Considerações finais

O denominado Mapa das Áreas Prioritárias para Inclusão Urbana e Social indica que as situações de pobreza em Belo Horizonte podem ser analisadas através de padrões sócio-espaciais distintos de pobreza. Tal abordagem revela-se extremamente rica para o conhecimento sistemático dos espaços urbanos que compõem a cidade e, mostra uma certa lógica espacial nas situações de pobreza. Ou seja, a intensidade e diversidade das privações sociais que se acumulam diferentemente nos distintos grupos dos pobres cristalizam-se em espaços específicos e também diferenciados.

Os dados apresentados no decorrer do estudo indicam que as situações de vida mais perversas concentram-se geograficamente nas áreas da Classe I da pobreza, onde indubitavelmente, residem proporções significativas de populações que acumulam e sofrem privações sociais mais agudas.

De outra parte, é fundamental realçar que tais áreas são consideradas prioritárias pelo Governo Municipal, que, de maneira inovadora, vem buscando promover sua política social dentro de um paradigma de gestão territorial das políticas públicas e, cujo alvo principal é a população mais carente, na sua maioria residente nas áreas da Classe I de pobreza. ●